

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026**  
**MODO DE DISPUTA ABERTO**  
**EDITAL Nº 024/2026**  
**AMPLA PARTICIPAÇÃO E ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP**

O **MUNICÍPIO DE IBIÁ-MG**, com sede na Av. Tancredo Neves, nº 663, CEP: 38950-000, Centro, nesta cidade, por meio do Departamento de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2026** na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026** na forma de **Registro de Preços**, critério de julgamento do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo por finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS, ELETROELETRÔNICOS E FERRAMENTAS** para atender as diversas secretarias do município de Ibiá - MG.

O pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) Eder Eleutério Flores e equipe de apoio, nomeados através da Portaria nº 6.939, 25 de maio de 2026, Decreto Municipal Nº 6.129 de 18 de maio de 2023 (Estabelece diretrizes regras de atuação do pregoeiro e equipe de apoio), Decreto Municipal Nº 6.220 de 01 de novembro de 2023 (Regulamenta a Modalidade de Licitação Pregão), Decreto Municipal Nº 6.221 de 01 de novembro de 2023 (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços no Município de Ibiá), Decreto Municipal Nº 6.224 de 01 de novembro de 2023 (Regulamenta as aplicações de sanções administrativas), Decreto Federal Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, e Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital e seus respectivos anexos.

• **INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:**

Dia 10/06/2026 a partir das 17h00min (dezessete horas).

• **LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:**

Dia 24/06/2026 às 09h00min (nove horas).

• **ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:**

Dia 24/06/2026 às 09h00min (nove horas minutos).

**SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO:** [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

**Para todas as referências de tempo contidas neste edital será observado o horário oficial de Brasília-DF**

**Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:**

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

Anexo III – Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP);

Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços;

Anexo V – Modelo de Declaração de Idoneidade;

Anexo VI – Modelo de Declaração que não Emprega Menor;

Anexo VII – Modelo de Declaração que não Possui em seu Quadro Societário Servidor Público da Ativa;

Anexo VIII - Modelo de Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;

Anexo IX - Modelo da Ata de Registro de Preços;

Anexo X - Minuta do Contrato.

---

## 1 - DO OBJETO

---

1.1. Constitui objeto da presente licitação o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS, ELETROELETRÔNICOS E FERRAMENTAS para atender as diversas secretarias do município de Ibiá - MG.**

1.2- O valor estimado, o descritivo do objeto e demais informações, encontram-se no Termo de Referência - Anexo I.

---

## 2 – DAS SECRETARIAS REQUISITANTES/SOLICITANTES

---

- 2.1. Secretaria Municipal de Gabinete do Prefeito
- 2.2. Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos
- 2.3. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Comunicação
- 2.4. Secretaria Municipal de Gestão
- 2.5. Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento
- 2.6. Secretaria Municipal de Logística
- 2.7. Secretaria Municipal de Educação
- 2.8. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
- 2.9. Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente
- 2.10. Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
- 2.11. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
- 2.12. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
- 2.13. Fundo Municipal de Saúde

---

## 3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

---

3.1. – APENAS os itens 05, 18, 20 e 23 desta contratação serão destinados a AMPLA PARTICIPAÇÃO, sendo que **todos os demais itens serão destinados para PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP**, inclusive os itens que tratam de reserva de cota dos itens de ampla participação, conforme preconizado nos incisos I e III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/06.

3.2. Poderão participar deste Pregão as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que estiverem previa e devidamente credenciadas, perante o Sistema Eletrônico através do site <https://licitanet.com.br/>.

3.3. Será concedido tratamento favorecido para as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), para as Sociedades Cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 e para o Micro empreendedor Individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e Lei 14.133/2021.

3.3.1. As disposições a que se referem os artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006 não são aplicadas:

a) no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

3.3.2. A obtenção de benefícios a que se referidos acima fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta

máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

3.3. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário impedimento da proponente, no referido certame.

3.4. Não cabe as (aos) licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as(os) licitantes deverão ler atentamente este Edital e seus Anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do Termo de Referência – Anexo I.

3.5. Como requisito para participação neste Pregão Eletrônico o(a) licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, de agora em diante denominado apenas Sistema, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descrição técnica constante do Termo de Referência – Anexo I.

3.5.1. O(A) licitante deverá encaminhar por meio do Sistema, junto com os documentos de habilitação, a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, podendo ser utilizado o modelo do Anexo II deste Edital.

3.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e Lei Federal nº 14.133/2021.

3.6.1. Poderão participar da presente licitação qualquer empresa estabelecida no Brasil, do ramo de atividade pertinente que esteja credenciada para fornecimento equivalente ao objeto do presente Edital, desde que não infrinjam o art. 14 da Lei nº 14.133/21 e estejam em condições de atender todas as exigências do presente Edital de Pregão Eletrônico e que estejam prévia e devidamente credenciadas, através do site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

3.7. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo.

3.8. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do(a) licitante, não sendo o Município de Ibiá/MG, em nenhum caso, responsável pelos mesmos. O(A) licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema, ou pela sua eventual desconexão.

3.9. Os(As) licitantes interessados(as) deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

3.10. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

3.11. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do(a) licitante, ou de seu(ua) representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

3.12. O uso da senha de acesso pelo(a) licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu(ua) representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou ao Município de Ibiá/MG, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

3.13. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.14. O licitante ou contratado será responsabilizado administrativamente em caso de apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, ou em caso de apresentação de declaração falsa durante a licitação ou na execução do contrato, nos termos do Art. 155, VIII, da Lei 14.133/2021.

3.15. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições

estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário impedimento da proponente, no referido certame.

3.16. Não cabe as(aos) licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens/Itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as(os) licitantes deverão ler atentamente este Edital e seus Anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do Termo de Referência - Anexo I.

3.17. Como requisito para participação neste Pregão Eletrônico o(a) licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, de agora em diante denominado apenas Sistema, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descrição técnica constante do Termo de Referência - Anexo I.

3.18. O(A) licitante deverá encaminhar por meio do Sistema, junto com os documentos de habilitação, a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, podendo ser utilizado o modelo do Anexo II deste Edital.

3.19. Não poderão participar deste Pregão Eletrônico:

3.19.1. Empresas com falência, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, em dissolução ou em liquidação, estrangeiras que não funcionem no país, salvo as amparadas por Certidão emitida pela instância judicial competente que indique expressamente sua aptidão econômica e financeira para participar do procedimento licitatório nos termos da lei de regência (Ac. 8.271/2011-2ª Câmara. TCU. DOU nº 191, terça-feira, 4 de outubro de 2011. Pag. 157).

3.19.2. Empresas que estejam reunidas em consórcio e não sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja a sua forma de constituição, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

**JUSTIFICATIVA/MOTIVAÇÃO:** Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; Considerando que o objeto licitado não possui nenhuma complexidade ou são de grandes dimensões; Considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital; Considerando as características do mercado, as empresas podem sozinhas participar da licitação e posteriormente fornecer o objeto licitado; Considerando que a admissão do consórcio na licitação poderá ocasionar dificuldades de gestão do contrato; Considerado que ao contrário, permitir o consorciamento traria potencial risco de restrição à competição. Ademais, os Acórdãos nº 1.305/2013 - TCU - Plenário, nº 1.636/2007 - TCU - Plenário e nº 566/2006 - TCU - Plenário, são no sentido de que a permissão de empresas participarem da licitação pública reunidas em consórcio recai na discricionariedade da Administração. Enfim, não será admitida a participação de consórcios.

3.19.3. Empresa cujos diretores, gerentes, sócios e responsáveis técnicos sejam servidores ou dirigentes da Prefeitura Municipal de Ibiá, membro efetivo ou substituto da Comissão Permanente de Licitação, bem como Pregoeiro ou Membro da Equipe de Apoio. Aplica-se também o previsto neste item a pessoa física participante do processo.

3.19.4. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública; e

3.19.5. Empresas com o direito suspenso de participar de licitação e impedida de contratar com o Município de Ibiá.

3.20. A observância das vedações dos itens anteriores é de inteira responsabilidade do licitante, que pelo

descumprimento, se sujeita às penalidades previstas neste edital.

3.21. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do(a) licitante.

3.22. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país.

3.23. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país.

3.24. Os(As) licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

3.25. A(O) CONTRATADA(O) deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

---

#### 4 - DO CREDENCIAMENTO

---

4.1. Para participar deste Pregão Eletrônico, o(a) licitante deverá estar credenciado no Sistema “**PREGÃO ELETRÔNICO**” através do site <https://licitanet.com.br/>.

4.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema.

4.3 O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do(a) licitante ou de seu(ua) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4 O(A) licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa.

4.4.1. O(A) licitante deverá encaminhar por meio do Sistema, junto com os documentos de habilitação, a Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), podendo ser utilizado o modelo do Anexo III deste Edital.

4.5 O(A) licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu(ua) representante, excluída a responsabilidade do provedor do Sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

---

#### 5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

---

5.1. Os(As) licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)), concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição detalhado do objeto ofertado, incluindo quantidade, preço unitário (conforme solicita o sistema), até a data e o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação. A proposta a ser encaminhada por meio do Sistema poderá obedecer ao modelo do Anexo IV deste Edital.

5.2. As propostas registradas no Sistema **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação do licitante na proposta registrada, esta será desclassificada pelo(a) Pregoeiro(a).



- 5.3. Qualquer elemento que possa identificar o(a) licitante, importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 5.4. O(A) licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública.
- 5.5. O(A) licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do **Termo de Referência - Anexo I** prevalecerão às últimas.
- 5.6. Na Proposta de Preços registrada/inserida no Sistema deverão estar incluídos além do lucro, quaisquer vantagens, abatimentos, descontos, despesas com entrega, equipamentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações previdenciárias, fiscais, comerciais, trabalhistas, tarifas, seguros, responsabilidade civil e demais despesas que incidam direta ou indiretamente ou que venham a incidir sobre o objeto desta licitação.
- 5.7. Até a abertura da sessão pública, os(as) licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no Sistema.
- 5.8. Nesta etapa do certame, não haverá ordem de classificação das propostas apresentadas, o que ocorrerá somente após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do(a) licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) Pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 5.10. Os documentos complementares à proposta e a habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, deverão ser encaminhados pelo(a) licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, dentro do prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no Sistema, para envio da proposta, adequada ao último lance ofertado após a realização da negociação, nos termos do item 7.18 deste Edital.
- 5.11. O(A) licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subseqüentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 5.12. O(A) licitante declarará em campo próprio do Sistema que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
- 5.13. A falsidade da declaração de que trata o item 5.12 acima, sujeitará o(a) licitante às sanções previstas neste edital e na Lei nº 14.133/2021.
- 5.14. Para a cota reservada de 10% (dez por cento), somente poderão proceder ao registro da proposta e participar da disputa, as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o artigo 48, inciso III da LC nº 123/2006, que estabelece a reserva de cotas para as MICROEMPRESAS e EPP's.
- 5.15. Os documentos de habilitação e proposta de preços inseridos no sistema na forma digital, preferencialmente em formato PDF ou outro equivalente, deverão estar legíveis e válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas, sob pena de inabilitação ou desclassificação.**
- 5.16. Só serão aceitos documentos legíveis, que ofereçam condições de análise por parte do Pregoeiro e Equipe de Apoio ou Por Comissão Permanente de Licitações quando se tratar de outra modalidade.**
- 5.17. Para maior agilidade e análise dos documentos, os mesmos deverão ser anexados na plataforma de forma agrupada na ordem solicitada no edital.**

## 6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS E SEU PREENCHIMENTO

6.1. É obrigatória a apresentação da proposta que deverá ser enviada mediante o preenchimento, no Sistema Eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário, total e global do item;

6.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência; e

6.1.3. Será desclassificada a proposta que não atender o disposto no item 6.1 deste Edital e no artigo 59, incisos I e II, da Lei 14.133/2021.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a(o) CONTRATADA(O).

6.3. Locais de Entrega:

<b>Almoxarifado Central Prefeitura de Ibá-MG</b>	Robison Montoani	Avenida Tancredo Neves S/N - Centro	34 3631 5775
--	------------------	--	--------------

6.4. Futura e eventual aquisição de equipamentos, eletroeletrônicos e ferramentas para atender às necessidades das Secretarias requisitantes, conforme especificações e quantitativos definidos no Termo de Referência – TR (anexo deste Edital), garantindo o fornecimento adequado às atividades institucionais de cada demandante.

6.5. A entrega deverá ser realizada de forma parcelada, conforme cronograma e solicitações da secretaria demandante. Os prazos de entrega deverão atender à das Secretarias requisitantes.

6.6. A CONTRATADA(O) deverá fornecer garantia mínima de 12 (doze) meses além da garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor para defeitos de fabricação ou mal funcionamento do produto.

6.7. Os quantitativos serão estimados, podendo sofrer variações conforme a demanda real da secretaria.

6.8. Os equipamentos, eletroeletrônicos e ferramentas entregues em desacordo com as especificações deverão ser substituídos imediatamente, sem qualquer ônus para a Administração. A aceitação definitiva dos produtos ocorrerá após conferência da qualidade, quantidade e conformidade com os requisitos estabelecidos.

6.9. Sempre que possível, deverá ser priorizado o fornecimento de equipamentos, eletroeletrônicos e ferramentas provenientes de práticas sustentáveis, respeitando as normas ambientais e de bem-estar animal, cabendo à contratada adotar medidas que minimizem impactos ambientais relacionados ao transporte e acondicionamento dos produtos.

6.10. A empresa contratada deverá estar regularmente constituída e habilitada, atendendo às exigências da legislação vigente, sendo o fornecimento executado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas.

6.11. Nos valores propostos estarão incluídas além do lucro, quaisquer vantagens, abatimentos, descontos, despesas com entrega, frete, equipamentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações previdenciárias, fiscais, comerciais, trabalhistas, tarifas, seguros, responsabilidade civil e demais despesas que incidam direta ou indiretamente ou que venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

6.12. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.13. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do(a) licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.14. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, 03

(três) casas decimais após a vírgula.

6.15. Os preços propostos serão considerados completos quanto ao objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da licitante.

6.16. As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofereçam apenas um preço para cada item desta licitação.

**6.17. A apresentação da proposta e a respectiva documentação significarão expressa aceitação, pelas licitantes, de todas as disposições deste edital.**

**6.18. DEVERÁ SER APRESENTADO CATALOGO OU FOLDER DOS PRODUTOS OFERTADOS PARA VERIFICAÇÃO DOS ATENDIMENTO AO DESCRITIVO RELACIONADO NO TERMO DE REFERENCIA DESTE EDITAL.**

**6.19 – Deverá ser ofertada garantia mínima de 12 (doze) meses a partir da entrega dos produtos.**

**6.18. DA PROPOSTA ESCRITA:**

6.18.1. A proposta deverá ser apresentada em uma via, datilografada ou processada em computador, em papel timbrado da empresa, contendo razão social, endereço atualizado, CNPJ, telefone/e-mail, datada, sem rasuras, acréscimos e entrelinhas, em linguagem clara e que não dificulte a exata compreensão do seu enunciado (podendo ser usado o modelo previsto no Anexo IV. Sua(s) folha(s) deve(m) ser assinada(s) ou rubricada(s) pelo representante legal da empresa ou proponente e deverá obrigatoriamente conter:

6.18.2. Indicação do preço global da proposta, expresso em numeral e por extenso, que corresponderá ao somatório total da planilha.

6.18.3. Apresentação de planilha com a descrição dos produtos a serem adquiridos, preenchidos as colunas de unidade, marca, modelo, quantidade, preço unitários e preço total do Item, conforme modelo constante do Anexo IV.

6.18.4. Indicação do prazo de validade da proposta, que deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta dias) dias, a contar da data de apresentação da mesma.

6.18.5. Declaração expressa da licitante constando que estão incluídas no preço global da proposta todas as despesas relativas ao objeto licitado, além do lucro, quaisquer vantagens, abatimentos, descontos, despesas com entrega, equipamentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações previdenciárias, fiscais, comerciais, trabalhistas, tarifas, seguros, responsabilidade civil e demais despesas que incidam direta ou indiretamente ou que venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

6.19. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente do país.

6.20. Cabe à licitante fazer minucioso estudo, verificação e comparação de todos os documentos apresentados, dos detalhes, das especificações e demais documentos integrantes da documentação técnica fornecida pela Prefeitura para fornecimento do objeto licitado.

6.21. Com o recebimento da proposta, a Administração entenderá que todos os documentos, prazos, especificações foram detalhadamente analisados pela licitante e que todas as informações foram consideradas para o fornecimento.

6.22. Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração.

6.23. A planilha quantitativa orçamentária elaborada pela administração deverá ser observada com critério pela licitante, devendo ser mantido os campos referentes ao número do item, quantidade, descrição dos produtos, valor unitário e valor total e global do ITEM.

**6.24. Os preços propostos serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe assistindo direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos sob alegações de erro, lapso, omissão ou outro qualquer pretexto, que por ventura venha majorar o valor total da proposta.**

**6.25. Deverá ser ofertada garantia mínima de 12 (doze) meses a partir da entrega dos produtos.**



---

## **7 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

---

7.1. No horário estabelecido neste Edital, o(a) Pregoeiro(a) abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no Sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no item 6.1 do Edital.

7.1.1. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “6.1.2. Descrição Detalhada do Objeto” do Sistema, confrontando suas características com as exigências deste Edital e seus Anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

7.2. Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecuível, o(a) Pregoeiro(a) obrigatoriamente justificará, por meio do Sistema, e então desclassificará.

7.2.1. O(A) licitante/proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexecuível, caso o(a) mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

7.3. Os(as) licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo(a) Pregoeiro(a).

7.4. Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site [www.licitanet.com.br/](http://www.licitanet.com.br/), conforme Edital.

7.4.1. Os(as) licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.4.2. O(a) licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo Sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

7.4.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser<sup>1</sup> conforme valores definidos no Termo de Referência.

7.4.4. O intervalo entre os lances enviados pelo(a) mesmo(a) licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo Sistema os respectivos lances.

7.5. Será adotado para o envio de lances neste Pregão Eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que os(as) licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.5.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo Sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.5.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.5.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.5.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo Sistema, poderá

---

III - elaboração do edital, que estabelecerá os critérios de julgamento e a aceitação das propostas, o modo de disputa e, quando necessário, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

o(a) Pregoeiro(a), assessorado(a) pela Equipe de Apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.5.5. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com 03 (três) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Termo de Referência -Anexo I. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, o(a) Pregoeiro(a), poderá convocar no Chat Mensagem para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso o(a) licitante permaneça inerte.

7.6. Não serão aceitos 02 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.6.1. Durante o transcurso da sessão pública, os(as) licitantes serão informados(as), em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos(as) demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

7.7. Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o(a) Pregoeiro(a) poderá alertar o(a) licitante/proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do Sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo(a) proponente.

7.8. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o Sistema Eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item.

7.9. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva deste Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos(as) licitantes para a recepção dos lances.

7.10. O(A) Pregoeiro(a), quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.11. Quando a desconexão do Sistema Eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no Sítio Eletrônico utilizado para divulgação no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

7.12. Incumbirá ao(a) licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública deste Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

7.13. A desistência em apresentar lance implicará exclusão do(a) licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ele(a) apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços.

7.14. Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances.

7.15. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.16. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.17. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate de acordo com o art. 60 da Lei 14.133/2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de

- trabalho, conforme regulamento; e
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 7.18. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
  - b) empresas brasileiras;
  - c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; ou
  - d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.19. As regras previstas no art. 60 da Lei 14.133/2021 não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 7.20. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, art. 61 da Lei 14.133/2021.
- 7.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.20.2. A negociação será conduzida pelo pregoeiro, agente de contratação ou comissão de contratação, na forma de regulamento, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.21. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo Sistema Eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.22. Da cota reservada de até 25% (vinte e cinco por cento) para ME e EPP:
- 7.22.1. Conforme apresentado no item 3.1 do Edital, os itens **05, 18, 20 e 23** desta contratação serão destinados a AMPLA PARTICIPAÇÃO, sendo que todos os demais itens serão destinados para PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP, inclusive os itens que tratam de reserva de cota dos itens de ampla participação, conforme preconizado nos incisos I e III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/06.
- 7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo Sistema, contraproposta ao(a) licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.24. O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao(a) licitante melhor classificado(a) que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares à proposta e a habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.25. O(A) pregoeiro(a) poderá definir percentual ou valor de redução mínima entre os lances.

---

## **8- DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

---

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e no item 7.24 deste Edital, e verificará a habilitação do(a) licitante, observado o disposto no item 10 - DA CONDIÇÃO PRÉVIA PARA HABILITAÇÃO e 11 - DA

DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO, deste edital.

---

## 9 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

---

9.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, desde que observadas as especificações e demais condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

9.1.1 - Para análise dos documentos e das propostas comerciais, o Pregoeiro e Equipe de apoio poderão solicitar à Secretaria requisitante manifestação por meio de parecer conclusivo, ou por meio de manifestação verbal emitida por seus membros que estiverem presentes na sessão, hipótese em que a manifestação será consignada em ata.

9.2 - Considera-se preço global da proposta a soma dos valores relativos ao custo total apresentado na planilha.

9.3 - O critério a ser utilizado será o de **MENOR PREÇO OFERTADO POR ITEM**.

### 9.4. DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:

9.4.1. Serão desclassificadas as propostas de acordo com o art. 59 da Lei 14.133/2021 que:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

9.4.2. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

9.4.3. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

9.4.3.1. É facultada ao(a) Pregoeiro(a), à Comissão ou autoridade responsável pelo recebimento da mercadoria a promoção de diligência ou solicitação de amostra do material licitado, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

9.4.4. Não havendo a comprovação da exequibilidade da proposta, esta será desclassificada.

9.4.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.4.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.4.7. O(A) Pregoeiro(a) poderá convocar o(a) licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.4.7.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a) por solicitação escrita e justificada do(a) licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo(a) Pregoeiro(a).

9.4.8. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características dos serviços prestados, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for

o caso, por outro meio e prazo indicados pelo(a) Pregoeiro(a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo Sistema Eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.4.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.4.10. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.4.11. O(A) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do Sistema Eletrônico, contraproposta ao(a) licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.4.12. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o(a) licitante para que seja obtido preço melhor.

9.4.12.1. A negociação será realizada por meio do Sistema, podendo ser acompanhada pelos(as) demais licitantes.

9.4.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do(a) licitante, observado o disposto neste Edital.

---

## **10 - DA CONDIÇÃO PRÉVIA PARA HABILITAÇÃO**

---

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do(a) licitante detentor(a) da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>), e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

10.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu(ua) sócio(a) majoritário(a), por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.2. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.2. Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a) reputará o(a) licitante inabilitado(a), por falta de condição de participação.

10.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo Sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o(a) licitante será convocado(a) para encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

10.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.



- 10.5.1. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a) ou da entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 10.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 10.7. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do(a) licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivos, observando-se que:
- 10.7.1. se o(a) licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
  - 10.7.2. se o(a) licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
  - 10.7.3. se o(a) licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial.
- 10.8. Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 10.9. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o(a) licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.
- 10.10. Os documentos acima referidos deverão estar com prazo de validade em vigor, na data da licitação. Os documentos (CERTIDÕES) que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, serão adotados a vigência de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não possui prazo de validade.
- 10.11. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração da proposta de preços.
- 10.12. O(A) Pregoeiro(a) poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação dos(as) licitantes.
- 10.13. Os documentos necessários à participação neste Pregão poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a).
- 10.13.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao(a) Pregoeiro(a), no Setor de Licitação, situado na Av. Tancredo Neves nº 663 – Centro – CEP: 38.950-000 – Ibiá/MG.
- 10.14. Os(As) licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

---

## **11 - DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

---

11.1. A licitante melhor classificada após a fase de julgamento das propostas deverá encaminhar dentro do prazo de 02 (duas) horas, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (<https://licitanet.com.br/>), os seguintes documentos, em vigor na data da abertura da Sessão Pública:

### **11.1.1 – PARA COMPROVAR HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, em vigor, devidamente registrados na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, e no caso de sociedade por ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando as atividades assim o exigir;
- e) Em se tratando de micro-empendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Micro-empendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldomicroempendedor.gov.br](http://www.portaldomicroempendedor.gov.br);
- f) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- g) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

**OBSERVAÇÃO:** Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **11.1.2 – PARA COMPROVAR REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E ECONÔMICA:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal se houver relativo à sede ou domicílio do licitante pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, emitida pela Secretaria competente do Município;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, emitida pela Secretaria competente do Estado;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- f) Prova de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), (art. 68, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores);
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Constituição das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5452, de 01 de maio de 1943. (CNDT expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>), de acordo com a Lei 12440/11 de 7 de julho de 2011).
- h) Certidão negativa de falência e concordata feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

11.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o(a) licitante qualificado(a) como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado(a) vencedor(a), uma vez que atenda a todas as demais exigências deste Edital.

11.3. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

11.4. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificado(a) como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o(a) mesmo(a) será convocado(a) para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do(a) vencedor(a), comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo(a) licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.5. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto acima acarretará a inabilitação do(a) licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos(as) licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

11.6. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.8. Será inabilitado o(a) licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.9. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo Sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.10. O(A) licitante provisoriamente vencedor(a) em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado(a) a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

11.11. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do(a) licitante nos remanescentes.

11.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas neste Edital, o(a) licitante será declarado(a) vencedor(a).

11.13. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o(a) licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

11.14. O(A) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos(as) licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

11.15. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de documentos de habilitação apresentados, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**11.16. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de habilitação de proposta e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação à todos os licitantes.**

11.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a

apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do art. 64 da Lei 14.133/2021, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- b) na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo de 02(duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

11.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

11.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já houver sido encerrada não caberá à exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

---

## **12 - DAS DECLARAÇÕES**

---

12.1. Declaração de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública ou suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de Ibiá, podendo ser utilizado o modelo do Anexo V deste Edital, na forma do art. 63, I da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Declaração de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo art. 68, da Lei nº 14.133/2021, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei, podendo ser utilizado o modelo do Anexo VI deste Edital;

12.3. Declaração atestando que a empresa licitante não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, podendo ser utilizado o modelo do Anexo VII deste Edital.

12.4. Declaração atestando que a empresa licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, podendo ser utilizado o modelo do Anexo VIII deste Edital, na forma do art.63, IV da Lei nº 14.133/2021.

---

## **13 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

---

13.1. A proposta final do(a) licitante declarado(a) vencedor(a) deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no Sistema Eletrônico e deverá:

13.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo(a) licitante ou seu representante legal.

13.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do(a) licitante vencedor(a), para fins de pagamento.

13.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos, e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção a(ao) CONTRATADA(O), se for o caso.

13.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, **tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência**, vinculam a(o) CONTRATADA(O).

13.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

13.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

13.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

13.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro(a) licitante.

---

## 14 - DOS RECURSOS

---

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão; e
- b) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

14.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.7. Os recursos interpostos fora do prazo ou com defeitos formais não serão conhecidos de ofício pelo Pregoeiro, dispensando-se decisão da Autoridade Superior.

14.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.licitanet.com.br].

---

## 15 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

---

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

- 15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública,



situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o(a) licitante declarado(a) vencedor(a) não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.1.3. Na hipótese de cancelamento de preço registrado e/ou cancelamento de ata de registro de preço e, não existindo cadastro de reserva ou seja impossível sua utilização, será reaberta sessão para convocação dos remanescentes, nos termos do § 7º do Art. 90 da Lei nº 14.133/2021, para dizer se aceitam fornecer o serviço pelo valor ofertado pelas empresas contratadas (Art. 90, §2º) ou, quando frustrada, pelo preço até no máximo nas condições ofertadas por eles (Art. 90, §4º), desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, assinando-se nova ata administrativa em caso de êxito.

15.2. Todos(as) os(a) licitantes remanescentes deverão ser convocados com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1. A convocação se dará por meio do Sistema Eletrônico ("chat") da Plataforma *Licitanet*.

---

---

## **16 - DA FISCALIZAÇÃO**

---

---

16.1. O Modelo de Gestão e Fiscalização da contratação está descrita no Termo de Referência – TR que consta como Anexo I do presente Edital.

---

---

## **17 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

---

---

17.1. As condições de pagamento da contratação estão descritas no Termo de Referência – TR que consta como Anexo I do presente Edital.

---

---

## **18 - DO PREÇO**

---

---

18.1. As condições do preço da contratação estão descritas no Termo de Referência – TR que consta como Anexo I do presente Edital.

---

---

## **19 - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

---

---

19.1. As condições relativas ao reequilíbrio econômico financeiro da contratação estão descritas no Termo de Referência – TR que consta como Anexo I do presente Edital.

---

---

## **20 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

---

---

20.1. As obrigações das partes na contratação estão descritas no Termo de Referência – TR que consta como Anexo I do presente Edital.

---

---

## **21 - DA VIGÊNCIA DA ARP**

---

---

21.1. A ARP terá sua vigência de por 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, com

**eficácia legal a partir da publicação de seu extrato e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, de acordo com o Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.**

21.2. No termos da parte final artigo 11 do Decreto Municipal nº 6.221, de 01 de Novembro de 2023, por se tratar de hipótese de registro de preços para futura e eventual aquisição de item de necessidade permanente da Administração, portanto, com natureza de fornecimento contínuo, a ARP poderá ser renovado por outro período de até 12 (doze) meses, oportunidade na qual poderá ser renovado o quantitativo registrado na ARP regional, desde que atendidos os critérios de interesse público e vantajosidade em favor da administração.

21.3. O ato de prorrogação da vigência da ARP deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e indicar o quantitativo renovado, até o limite inicialmente registrado.

---

## **22-DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

---

22.1. Após a homologação da licitação ou a autorização da contratação direta, o Registro de Preços de acordo Lei Federal nº 14.133/2021, de 01º de abril de 2021, observará, entre outras, as seguintes condições:

- a) serão registradas na Ata de Registro de Preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva ou do proponente a ser contratado de forma direta;
- b) será incluído na respectiva ata, na forma anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos dos licitantes vencedores na ordem de classificação do certame; e
- c) o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no sítio eletrônico oficial do Município de Ibiá – MG e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

22.1.1. O Registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor na ordem de classificação do certame, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata.

22.1.2. Se houver mais de um licitante que aceite cotar o objeto com preços iguais aos dos licitantes vencedores, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase de lances.

**22.1.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente motivada, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.**

22.1.4. O compromisso de fornecimento também se aplica aos licitantes que aceitem cotar o objeto com preço igual ao do licitante vencedor.

22.1.5. O licitante que aceitar compor o cadastro de reserva com preço igual ao do licitante vencedor, mas deixar de responder ou recusar convocação do Município de Ibiá – MG para assumir o remanescente da Ata de Registro de Preços, ficará sujeito à imposição das sanções previstas no Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Edital, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

22.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01(um) ano e poderá ser prorrogado, por até igual período, desde que comprovado o interesse público e a vantajosidade, renovando-se o saldo inicial.

22.2.1. No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços na prevista no art. 84 da lei 14.133/21, os quantitativos fixados na licitação ou no instrumento de contratação direta serão renovados para um novo período de vigência.

22.2.2. O contrato decorrente do sistema de registro de preços deverá ser celebrado no prazo de validade da Ata de Registro de Preço.

22.2.3. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, observado o disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021.

22.2.4. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços poderá ser alterado em conformidade com as disposições nela contidas, observado ainda o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo também sempre observar as demais normas gerais que regem os contratos administrativos, em especial aquelas que constam da referida lei federal.

22.2.5. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto, no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.

---

## **23 – DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS**

---

23.1. De acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, de 01º de abril de 2021, observará, entre outras, as seguintes condições:

23.1.1. Autorizado o registro de Preços para a contratação direta ou homologado o resultado da licitação, o proponente ou o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidas no instrumento convocatório, até 05 (cinco) dias úteis contados da sua convocação para assinar a ARP, sob pena de decair o direito à contratação, podendo o prazo ser prorrogado um vez por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

23.1.2. É facultado a administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro e preços no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes que aceitarem registrar preços iguais ao do licitante vencedor do certame para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante vencedor.

23.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do art. 10 do Decreto Municipal nº 6.221, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, a administração poderá:

a) convocar aqueles licitantes que mantiverem sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) adjudicar e celebrar a Ata de Registro de Preços nas condições ofertadas pelos licitantes subsequentes, atendida à ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

23.3. A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

23.3.1. A recusa injustificada do fornecedor mais bem classificado em assinar a Ata de Registro de preços dentro do prazo estabelecido no Edital ou instrumento de contratação direta ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021, assegurada a ampla defesa e contraditório.

23.4. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por meio de contrato ou outro instrumento compatível, nos termos da lei.

**23.4.1. O instrumento de contrato previsto neste edital, poderá ser substituído, a critério da Administração, por outros instrumentos como nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de serviço ou outro instrumento hábil, somente nas hipóteses descritas nos incisos I e II do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.**

23.4.2. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

---

## 24 - DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

---

24.1 - O Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2024, no Decreto Municipal nº 6.221/2023 e demais normas complementares.

---

## 25 - DA ADESÃO EM ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

---

25.1. As quantidades previstas na Ata de registro de Preço foram estimadas com base na realidade do município de Ibiá/MG, portanto **NÃO SERÁ PERMITIDA** a Adesão de órgão ou entidades, conforme previsto no Capítulo VIII, artigos 31, 32 e 33 do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2021, que regulamenta a utilização da ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes.

---

## 26 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

---

26.1. As infrações administrativas e sanções estão descritas no Termo de Referência – TR que consta como Anexo I do presente Edital.

---

## 27 - DAS CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

---

27.1. As condições para alteração dos preços registrados estão descritas no Termo de Referência – TR que consta como Anexo I do presente Edital.

---

## 28 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

---

28.1. As condições de cancelamento da ata de registro de preços e dos preços registrados estão descritas no Termo de Referência – TR que consta como Anexo I do presente Edital.

---

## 29 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

---

29.1. As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento do objeto licitado estão previsto na Lei Orçamentária para o exercício de 2026/2027.

Indicação Orçamentária - GABINETE	
<b>Código da Despesa:</b> 02.01.01.04.122.0123.2101.4.4.90.52.00	
MAN.ATIV.GABINETE DO PREFEITO - Equipamento e Material Permanente	
<b>Ficha:</b> 43	
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500	
Indicação Orçamentária – ASSUNTOS JURÍDICOS	
<b>Código da Despesa:</b> 02.04.01.04.122.0123.2120.4.4.90.52.00	
MAN.ATIV.-ASSUNTOS JURIDICOS - Equipamento e Material Permanente	
<b>Ficha:</b> 747	
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500	

<b>Indicação Orçamentária – DESENV. SUST. E COMUNICAÇÃO</b>
<b>Código da Despesa:</b> 02.03.01.04.122.0123.2118.4.4.90.52.00
MAN.ATIV.DESENV.SUST.E COMUNICAÇÃO - Equipamento e Material Permanente
<b>Ficha:</b> 71
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500
<b>Indicação Orçamentária – GESTÃO</b>
<b>Código da Despesa:</b> 02.05.01.04.122.0123.2125.4.4.90.52.00
MAN. ATIV. - ADM. GESTÃO - Equipamento e Material Permanente
<b>Ficha:</b> 106
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500
<b>Indicação Orçamentária – FAZENDA</b>
<b>Código da Despesa:</b> 02.07.01.04.122.0123.2171.4.4.90.52.00
MAN. ATIV. – ADM. FAZENDA E PLANEJAMENTO – Equipamento e Material Permanente
<b>Ficha:</b> 253
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500
<b>Indicação Orçamentária – LOGÍSTICA</b>
<b>Código da Despesa:</b> 02.13.01.04.122.0123.2286.4.4.90.52.00
MAN.ATIVIDADES – ADM. LOGÍSTICA – Equipamento e Material Permanente
<b>Ficha:</b> 443
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500
<b>Indicação Orçamentária – EDUCAÇÃO</b>
<b>Código da Despesa:</b> 02.06.01.12.122.0111.2143.4.4.90.52.00
MAN. ATIV. ADM. EDUCAÇÃO - Equipamento e Material Permanente
<b>Ficha:</b> 748
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500
<b>Indicação Orçamentária – ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>
<b>Código da Despesa:</b> 02.16.00.08.122.0113.2188.4.4.90.52.00
MAN. ATIV. – DESENVOLVIMENTO SOCIAL – Equipamento e Material Permanente
<b>Ficha:</b> 604
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500
<b>Indicação Orçamentária – AGRICULTURA</b>
<b>Código da Despesa:</b> 02.09.01.20.122.0123.2205.4.4.90.52.00
MAN. ATIV. ADM. AGRICULTURA – Equipamento e Material Permanente
<b>Ficha:</b> 280
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500
<b>Indicação Orçamentária – OBRAS</b>
<b>Código da Despesa:</b> 02.12.01.04.122.0104.2254.4.4.90.52.00



MAN. ATIV. – ADM. OBRAS – Equipamento e Material Permanente
<b>Ficha:</b> 373
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500
<b>Indicação Orçamentária – ESPORTE</b>
<b>Código da Despesa:</b> 02.10.01.27.122.0123.2218.4.4.90.52.00
MAN. ATIV. – ADM. ESPORTES, LAZER – Equipamento e Material Permanente
<b>Ficha:</b> 308
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500
<b>Indicação Orçamentária – CULTURA</b>
<b>Código da Despesa:</b> 02.11.01.13.392.0112.2236.4.4.90.52.00
MAN. ATIV. – ADM. CULTURA – Equipamento e Material Permanente
<b>Ficha:</b> 340
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500
<b>Indicação Orçamentária – SAÚDE</b>
<b>Código da Despesa:</b> 02.14.02.10.122.0115.2329.4.4.90.52.00
MAN. ATIV. – GESTÃO A SAÚDE – Equipamento e Material Permanente
<b>Ficha:</b> 508
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500 – Recursos não Vinculados de Impostos
<b>Código da Despesa:</b> 02.14.01.10.301.0115.2295.4.4.90.52.00
MAN. ATIV. – UBS – Equipamento e Material Permanente
<b>Ficha:</b> 470
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500 – Recursos não Vinculados de Impostos
1.621 - Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. Gov.

### 30-DOS ESCLARECIMENTOS/ IMPUGNAÇÃO /RECURSO

30.1. Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar os termos deste Edital, mediante petição.

**30.2. A impugnação deverá ser realizada, por forma eletrônica, obrigatoriamente através do Sistema Eletrônico do site <https://licitanet.com.br/>.**

30.3. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao(a) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos seus Anexos, decidir sobre a impugnação e divulgar em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

30.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos deste Pregão Eletrônico.

30.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**30.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este Pregão Eletrônico deverão ser enviados ao(a) Pregoeiro(a), serem divulgados em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, mediante petição, por forma eletrônica, obrigatoriamente, através do Sistema Eletrônico do site <https://licitanet.com.br/>.**

30.6. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos seus Anexos.

30.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente de acordo com o art. 168 da nº 14.133/2021

30.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas pelo Sistema para os interessados, e vincularão os participantes e a Administração.

30.9. As Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

---

### **31 - DAS CONDIÇÕES PARA ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO**

---

31.1. Inexistindo manifestação recursal o(a) Pregoeiro(a) adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade competente homologar o procedimento licitatório.

31.2. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

---

### **32 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

---

32.1. A participação na presente licitação implica na concordância tácita, por parte da licitante, com todos os termos e condições deste edital.

32.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

32.3. É facultada o Pregoeiro ou autoridade superior da Prefeitura, em qualquer fase da licitação, suspender o processo para análise técnica, promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

32.4. Poderá a ainda, quando entender necessário, suspender a sessão para análise detalhada da documentação de habilitação e propostas de preços.

32.5. No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

32.6. Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital, inclusive a sessão pública, serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequentes aos ora fixados, desde que não haja comunicação em contrário pelo(a) Pregoeiro(a).

32.7. As Normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

32.8. A Administração poderá revogar a licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 71 da Lei nº 14.133/2021).

32.9. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providencias ou impugnar o ato convocatório do

pregão, devendo fazê-lo até 3(três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

32.10. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

32.11. Serão de exclusiva responsabilidade da adjudicatária todas as despesas necessárias à contratação, inclusive o registro do respectivo instrumento no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, se for o caso.

32.12. O(a) Pregoeiro(a), no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 2º, do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

32.13. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do(a) licitante.

32.14. O(A) licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do(a) licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

32.15. Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o(a) Pregoeiro(a) poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

32.16. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), [www.ibia.mg.gov.br](http://www.ibia.mg.gov.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos de 08:00 às 11:30 horas e de 13:00 às 17:30 horas, no Setor de Licitações, na Av. Tancredo Neves, nº 663, Bairro Centro, CEP: 38.950-000, IBIÁ/MG, SEM ÔNUS, e maiores informações na sede da Prefeitura, no endereço acima, ou através do Telefone/Fax (34) 3631-5754, sendo que os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

32.17. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

32.18. As decisões do(a) Pregoeiro(a) serão publicadas no AMM - Associação Mineira de Municípios no Diário Oficial e divulgadas nos sites: <https://www.licitanet.com.br> e <https://www.ibia.mg.gov.br/>, e também poderão ser lidos de 08:00 às 11:30 horas e de 13:00 às 17:30 horas, no Setor de Licitações, Setor de Licitações, na Av. Tancredo Neves, nº 663, Bairro Centro, CEP: 38.950-000, IBIÁ/MG, e maiores informações na sede da Prefeitura, no endereço acima, ou através do Telefone/Fax (34) 3631-5754, sendo que os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

32.19. O Município de Ibiá-MG poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

32.20. As informações previstas neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que, qualquer detalhe que omita em um documento e mencione em outro serão considerados válidos.

32.20.1. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

32.21. As questões não previstas neste edital serão resolvidas pelo Pregoeiro com base nas normas jurídicas e administrativas que forem aplicáveis.

32.22. O Fornecedor não poderá caucionar ou utilizar a ARP para qualquer operação financeira.

**32.23. O Fornecedor não poderá:**

33.23.1. Subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada;

- 33.23.2. Associar-se com outrem, realizar fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização do Contratante.
- 32.24. Demais informações pelo telefone (034-3631-5754) Av. Tancredo Neves nº 663 – Centro – CEP: 38.950-000 - Ibiá MG, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.
- 32.25. Fica eleito o foro da Comarca de Ibiá, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Ibiá-MG, 01 de junho de 2026

**Secretaria Municipal de Saúde**  
Ticiania Angêlica dos Santos

**Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente**  
Felisberto Paiva Carvalho

**Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos**  
João Henrique Assunção

**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**  
Kassiléia Aparecida de Souza

**Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente**  
Felisberto Paiva Carvalho

**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Comunicação**  
**Secretaria Municipal de Cultura e Turismo**  
Leandro Fabrício Marques Reis

**Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura**  
Helvécio Nascimento

**Secretaria Municipal Logística**  
Alexandre Mantoani

**Secretaria de Fazenda e Planejamento**  
Rodrigo Mendes Braz



**Secretaria Municipal de Educação**  
Inês Nascimento Correa

**Secretaria Municipal de Esporte e Lazer**  
Sílvia Helena Pinheiro Moraes

**Secretaria Municipal de Gestão**  
Nahara Christina Albino Kersul

**Secretaria Municipal de Gabinete**  
Lívia Maria Pimenta Rodrigues Reis



## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERENCIA**

#### **1. DO OBJETO:**

Constitui objeto da presente licitação o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS, ELETROELETRÔNICOS E FERRAMENTAS** para atender as diversas secretarias do município de Ibiá - MG, conforme especificações constantes no Anexo I.

#### **2. SECRETARIAS REQUISITANTES:**

Secretaria Municipal de Gabinete do Prefeito  
Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos  
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Comunicação  
Secretaria Municipal de Gestão  
Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento  
Secretaria Municipal de Logística  
Secretaria Municipal de Educação  
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social  
**Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente**  
Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura  
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer  
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo  
Fundo Municipal de Saúde

#### **3. JUSTIFICATIVA / FINALIDADE:**

A presente solicitação tem como objetivo a aquisição de equipamentos eletroeletrônicos e ferramentas para atender as diversas secretarias do município de Ibiá - MG.

Dessa forma, a presente contratação tem por finalidade de assegurar o adequado funcionamento das atividades administrativas e das Secretarias Municipais de Ibiá/MG, conforme preconizado no planejamento de cada uma dessas Secretarias, e com base nos princípios e diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui normas gerais de licitações e contratos administrativos, apresenta-se a seguinte justificativa para a aquisição de materiais de expediente e didático.

A aquisição de equipamentos, eletroeletrônicos e ferramentas é fundamental para o cumprimento das atividades regulares das Secretarias Municipais, como a Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e outras que dependem desses equipamentos e materiais para suas operações cotidianas. Os equipamentos, eletroeletrônicos e ferramentas são essenciais para a organização administrativa e são imprescindíveis para garantir o bom desenvolvimento das atividades das secretarias.

A aquisição dos equipamentos, eletroeletrônicos e ferramentas é uma medida indispensável para a continuidade dos serviços prestados pela administração pública. A realização de compras por meio de processos licitatórios visa atender à demanda sem atrasos, mantendo o fluxo de serviços administrativos sem prejuízo de sua qualidade.

Além disso, as compras serão realizadas de maneira planejada e otimizada, buscando-se sempre os melhores preços e condições de pagamento, conforme princípios da economicidade e eficiência que regem a Lei nº 14.133/21.

#### JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Em regra, conforme disposição estabelecida na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perder a economia de escala.

Considerando as especificações do presente objeto, a demanda será parcelada, atendendo assim as necessidades das Secretarias Municipais, aproveitando melhor a ampliação da competitividade

#### 4. EXPECTATIVA DE QUANTIDADES, ESTIMATIVA DE PREÇOS E DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA E MAPA DE RISCOS:

Item	Cód	Descrição	Unid	Especificação	Quant	Valor Médio Unitário	Valor Médio Total
1	69090	FOGÃO DE PISO 4 BOCAS COM FORNO DE 58 LITROS.	UNID	FOGÃO modelo de piso com 4 bocas, estrutura em aço inox AISI 304, alimentação a gás natural (2,1 kPa), 2 queimadores simples tipo cachimbo e 2 duplos tipo coroa em ferro fundido com pintura termo resistente. Possui válvula reguladora de pressão, 4 grelhas removíveis (400x400 mm), chapa superior em inox AISI 304 (1/16), bandejas coletoras e grade inferior em aço inox chapa 20. Tubo de alimentação em alumínio sem costura, torneiras dos queimadores 3/8x3/8 em latão cromado. Forno (540x310x660 mm) com queimador e dispositivo supervisor de chama, paredes externas em inox chapa 18, internas em inox AISI 430, porta em inox com puxador de baquelite, sensor de temperatura e 2 bandejas corredeiras em aço inox. Base com 4 pés em perfil L e sapatas reguláveis. Garantia mínima de 12 meses.	27	1.514,00	40.879,00
2	69091	VENTILADOR DE COLUNA COM NO MINIMO 6 PÁS.	UNID	VENTILADOR - TIPO: COLUNA; numero de pás: 06 pás com diâmetro 40 cm; velocidade: 03 velocidades; dimensões: diâmetro aprox. 50cm; tensão: 127volts; motor:mínimo 126 w grade de proteção metálica ou termo plástico de fácil remoção; cor conforme solicitação; inclinação vertical ajustável; oscilação horizontal; interruptor incorporado no corpo do ventilador; pedestal em tubo revestido em polipropileno ou pintado em tinta epóxi na cor conforme solicitação; materiais necessários para fixação da regulagem da altura da coluna.regulagem de altura com alcance minimo1500 mm	54	430,6	23.252,00

				quando montado. base de apoio redonda em termo plástico ou metálica. plugue de tomada em conformidade com a NBR vigente.			
3	69092	GELADEIRA/REFRIGERADOR FROST FREE DUPLEX - MINIMO 413 LITROS	UNID	"GELADEIRA/REFRIGERADOR FROST FREE DUPLEX - MINIMO 413 LITROS Geladeira/refrigerador tipo duplex (duas portas), com capacidade mínima de 413 litros.Equipamento com sistema frost free (degelo automático), controle de temperatura, prateleiras internas removíveis, gaveta para hortifruti, freezer integrado, iluminação interna e vedação eficiente.Deve apresentar refrigeração uniforme, adequada à conservação de alimentos perecíveis, com classificação energética mínima A ou superior e estrutura de fácil higienização.Alimentação elétrica 127V ou 220V.Garantia mínima: 12 meses. REFERÊNCIA DE QUALIDADE:Equipamento com características equivalentes ou superiores a modelos como: Geladeira Philco 413L Frost Free Duplex Inox PRF501TIGeladeira Electrolux Frost Free 431L Efficient Auto Sense Duplex Geladeira Brastemp Frost Free Duplex 415 Litros ou similares, desde que atendam integralmente às especificações técnicas exigidas."	18	4043	72.778,00
4	69093	FORNO INDUSTRIAL 150L, TAMPA DE VIDRO E CAVALETE, COM DUAS GRADES.	UNID	FORNO INDUSTRIAL 150 L , TAMPA DE VIDRO E CAVALETE, COM DUAS GRADES. Funcionamento em baixa pressão. Equipamento com estrutura em aço carbono com pintura resistente ou aço inox, câmara interna de fácil higienização, porta com visor em vidro temperado e vedação eficiente. Deve possuir no mínimo 02 (duas) grades internas removíveis, com capacidade para assar até 04 formas de 30 x 45 cm por fornada. Sistema de aquecimento a gás GLP, com controle de temperatura, queimadores resistentes e distribuição uniforme de calor. Acompanha cavalete metálico, termômetro frontal e manual de instruções. Garantia mínima de 12 meses.	10	2.479,00	24.787,00
5	8088	APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT 12000 BTU  COTA PRINCIPAL DO ITEM 80	UND	APARELHO DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT, CAPACIDADE NOMINAL DE 12.000 BTU/h, ciclo frio, tecnologia inverter ou convencional gás refrigerante R-410A ou R-32, eficiência energética mínima classe A (selo Procel), tensão 110 V ou 220 V, controle remoto sem fio, filtro de ar lavável, funções sleep e timer, baixo nível de ruído, serpentina em cobre, unidades interna e externa inclusas,	24	2.897,00	69.528,00

				produto novo e de primeiro uso, garantia mínima de 12 (doze) meses.			
6	69169	AR CONDICIONADO 9.000 BTU/H	UNID	APARELHO DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT, CAPACIDADE NOMINAL DE 9.000 BTU/H,, ciclo frio, tecnologia inverter ou convencional, utilizando gás refrigerante R-410A ou R-32, com eficiência energética mínima classe A (selo Procel). Deve operar em tensão elétrica 110 V ou 220 V (a ser definida), possuir controle remoto sem fio, filtro de ar lavável e removível, funções sleep, timer e auto restart, baixo nível de ruído, serpentina em cobre, sistema de proteção contra sobrecarga, unidades interna e externa inclusas. Produto novo, de primeiro uso, acompanhado de manual em língua portuguesa, com garantia mínima de 12 (doze) meses.	3	2.390,00	7.169,00
7	9037	FRAGMENTADORA DE PAPEL	UND	Fragmentadora (tritadora/picotadeira) de papel, capacidade mínima de 16 folhas por vez, funcionamento em 110 V, sistema de corte em tiras ou partículas (nível de segurança a definir), acionamento automático, proteção contra sobrecarga e superaquecimento, reversão manual ou automática, cesto coletor com capacidade compatível, baixo nível de ruído, apta a fragmentar papel, cartões e grampos, produto novo, de primeiro uso, com garantia mínima de 12 (doze) meses.	12	3.151,00	3.7811,00
8	12572	AR CONDICIONADO 36000 BTU	UND	Aparelho de ar-condicionado tipo split, capacidade de refrigeração de 36.000 BTU/h, ciclo frio, utilizando gás refrigerante R-32, eficiência energética mínima classe A (selo Procel), tensão 220 V (ou 110 V, se especificado), tecnologia inverter ou convencional, controle remoto sem fio, filtro de ar lavável, funções sleep, timer e auto restart, baixo nível de ruído, serpentina em cobre, unidades interna e externa inclusas, produto novo, de primeiro uso, com garantia mínima de 12 meses e assistência técnica autorizada no Brasil.	4	8.163,00	32.651,00
9	69098	Frigobar, capacidade mínima de 90 litros	UNID	Frigobar, capacidade mínima de 90 litros, branco, dimensões 44cm x 47,5 cm x 51,5cm bivolt porta com compartimentos internos, prateleiras ajustáveis, produto novo, garantia mínima de 12 meses e assistência técnica autorizada no Brasil.	7	1.689,00	11.820,00
10	69170	Geladeira frost free de 240 litros	UNID	Geladeira frost free, 1 porta, cor branca, capacidade mínima de 240 litros, sistema frost free (degelo automático), prateleiras internas ajustáveis e removíveis, compartimento para legumes e frutas, porta com divisórias, controle de	19	2.824,00	53.658,00

				temperatura ajustável, baixo consumo de energia, eficiência energética mínima classe A (selo Procel), produto novo, de primeiro uso, acompanhado de manual em português, com garantia mínima de 12 (doze) meses e assistência técnica autorizada no Brasil.			
11	69100	Freezer horizontal 543L (profissional)	UNID	Freezer horizontal 543L(profissional) , tensão 110 V, porta basculante com fechamento seguro, sistema de refrigeração eficiente, isolamento térmico, controle de temperatura ajustável, baixo consumo de energia, produto novo, de primeiro uso, acompanhado de manual em português, com garantia mínima de 12 meses e assistência técnica autorizada no Brasil.	13	4.179,00	54.329,00
12	67326	BEBEDOURO INDUSTRIAL 25L	UND	Bebedouro/purificador de água, com capacidade de reservatório de 25 litros, duas torneiras (água gelada e natural), corpo em inox resistente, sistema de refrigeração eficiente, filtragem multi etapas, indicador de manutenção de filtros, baixo consumo de energia, instalação em bancada ou piso, produto novo, tensão 110 V ou 220 V, com garantia mínima de 12 meses e assistência técnica autorizada no Brasil.	34	2.093,00	71.152,00
13	69102	BEBEDOURO INDUSTRIAL DE COLUNA (CAPACIDADE APROX. 50 LITROS) - PELO MENOS DUAS TORNEIRAS	UNID	BEBEDOURO INDUSTRIAL DE COLUNA (CAPACIDADE APROX. 50 LITROS) - PELO MENOS DUAS TORNEIRAS. Bebedouro industrial de coluna, destinado ao fornecimento de água potável gelada e natural em ambientes institucionais, com abastecimento por rede hidráulica e sistema de refrigeração eficiente por compressor. Deverá possuir, no mínimo: Capacidade mínima de reservatório: aproximadamente 50 litros, Sistema de alimentação: rede hidráulica com controle automático de nível (bóia), Refrigeração por compressor com gás ecológico Fornecimento de água nas temperaturas gelada e natural, Estrutura em aço inoxidável ou material equivalente resistente à corrosão, Reservatório interno em material atóxico, com isolamento térmico, Torneiras tipo pressão, de acionamento manual, Filtro integrado ou externo incluso, Termostato com controle de temperatura, Aparador de água (pingadeira) resistente e removível, Equipamento de coluna (piso), com base estável, Alimentação elétrica compatível com a rede local (127V ou 220V), Baixo consumo energético e operação contínua . Equipamento indicado para uso	10	2.793,00	27.933,00

				institucional, com capacidade para atender fluxo médio de usuários de forma contínua e eficiente. Garantia mínima: 12 meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no território nacional.			
14	1711	VENTILADOR	UND	<p>VENTILADOR DE PAREDE 60 CM – ALTO DESEMPENHO - MINIMO 5 PÁS - Ventilador de parede, de alto desempenho, destinado à ventilação de ambientes amplos e com elevada carga térmica. Deve possuir diâmetro mínimo de 60 cm, com hélice composta por no mínimo 5 pás, confeccionadas em material resistente e balanceadas, proporcionando alta vazão de ar, melhor distribuição do fluxo e baixo nível de ruído. O equipamento deve apresentar potência igual ou superior a 150W, com no mínimo três velocidades, sistema de oscilação horizontal ampla e regulagem de inclinação vertical, garantindo ventilação homogênea em todo o ambiente. Deve ser equipado com grade de proteção metálica reforçada, motor com rolamento adequado para uso contínuo, estrutura robusta para fixação em parede e funcionamento estável e seguro. O ventilador deve apresentar baixo nível de ruído, compatível com ambientes escolares, e alimentação elétrica conforme a rede local (127V, 220V ou bivolt). Equipamento adequado para uso contínuo, com desempenho eficiente mesmo em condições de altas temperaturas, assegurando conforto térmico e durabilidade. Como referência de qualidade e desempenho, poderão ser considerados equipamentos de fabricantes consolidados no mercado, tais como Ventisol, WAP, Goar, Tron, Ventidelta ou equivalentes, desde que atendam integralmente às especificações técnicas estabelecidas.</p>	202	319,90	64.614,00
15	69104	Geladeira 460 L, tensão 110 V, sistema de refrigeração frost free (degelo automático), capacidade total mínima de 460 litros	UNID	<p>Geladeira 460L, tensão 110 V, sistema de refrigeração frost free (degelo automático), capacidade total mínima de 460 litros, com freezer integrado, prateleiras internas em vidro temperado ajustáveis e removíveis, gaveta para legumes e frutas, porta com divisórias reguláveis, controle de temperatura manual ou eletrônico, iluminação interna em LED, baixo nível de ruído, eficiência energética mínima classe A (selo Procel), acabamento resistente, produto novo, de primeiro uso, acompanhado de manual em língua</p>	3	3.679,00	11.037,00



				portuguesa, com garantia mínima de 12 (doze) meses e assistência técnica autorizada no Brasil.			
16	69105	FOGÃO INDUSTRIAL 4 BOCAS BAIXA PRESSÃO SEM FORNO	UNID	<p>FOGÃO INDUSTRIAL 4 BOCAS BAIXA PRESSÃO SEM FORNO-Fogão industrial de piso, com 4 (quatro) queimadores. A estrutura deverá ser confeccionada em aço carbono reforçado, com acabamento em pintura eletrostática de alta resistência a altas temperaturas e à corrosão, ou equivalente de qualidade superior, garantindo maior vida útil do equipamento. Deverá possuir 4 (quatro) queimadores em ferro fundido, tipo chama dupla, alta eficiência térmica, proporcionando melhor distribuição de calor e maior rendimento no preparo dos alimentos. Os queimadores devem ser resistentes, removíveis e adequados para uso contínuo. O fogão deve ser do tipo baixa pressão, operando com regulador de gás GLP, com registros metálicos individuais por queimador, permitindo controle preciso da chama e maior segurança operacional. As grelhas deverão ser individuais, confeccionadas em ferro fundido, no padrão aproximado de 40 x 40 cm, removíveis, reforçadas e dimensionadas para suportar utensílios de uso industrial, garantindo estabilidade durante o uso. A mesa superior deve ser reforçada, com perfil estrutural rígido, adequada para suportar altas temperaturas e uso intenso. O equipamento deve possuir bandeja coletora de resíduos removível, facilitando a higienização. Deve conter pés robustos, fixos ou reguláveis, com sapatas antiderrapantes, assegurando estabilidade, segurança e nivelamento do equipamento. O equipamento deve ser de fácil limpeza, manutenção e operação, sendo indicado para uso institucional contínuo. Funcionamento: gás GLP (baixa pressão com regulador). Produto sem forno. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 04 queimadores em ferro fundido, Queimadores tipo chama dupla, Estrutura em aço carbono reforçado, Acabamento com pintura eletrostática ou equivalente, Grelhas individuais em ferro fundido (aprox. 40 x 40 cm), Registros metálicos individuais, Sistema de baixa pressão com regulador de gás, Bandeja coletora removível, Pés reforçados com sapatas antiderrapantes Equipamento sem forno GARANTIA mínima de 12 (doze) meses</p>	2	1.561,00	3.123,00

				contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada em território nacional, incluindo reposição de peças e mão de obra."			
17	69106	FORNO MICRO-ONDAS 30 A 33 LITROS	UNID	<p>FORNO MICRO-ONDAS 30 A 33 LITROS - Forno micro-ondas elétrico, de bancada, com capacidade entre 30 e 33 litros, com painel digital integrado, destinado ao aquecimento, preparo e descongelamento de alimentos, com funcionamento prático, eficiente e seguro, adequado para uso doméstico e institucional leve. Especificações mínimas: Capacidade de 30 a 33 litros potência mínima de 900W potência total instalada entre 1300W e 1600W painel digital com teclas de fácil operação display eletrônico com possibilidade de modo econômico (desligamento do visor) funções automáticas para aquecimento, preparo e descongelamento função descongelar por peso ou tempo com ajuste automático função de aquecimento rápido prato giratório incluso e removível material interno com revestimento de fácil limpeza (pintura especial ou inox) classificação energética mínima A porta com abertura frontal e visor base estável.Garantia: Garantia mínima de 12 (doze) meses, a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no território nacional, incluindo reposição de peças e mão de obra."</p>	47	855,00	40.184,00
18	49663	<p>AR CONDICIONADO 24000 BTU</p> <p><b>COTA PRINCIPAL DO ITEM 81</b></p>	UND	<p>AR CONDICIONADO 24.000 btus - especificações mínimas: tipo split; capacidade de refrigeração: 24000 BTU/H e 7033w ou superior; potência máxima: 2170w; alimentação (volts)220v; corrente elétrica de refrigeração (amperes)10,2; vazão de ar (m³/h)1100; gás refrigerante: R410a; classificação energética (Inmetro): a; possuir serpentina com tubo de cobre; utilizar gás ecológico r410a; tipo do condensador: horizontal; tipo de tecnologia do compressor: inverter; controle da direção do ar (para cima - para baixo) automático; nível de ruído interno: 51db/a; nível de ruído externo: 50db/a; cor da evaporadora: branco; regula velocidade de ventilação; display com exibição da temperatura e das funções do aparelho com ajuste do termostato de ajuste mais preciso. com garantia mínima de 01 ano.</p>	15	5.093,00	76.398,00

19	9743	ESTANTE COM 6 PRATELEIRAS	UNID	"Estante de aço 198x90x28 cm, cor preta, 6 prateleiras ajustáveis, capacidade 150 kg por prateleira, acabamento em pintura eletrostática. Descrição: Estante/armário prateleira de aço, modelo multiuso, dimensões aproximadas 198 cm (altura) x 90 cm (largura) x 28 cm (profundidade), composta por 6 bandejas/prateleiras ajustáveis, capacidade de carga até 150 kg por prateleira, estrutura metálica resistente, acabamento em pintura eletrostática, montagem simples, produto novo."	34	661,00	22.474,00
20	69109	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO PROFISSIONAL  <b>COTA PRINCIPAL DO ITEM 82</b>	UNID	"LAVADORA DE ALTA PRESSÃO PROFISSIONAL - Lavadora de alta pressão destinada à limpeza de áreas externas, indicada para uso institucional e contínuo em pátios, calçadas e superfícies cimentadas. Deverá possuir, no mínimo: Motor elétrico de indução ou equivalente profissional, Potência mínima de 2000 W, Pressão de trabalho mínima de 2.000 PSI, Sistema de acionamento automático (stop total), Bomba de alta resistência com cabeçote em alumínio, latão ou material equivalente Sistema de proteção contra superaquecimento, Mangueira de alta pressão com comprimento mínimo de 5 metros, Pistola com gatilho ergonômico e lança com bicos intercambiáveis (jato leque e concentrado), Filtro de entrada de água Estrutura robusta com rodas para transporte e alça ergonômica, Alimentação elétrica compatível com a rede local (127V, 220V ou bivolt), Equipamento deve ser próprio para uso profissional, com capacidade de operação contínua e adequado para limpeza pesada de grandes áreas externas. Garantia mínima: 12 meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no território nacional."	24	2.539,00	60.942,00
21	69110	Purificador de água com compressor, tipo natural ou mista, reservatório com capacidade de 2 litro	UNID	Purificador de água com compressor, tipo natural ou mista, reservatório com capacidade de 2 litros, sistema de filtração em duas etapas, armazenamento hermético, instalação em bancada ou parede, baixo consumo de energia, refil com vida útil de 4.000 litros, produto novo, com garantia mínima de 12 meses e assistência técnica autorizada no Brasil.	29	995,2	28.862,00
22	69111	Sanduicheira grill antiaderente	UNID	Sanduicheira grill antiaderente – 750 W, placas com revestimento antiaderente, aquecimento rápido, travamento seguro, base antiderrapante, produto novo, tensão 110 V ou 220 V, com garantia mínima de 12 meses e assistência técnica autorizada	30	237,2	7.117,00

				no Brasil.			
23	69112	<p>Câmara vertical de 280 litros</p> <p><b>COTA PRINCIPAL DO ITEM 83</b></p>	UNID	<p>Câmara vertical de 280 litros, fria positiva, funciona de 2°C a 8°C com temperatura controlada e homogênea. Registra todos os dados de todo o período da conservação, possui sistema de alarmes em casos de anormalidade. Monitoramento remoto da câmara, e em casos de queda de energia, sistema de baterias com 72 horas de autonomia. Câmara de conservação deve possuir regulamentação da ANVISA e assistência credenciada em todo território nacional. Equipamento acompanha Pen drive. Características: Tipo: Vertical Capacidade: 280 litros Gabinete externo: aço galvanizado Gabinete interno: aço inoxidável Porta: de vidro com sistema antiembaçamento e possibilidade de moldura de alumínio escovado e/ou abertura deslizante Prateleiras ou gavetas: 8 prateleiras ou 7 gavetas Base: Rodízios giratórios com trava Tensão: 110/127 e/ou 220/240VAC Frequência: 50 ou 60HzConsumo 110/127VAC: 4,3 A/h Consumo 220/440VAC: 2,15 A/h Isolamento Térmico - PU injetado expandido de alta densidade isento de CFC: 75mmUnidade compressora: Compressor hermético AC ou DC ou AC/DC acoplado Gás Refrigerante: R134a ecológico Chave Geral de alimentação: chave geral liga/desliga Sistema para homogeneização de temperatura Degelo Automático Seco Memória com registros das temperaturas Alarme de porta aberta Alarme de temperatura fora do programado Alarme de falta de energia Alarme de bateria baixa Saída USB Fechamento automático da porta Data logger Paine</p>	4	19.189,00	76.756,00

				câmara permanece em temperatura homogênea conforme programado com sistemas de alarmes e registro das temperaturas ativado.			
24	69113	Câmara vertical de 360 litros	UNID	<p>Câmara vertical de 360 litros, fria positiva, funciona de 2°C a 8°C com temperatura controlada e homogênea. Registra todos os dados de todo o período da conservação, e também, possui sistema de alarmes em casos de anormalidade. Monitoramento remoto da câmara, e em casos de queda de energia, sistema de baterias com 72 horas de autonomia. Câmara de conservação deve possuir regulamentação da ANVISA e assistência credenciada em todo território nacional. Equipamento acompanha Pen drive. Características: Tipo: Vertical Capacidade: 360 litros Gabinete externo: aço galvanizado Gabinete interno: aço inoxidável Porta: de vidro com sistema antiembaçamento e possibilidade de moldura de alumínio escovado e/ou abertura deslizante Prateleiras ou gavetas: 10 prateleiras ou 9 gavetas Base: Rodízios giratórios com trava Tensão: 110/127 Freqüência: 50 ou 60 Hz Consumo: 4,3 A/h Isolamento Térmico: 75mm - PU injetado expandido de alta densidade isento de CFC Unidade compressora: Compressor hermético AC ou DC ou AC/DC acoplado Gás Refrigerante: R134a ecológico Chave Geral de alimentação: chave geral liga/desliga Sistema para homogeneização de temperatura Degelo Automático Seco Memória com registros das temperaturas Alarme de porta aberta Alarme de temperatura fora do programada Alarme de falta de energia Alarme de bateria baixa Saída USB Fechamento automático da porta Data logger Painel LCD com 2 sensores Sistema de monitoramento remoto que permite ao usuário acompanhar por meio de smartphone, computador ou tablet, todas as informações e gráficos emitidos pela câmara Sistema de segurança adicionado na câmara para realizar chamadas telefônicas com alerta sonoro para até 9 números de telefone ou celular registrados, sempre que a temperatura atingir níveis fora do especificado, ocorrer falta de energia ou a porta da câmara ficar aberta Sistema de emergência (nobreak) com bateria recarregável adicionada ao gabinete para permitir autonomia total da</p>	1	20.392,00	20.392,00

				câmara em até 72 horas, ou seja, a câmara permanece em temperatura homogênea conforme programado com sistemas de alarmes e registro das temperaturas ativado			
25	69114	Caixa térmica de polietileno/plástico 360 L	UNID	Caixa térmica de polietileno/plástico 360L, capacidade nominal de 360 litros, peso aproximado 25 kg, estrutura resistente a impactos, isolamento térmico eficiente para manutenção de temperatura, tampa articulada com fechamento seguro, alças ergonômicas para transporte, base estável e antiderrapante, produto novo, de primeiro uso, com garantia mínima de 12 meses e assistência técnica autorizada no Brasil.	3	2.158,00	6.475,00
26	69115	Caixa térmica de polietileno/plástico 190 L	UNID	Caixa térmica de polietileno/plástico 190L, peso aproximado 15 kg, estrutura resistente a impactos, isolamento térmico eficiente para manter a temperatura interna por mais tempo, tampa articulada com fechamento seguro e vedação adequada, alças ergonômicas para transporte, base antiderrapante e estável,	3	1.458,00	4.374,00
27	69116	Caixa térmica de polietileno/plástico 50 L	UNID	Caixa térmica de polietileno/plástico 50L, peso aproximado 7 kg, estrutura resistente a impactos, isolamento térmico eficiente para conservação de temperatura, tampa articulada com fechamento seguro e vedação adequada, alças ergonômicas para transporte, base estável e antiderrapante	6	368,6	2.212,00
28	69117	Carrinho de pipoca retro com a maquina de pipoca Elétrica	UNID	Carrinho de pipoca retro com a maquina de pipoca Elétrica Descrição aproximada do Produto Gabinete em chapa galvanizada e com pintura a pó Mesa superior em chapa com pintura epoxi2 Rodas tipo bicicleta aro 16 Gabinete interno para utensílios Máquina pipoca elétrica Estrutura em aço inox Carenagem em polímero termo formado de alta resistência Portas e vitrines em vidro temperado Painel basculante em aço cromado com tampa em inox, parte interna em alumínio, com capacidade para 150g de milho de pipoca Conjunto misturador estanhado Gaveta de resíduos em aço inox Resistência inferior com potência 200w blindada Resistência da painel com potência 1000w blindada Consumo 1,0 kw/hora Termostato para controle automático da temperatura Lâmpada para iluminação interna Fácil manuseio Altura: ,1.25 cm   Largura: 50cm   Comprimento: 70 cm Peso: 45 kg   Garantia MEDIDAS DO PRODUTO Altura: 1.60mt   Largura: 65cm   Comprimento:	2	5.254,00	10.509,00



				0,95 cm Peso: 58 kg   Garantia do Fabricante "			
29	69118	Carrinho com Máquina de Algodão-Doce Profissional Elétrica	UNID	Carrinho com Máquina de Algodão-Doce Profissional Elétrica para Festas CFCM CF Bivolt Aquecimento Ágil em 5 minutos , produto pronto para manusear Garantia do fabricante Com dimensões de 460 x 460 x 400 mm, é compacta e leve para ser transportada compartimento de apoio e utilize a gaveta para guardar o medidor de açúcar Panela de aço inoxidável e cabeçote de aquecimento resistente e durável.	2	3.607,00	7.215,00
30	69119	Caixa de som amplificada portátil tipo torre/party speaker(estilo JBLParty Box),	UNID	Caixa de som amplificada portátil tipo torre/party speaker (estilo JBL Party Box), nova, de primeiro uso, com potência mínima de 200w, destinada à reprodução de áudio em ambientes internos e externos, com conectividade bluetooth integrada compatível com smartphones, tablets e notebooks, com entrada para microfone com controle de volume independente (microfone com fio ou sem fio), função karaokê, entrada USB para reprodução de músicas, entrada auxiliar de áudio, sistema de alto-falantes com graves reforçados, iluminação LED frontal ou lateral, painel de controle frontal ou superior, funcionamento por bateria interna recarregável ou energia elétrica, tensão 127v ou bivolt, estrutura resistente com alça para transporte e garantia mínima de 12meses de fabricação.	4	2.727,00	10.909,00
31	69141	PARAFUSADEIRA/FURADEIRA A BATERIA 20v velocidade variavel	UNID	PARAFUSADEIRA/FURADEIRA A BATERIA 20v furadeira/parafusadeira de impacto a bateria 20v de velocidade variável e sentido de rotação reversível; mandril de aperto rápido: 1/2 (13mm); - potência: acima de 350w; - tensão/voltagem: 110v; voltagem da bateria: 20v - velocidades: 2 - rotação (rpm): 0-600 / 0-2000); manual de instruções em português; inclui: - furadeira/parafusadeira; - bateria de 20v de 1.5ah - 1 carregador de bateria. garantia: mínima de 12 meses	11	1.583,00	17.409,00
32	69121	FURADEIRA DE IMPACTO 1/2' COM POTENCIA MINIMA DE 850w	UNID	FURADEIRA DE IMPACTO 1/2' COM POTENCIA MINIMA DE 850w furadeira de impacto 1/2 com potência de 750w a 800w, com punho auxiliar para manuseio preciso e seguro, para perfuração em concreto, alvenaria, madeira e metal com e sem impacto, voltagem de 127v, contendo chave de mandril, empunhadura auxiliar, limitador de profundidade e maleta. garantia mínima de 02 anos.	8	513,30	4.106,00

33	69122	MOTO ESMERIL DE BANCADA 3/4 CV MONOFÁSICO - 8 X3/4 X 1.1/4	UNID	MOTO ESMERIL DE BANCADA 3/4 CV MONOFÁSICO - 8 X3/4 X 1.1/4 moto esmeril de bancada, para afiação de ferramentas em geral, desbaste material de superfície, acabamento e rebarbar peças forjadas ou serradas e arredondar cantos. Potência mínima do motor de 280watts, rotação máxima 3450rpm, frequência mínima de 60 hz, tensão nominal 110/220v, diâmetro do rebolo 8 x 3/4 x 1.1/4. Com garantia de no mínimo 01 (um) ano.	2	380,70	761,50
34	69123	Suporte de parede fixo universal com dispositivo Anti-Furto para TVs de LCD, LED e Plasma de 14" a 100".	UNID	Suporte de parede fixo universal com dispositivo Anti-Furto para TVs de LCD, LED e Plasma de 14" a 100".	61	102,80	6.273,00
35	9808	CAFETEIRA ELÉTRICA	UND	CAFETEIRA ELÉTRICA 220V, PREPARA 1,5 L OU MÍNIMO 14XÍCARAS DE 50 ML, POTENCIA550 WATTS, COM FUNÇÃO TIMER QUE PERMITE PROGRAMAR O HORÁRIO DO PREPARO DO CAFÉ COM ATÉ 24H DE ANTECEDÊNCIA, RESERVATÓRIO COM GRADUAÇÃO QUE INDICA O NÍVEL DE ÁGUA, ACOMPANHA COLHER DOSADORA, COR: PRETO COM PRATA, COM JARRA/COPO DE INOX.	3	239,50	718,50
36	2490	FERRO ELÉTRICO	UND	FERRO DE PASSAR ROUPAS ELÉTRICO COM POTENCIA MINIMA DE 1200 WATTS, COM BASE EM MATERIAL ANTIADERENTE (TEFLON, CERAMICA OU INOX ESCOVADO) PARA GARANTIR DESLIZE EFICIENTE E EVITAR DANOS AOS TECIDOS. DEVE POSSUIR REGULAGEM DE TEMPERATURA COM CONTROLE FACIL ALEM DE SISTEMA DE VAPOR CONTINUO .O APARELHO DEVE CONTAR COM RESERVATORIO DE AGUA COM CAPACIDADE MINIMA DE 200 ML, SISTEMA DE SEGURANCA COM DESLIGAMENTO AUTOMATICO EM CASO DE INATIVIDADE, CABO ELÉTRICO COM COMPRIMENTO MINIMO DE 1,5 METRO E SISTEMA ANTICALCARIO PARA PROLONGAR A VIDA UTIL. DEVE SER COMPATIVEL COM A REDE ELÉTRICA LOCAL (110V), TER BAIXO NIVEL DE RUÍDO E SER ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUES. GARANTIA MINIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	4	84,45	337,80

37	69126	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL DE 6 A 7 LITROS - BAIXA ROTAÇÃO	UNID	"LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL DE 6 A 7 LITROS - BAIXA ROTAÇÃO - Aquisição de liquidificador industrial, com capacidade mínima de 6 litros e máxima de 7 litros. Equipamento com copo em aço inoxidável, resistente e de fácil higienização, base em material metálico, motor de alta durabilidade e sistema de baixa rotação, adequado ao preparo de alimentos quentes e densos (sopas, cremes, molhos). Deve possuir tampa com vedação eficiente, conjunto de lâminas em aço inox, botão liga/desliga, funcionamento estável e seguro para uso contínuo. Potência mínima aproximada de 0,5 CV, com baixo nível de ruído e vibração. Alimentação elétrica 127V ou 220V. Garantia mínima: 12 meses. REFERÊNCIA DE QUALIDADE Equipamento com características equivalentes ou superiores a modelos de mercado como: Liquidificador Industrial Skymen 6 Litros LC6 Liquidificador Industrial JL Colombo 6 Litros Liquidificador Industrial Bermar 6 Litros ou similares, desde que atendam integralmente às especificações técnicas exigidas."	7	1.728,00	12.097,00
38	69127	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 3 LITROS - BAIXA ROTAÇÃO	UNID	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL COM NO MINIMO DE 3 LITROS - BAIXA ROTAÇÃO -liquidificador industrial, com capacidade mínima de 3 litros. Equipamento com copo em aço inoxidável, resistente, sem emendas ou frestas, de fácil higienização, adequado ao preparo de alimentos quentes e densos como feijão, sopas, cremes e molhos. Deve possuir motor de alta durabilidade, com potência mínima aproximada de 0,5 CV, sistema de baixa rotação (até aproximadamente 4.500 rpm), garantindo maior torque e melhor desempenho em preparos pesados. Conjunto de lâminas em aço inox, tampa com vedação segura, botão liga/desliga e funcionamento estável para uso contínuo. Base em material metálico resistente, com baixo nível de ruído e vibração. Alimentação elétrica 127V ou 220V.Garantia mínima: 12 meses.REFERÊNCIA DE QUALIDADE: Equipamento com características equivalentes ou superiores a modelos como: Liquidificador Industrial Skymen 3 Litros LC3Liquidificador Industrial JL Colombo 3,5 Litros Liquidificador Industrial Skymen 3 Litros Inox ou similares, desde que atendam integralmente às	23	549,7	12.644,00

				especificações técnicas exigidas."			
39	69128	TANQUINHO DE LAVAR ROUPAS - LAVADORA SEMI AUTOMÁTICA - 15 KG	UNID	"TANQUINHO DE LAVAR ROUPAS - LAVADORA SEMI AUTOMÁTICA - 15 KG Lavadora de roupas tipo tanquinho (semi-automática), com capacidade mínima de 15 kg.Equipamento com estrutura em material resistente, com sistema de lavagem por agitação/turbilhonamento, adequado para remoção de sujeiras pesadas.Deve possuir timer para controle do tempo de lavagem, programas ou níveis de lavagem, sistema de drenagem (saída de água), tampa superior e baixo consumo de água e energia.Base estável, com pés de apoio, de fácil operação e higienização, adequada para uso frequente. Alimentação elétrica 127V ou 220V. IMPORTANTE - Cuba grande (15 kg mesmo), Batedor, Central robusto (não muito fino), Tampa resistente, Painel simples com timer, Saída de água (mangueira lateral)Garantia mínima: 12 meses. REFERÊNCIA DE QUALIDADE .Equipamento com características equivalentes ou superiores a modelos como:Tanquinho Colormaq 15kg LCS15 Tanquinho Suggar 15kg Lavamax Eco Tanquinho Mueller 15kg Big ou similares, desde que atendam às especificações."	9	629,5	5.666,00
40	69129	BATEDEIRA INDUSTRIAL 3 LITROS PLANETÁRIA	UNID	"BATEDEIRA INDUSTRIAL 3 LITROS PLANETÁRIA - Batedeira industrial tipo planetária, com capacidade mínima de 3 litros, destinada ao preparo de massas leves e médias. Equipamento com cuba (tigela) em aço inoxidável, resistente e removível, de fácil higienização. Deve possuir sistema de mistura planetário, garantindo homogeneidade no preparo, com no mínimo 3 velocidades ou controle variável. Motor de alta durabilidade, com potência adequada para uso contínuo, base estável com pés antiderrapantes e estrutura reforçada em material metálico ou similar. Acompanha, no mínimo, os seguintes acessórios: batedor tipo globo (claras/cremes) batedor tipo pá (massas leves) gancho (massas mais pesadas leves) Deve possuir tampa de proteção ou sistema de segurança, botão liga/desliga e baixo nível de ruído. Alimentação elétrica 127V ou 220V. Garantia mínima: 12 meses. REFERÊNCIA DE QUALIDADE: Equipamento com características equivalentes ou superiores a modelos planetários compactos disponíveis no mercado, de uso profissional ou semi-industrial."	13	2.695,00	35.029,00

41	69130	PROCESSADOR / TRITURADOR DE ALIMENTOS ELÉTRICO (USO INSTITUCIONAL) LINHA PROFISSIONAL -	UNID	"PROCESSADOR / TRITURADOR DE ALIMENTOS ELÉTRICO (USO INSTITUCIONAL) LINHA PROFISSIONAL - Processador triturador de alimentos elétrico, destinado ao preparo de alimentos em cozinhas institucionais, com função de triturar, picar e processar ingredientes como alho, cebola, legumes e carnes, proporcionando agilidade e padronização no preparo. Deverá possuir, no mínimo: Capacidade mínima do recipiente: 3 litros, Recipiente em aço inox ou material resistente, durável e de fácil higienização, Motor com potência mínima de 800 W.Lâminas em aço inoxidável, removíveis e de alta resistência ,Sistema de acionamento por botão com operação simples e segura, Função de trituração rápida e eficiente, inclusive para carnes, Base estável com sistema antiderrapante, Tampa com vedação adequada e dispositivo de segurança, Equipamento compacto, adequado para uso contínuo em ambiente institucional, Alimentação elétrica compatível com a rede local (127V, 220V ou bivolt). Equipamento indicado para agilizar o preparo de alimentos, permitindo processamento rápido e uniforme de ingredientes, reduzindo o tempo de preparo na cozinha. Garantia mínima: 12 meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no território nacional."	14	513,50	7.189,00
42	69131	FOGÃO 2 BOCAS DUPLO BAIXA PRESSÃO GRELHAS 40 X 40	UNID	FOGÃO 2 BOCAS DUPLO BAIXA PRESSÃO GRELHAS 40X40 - Equipamento com estrutura em aço carbono (mínimo chapa 18), acabamento em pintura eletrostática, mesa superior estampada sem emendas, grelhas em ferro fundido medindo aproximadamente 40x40 cm, queimadores duplos de alto rendimento com controle individual de chama e bandeja coletora de resíduos removível. Deve possuir pés com sapatas antiderrapantes, estrutura estável e adequada para uso contínuo. Dimensões aproximadas: 85 x 108 x 68 cm. Garantia mínima: 06 meses. "Condição de fornecimento: O fornecedor deverá realizar a entrega, montagem e instalação do equipamento no local, por meio de técnico responsável, garantindo o perfeito funcionamento."	4	1.420,00	5.680,00

43	69132	FREEZER HORIZONTAL INDUSTRIAL DUPLA AÇÃO 2 TAMPAS APROX. 400 A 420 LITROS	UNID	"FREEZER HORIZONTAL INDUSTRIAL DUPLA AÇÃO 2 TAMPAS APROX. 400 A 420 LITROS - Freezer horizontal industrial, destinado ao armazenamento e conservação de alimentos congelados e refrigerados em ambientes institucionais, com alta capacidade, eficiência energética e operação contínua. Deverá possuir, no mínimo: Tipo: freezer horizontal, Capacidade mínima: aproximadamente 400 a 420 litros, Tampas: 2 (duas) tampas superiores independentes, com abertura balanceada, Função: dupla ação (operação como freezer e refrigerador), Sistema de refrigeração: por compressor, Tecnologia: sistema de alta eficiência energética (equivalente à tecnologia inverter ou superior), Faixa de temperatura: capacidade de operação em modo freezer (aprox. -18°C ou inferior) e refrigerador (aprox. 2°C a 8°C), Controle de temperatura: termostato ajustável, Degelo: manual ou sistema equivalente, Estrutura externa: em material resistente à corrosão, com acabamento durável Revestimento interno: material atóxico e de fácil higienização, Isolamento térmico eficiente, Vedação das tampas com borracha de alta durabilidade, Alimentação elétrica: bivolt ou compatível com a rede local, Baixo consumo energético, Equipamento robusto, indicado para uso institucional contínuo, Equipamento apropriado para uso em cozinhas escolares e ambientes com necessidade de armazenamento de grande volume de alimentos, garantindo conservação adequada e eficiência operacional. Garantia mínima: 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada em território nacional."	2	3.322,00	6.644,00
----	-------	--	------	--	---	----------	----------



44	69133	VENTILADOR DE MESA 40 CM COM HÉLICE DE 6 PÁS	UNID	VENTILADOR DE MESA 40CM- Ventilador de mesa, destinado à ventilação de ambientes internos, com funcionamento eficiente e baixo nível de ruído. Deve possuir diâmetro mínimo de 40 cm, adequado para uso em ambientes administrativos e escolares. Hélice com no mínimo 6 pás, confeccionadas em material resistente e balanceadas. As pás devem proporcionar maior vazão de ar e melhor distribuição do fluxo. Potência mínima de 120W, preferencialmente igual ou superior a 140W. Deve apresentar no mínimo 3 velocidades de funcionamento. Sistema de oscilação horizontal automática para melhor alcance do ar. Regulagem de inclinação vertical ajustável. Estrutura com base estável e reforçada. Grade de proteção segura, atendendo às normas vigentes. Motor eficiente, com funcionamento contínuo e baixo nível de ruído. Equipamento de fácil montagem, desmontagem e higienização. Componentes duráveis e adequados ao uso frequente. Alimentação elétrica compatível com a rede local (127V, 220V ou bivolt). Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Como referência de qualidade e desempenho, poderão ser considerados equipamentos de fabricantes consolidados no mercado, tais como Mondial, Arno, Ventisol, Electrolux, Britânia ou equivalentes, desde que atendam integralmente às especificações técnicas estabelecidas."	16	271,2	4.339,00
45	69134	Furadeira de Bancada Industrial	UNID	Furadeira de Bancada Industrial motor mínimo 1CV, mandril 5/8, mínimo 16 velocidades, tensão 110V, mesa ajustável, estrutura em ferro fundido e uso profissional/industrial.	1	864,90	864,90
46	69135	Furadeira de Coluna Profissional - Tipo Tupia	UNID	Furadeira de Coluna Profissional - Tipo Tupia potência mínima 1600W, capacidade de perfuração de 8mm a 12mm, tensão 110/220V, bancada reforçada, motor de alto torque e regulagem de velocidade.	1	688,60	688,60
47	69136	Motosserra a Gasolina Profissional	UNID	Motosserra a Gasolina Profissional – cilindrada mínima 45cc, potência mínima 3,1CV, sabre mínimo 18", sistema de freio de corrente e partida manual reforçada	7	2.053,00	14.368,00
48	69137	Roçadeira a Gasolina Profissional	UNID	Roçadeira a Gasolina Profissional cilindrada mínima 35cc, potência mínima 1,7CV, rotação elevada, carretel de nylon automático, guidão ergonômico e uso contínuo pesado.	14	3.099,00	43.382,00

49	69138	Esmerilhadeira Angular Profissional 7"	UNID	Esmerilhadeira Angular Profissional 7" disco 180mm, potência mínima 2200W, tensão 110/220V, dupla empunhadura, proteção de disco e alta rotação	2	1.389,00	2.777,00
50	69139	Compressor de Ar Profissional reservatório mínimo 200 litros	UNID	Compressor de Ar Profissional reservatório mínimo 200 litros, vazão mínima 15 PCM/pés, motor mínimo 5CV, tensão 220V trifásico ou monofásico, uso industrial.	1	6.114,00	6.114,00
51	69140	Moto compressor de Ar Profissional reservatório mínimo 21 litros	UNID	Moto compressor de Ar Profissional reservatório mínimo 21 litros, potência mínima 2,0HP/CV, frequência 60Hz, tensão 127/220V, portátil e de alto desempenho.	1	1.290,00	1.290,00
52	69142	Lixadeira/Politriz Profissional 7"	UNID	Lixadeira/Politriz Profissional 7" potência mínima 2200W, tensão 110V, controle de velocidade e uso contínuo profissional	3	911,70	2.735,00
53	69143	Lixadeira Angular Profissional	UNID	Lixadeira Angular Profissional disco 115mm, potência mínima 850W, tensão 127/220V, empunhadura lateral e alta rotação	3	301,80	905,30
54	69144	Martelete Perfurador/Rompedor Profissional	UNID	Martelete Perfurador/Rompedor Profissional potência mínima 820W, encaixe SDS Plus, tensão bivolt, capacidade para concreto, com função perfuração e rompimento.	2	3.062,00	6.125,00
55	69145	Serra Circular Profissional 7 1/4"	UNID	Serra Circular Profissional 7 1/4" potência mínima 1800W, tensão bivolt, disco 185mm, corte em madeira e derivados, base ajustável e guia de corte	2	691,20	1.382,40
56	69146	Betoneira Profissional capacidade mínima 400 litros	UNID	Betoneira Profissional capacidade mínima 400 litros, motor 2CV, 4 polos, tensão 220V monofásico, roda maciça e estrutura reforçada.	1	5.337,00	5.337,00
57	69147	Alicate/Tesoura Corta Vergalhão Profissional tamanho mínimo 18"	UNID	Alicate/Tesoura Corta Vergalhão Profissional tamanho mínimo 18" capacidade para corte de ferro e cadeados, corpo em aço reforçado Corte Cadeados	2	72,97	145,94
58	69148	Policorte Profissional 14"	UNID	Policorte Profissional 14" potência mínima 2400W, tensão 110V, disco 355mm, indicado para corte de metais e estruturas metálicas.	4	1.257	5.028,00
59	69149	Serra Mármore Profissional	UNID	Serra Mármore Profissional disco 110mm, potência mínima 1400W, tensão 127/220V, com 2 discos inclusos, indicada para cortes em pisos, porcelanatos e concreto	3	423,00	1.269,00
60	69150	Compactador de Solo tipo Sapo	UNID	Compactador de Solo tipo Sapo motor a gasolina mínimo 5,5HP, peso operacional aproximado de 75kg, alta compactação para obras e pavimentação	2	13.105,00	26.210,00

61	69151	Enceradeira lava e lustra COMPLETA	UNID	Enceradeira lava e lustra COMPLETA - DC 350 ECO PLUS (350cm de diâmetro) IDEAL PARA UMA ÁREA ATÉ 1200M2 Bivolt com chave seletora de voltagem ,cabo elétrico 12mts 3X1.5, motor 1/2hp, sistema de travamento do cabo através de pedal não permitindo que o cabo caia no chão. Acompanha escova de nylon para lavar, suporte para discos, 01 disco verde e 01 disco branco Conteúdo da embalagem 1 Enceradeira, 1 escova de lavar 350mm, 1 suporte para disco, 01 disco verde lavar e 01 disco branco lustrar. IGUAL OU SIMILAR A DEEP CLEAN	4	2.523,00	10.092,00
62	69168	LIXADEIRA DE PAREDE/TETO/ GIRAFA - 127V - 750w- LED - QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A WBR	UNID	LIXADEIRA DE PAREDE/TETO/ GIRAFA - 127V -750w- LED - QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A WBR	4	1.399	5.596,00
63	69153	Jogo 12 Chave De Fenda E Phillips Pro Imantado Profissional	JOGO	Jogo 12 Chave De Fenda E Phillips Pro Imantado Profissional	5	137,20	686,00
64	69154	Jogo de Soquetes com Encaixe de 1/4, 3/8 e 1/2 Pol. com 172 Peças	JOGO	Jogo de Soquetes com Encaixe de 1/4, 3/8 e 1/2 Pol. com 172 Peças	2	2.334,00	4.668,00
65	69155	Jogo De Chave Combinado Esquadro E De Catraca 8-24mm	JOGO	Jogo De Chave Combinado Esquadro E De Catraca 8-24mm	4	728,10	2.912,40
66	52675	TRENA 50M	UND	Trena Manual 50 Metros. Fita De Fibra De Vidro, Empunhadura Ergonômica, Caixa Em Material Resistente De Estrutura Aberta Com Manivela	8	102,30	818,40
67	69157	Kit Jogo de Chaves Torx Profissional mínimo de 12 peças	JOGO	Kit Jogo de Chaves Torx Profissional mínimo de 12 peças	4	244,60	978,40
68	69158	AMPERIMETRO DIGITAL - medidas de Tensão AC/DC, Corrente AC até 1000A	UNIDA DE	AMPERIMETRO DIGITAL - medidas de Tensão AC/DC, Corrente AC até 1000A	5	331,00	1.655,00
69	69159	JOGO CHAVE CATRACA com 12 peças	JOGO	JOGO CHAVE CATRACA com 12 peças	2	210,10	420,20
70	69160	KIT Talhadeira, Punção e Jogo De Saca Pino: Composto Por no mínimo 6 Peças Medidas: 2, 3, 4, 5, 6 E 8Mm, Fabricados Em Aço Vanádio	JOGO	KIT Talhadeira, Punção e Jogo De Saca Pino: Composto Por no mínimo 6 Peças Medidas: 2, 3, 4, 5, 6 E 8Mm, Fabricados Em Aço Vanádio	3	215,60	646,80

71	69161	ALICATE DE TRAVA RETO PARA ABRIR/ FECHAR ANEL DE 7MM A 12MM	UNID	ALICATE DE TRAVA RETO PARA ABRIR/ FECHAR ANEL DE 7MM A 12MM	5	52,37	261,85
72	69162	ALICATE DE TRAVA CURVO PARA ABRIR / FECHAR ANEL de 7MM A 12MM	UNID	ALICATE DE TRAVA CURVO PARA ABRIR / FECHAR ANEL de 7MM A 12MM	5	51,27	256,35
73	69163	MACACO HIDRAULICO TIPO JACARÉ MINIMO DE 15 TONELADAS	UNID	MACACO HIDRAULICO TIPO JACARÉ MINIMO DE 15 TONELADAS	1	3.477,00	3.477,00
74	69164	LAVA E SECA NO MESMO PRODUTO CAPACIDADE MÍNIMA DE 12KG	UNID	LAVA E SECA NO MESMO PRODUTO CAPACIDADE MÍNIMA DE 12KG - CICLO COM VAPOR - CAPACIDADE MÍNIMA DE SECAGEM 8KG - CAPACIDADE DE LAVAGEM MÍNIMA DE 15KG - Bipe Ligar/Desligar, Nível de Detergente, Pré-lavar, Início Remoto, Enxaguar + Centrifugar, Nível de Amaciante, Centrifugar: 5 níveis, Steam, Temp.: Frio/20/40/60/95°C, Limpeza do Tambor, Turbo Wash, Lavar, Cold Wash.	2	4.153,00	8.306,00
75	69165	Jogo de chave Allen profissional com no mínimo de 12 peças	JOGO	Jogo de chave Allen profissional com no mínimo de 12 peças	4	72,59	290,36
76	69166	Cortina De Ar: Aparelho De Comprimento Mínimo De 120 Cm Com Controle Remoto Sem Fio Com No Mínimo 02 Velocidades Cor Do Aparelho Branco Tensão 220V Garantia Mínima Do Fabricante De 12 (Doze) Meses	UNID	Cortina De Ar: Aparelho De Comprimento Mínimo De 120 Cm Com Controle Remoto Sem Fio Com No Mínimo 02 Velocidades Cor Do Aparelho Branco Tensão 220V Garantia Mínima Do Fabricante De 12 (Doze) Meses	4	825,50	3.302,00
77	69167	Cortina De Ar: Aparelho De Comprimento Mínimo De 150 Cm Com Controle Remoto Sem Fio Com No Mínimo 02 Velocidades Cor Do Aparelho Branco Tensão 220V Garantia Mínima Do Fabricante De 12 (Doze) Meses.	UNID	Cortina De Ar: Aparelho De Comprimento Mínimo De 150 Cm Com Controle Remoto Sem Fio Com No Mínimo 02 Velocidades Cor Do Aparelho Branco Tensão 220V Garantia Mínima Do Fabricante De 12 (Doze) Meses.	4	927,90	3.711,60

78	69152	Motopoda Com Motor A Gasolina 2 Tempos	UNID	Motopoda Com Motor A Gasolina 2 Tempos, Alcance mínimo de 4 A 6 Mts, Sabre De 12 Polegadas, Peso De 9 A 10 Kg Cilindros Monocilíndrico Tipo Do Motor 2 Tempos Potência Mínima de 1.3 Hp Cilindrada 32.6 Cc Capacidade Do Tanque 0.7 L Rotação Máxima 8000 RPM Sistema De - Motopoda Com Motor A Gasolina 2 Tempos, Alcance De 4 A 6 Mts, Sabre De 12 Polegadas, Peso De 9 A 10 Kg Cilindros Monocilíndrico Tipo Do Motor 2 Tempos Potência Mínima de 1.3 Hp Cilindrada	10	2.940,00	29.400,00
79	69171	PARAFUSADEIRA/FURADEIRA DE IMPACTO PROFISSIONAL	UNID	PARAFUSADEIRA/FURADEIRA DE IMPACTO PROFISSIONAL - BATERIA 18V, TOQUE MINIMO 50NM, COM 2 BATERIOAS RECARREGAVEIS, CARREGADOR BIVOLT, VELOCIDADE VARIÁVEL E FUNÇÃO IMPACTO - PARAFUSADEIRA/FURADEIRA DE IMPACTO.	8	943,80	7.550,40
80	69230	APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT 12000 BTU (RESERVA DE COTA DO ITEM 05)	UNID	APARELHO DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT, CAPACIDADE NOMINAL DE 12.000 BTU/h, ciclo frio, tecnologia inverter ou convencional gás refrigerante R-410A ou R-32, eficiência energética mínima classe A (selo Procel), tensão 110 V ou 220 V, controle remoto sem fio, filtro de ar lavável, funções sleep e timer, baixo nível de ruído, serpentina em cobre, unidades interna e externa inclusas, produto novo e de primeiro uso, garantia mínima de 12 (doze) meses. ( RESERVA DE COTA)	8	2.897,00	23.176,00
81	69231	AR CONDICIONADO 24000 BTU ( RESERVA DE COTA DO ITEM 18)	UNID	AR CONDICIONADO 24.000 BTUS - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: TIPO SPLIT CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO: 24000 BTU/H E 7033W OU SUPERIOR POTÊNCIA MÁXIMA: 2170W ALIMENTAÇÃO (VOLTS)220V CORRENTE ELÉTRICA DE REFRIGERAÇÃO (AMPERES)10,2 VAZÃO DE AR (M³/H)1100 GÁS REFRIGERANTE: R-410A CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA (INMETRO): A POSSUIR SERPENTINA COM TUBO DE COBRE UTILIZAR GÁS ECOLÓGICO R410A TIPO DO CONDENSADOR: HORIZONTAL TIPO DE TECNOLOGIA DO COMPRESSOR: INVERTER CONTROLE DA DIREÇÃO DO AR (PARA CIMA - PARA BAIXO) AUTOMÁTICO NÍVEL DE RUÍDO INTERNO: 51DB/A NÍVEL DE RUÍDO EXTERNO: 50DB/A COR DA EVAPORADORA: BRANCO REGULA VELOCIDADE DE VENTILAÇÃO	5	5.093,00	25.465,00

				DISPLAY COM EXIBIÇÃO DA TEMPERATURA E DAS FUNÇÕES DO APARELHO COM AJUSTE DO TERMOSTATO DE AJUSTE MAIS PRECISO. COM GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO. (RESERVA DE COTA)			
82	69247	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO PROFISSIONAL  (RESERVA DE COTA DO ITEM, 20)	UNID	"LAVADORA DE ALTA PRESSÃO PROFISSIONAL - Lavadora de alta pressão destinada à limpeza de áreas externas, indicada para uso institucional e contínuo em pátios, calçadas e superfícies cimentadas. Deverá possuir, no mínimo: Motor elétrico de indução ou equivalente profissional, Potência mínima de 2000 W, Pressão de trabalho mínima de 2.000 PSI, Sistema de acionamento automático (stop total), Bomba de alta resistência com cabeçote em alumínio, latão ou material equivalente Sistema de proteção contra superaquecimento, Mangueira de alta pressão com comprimento mínimo de 5 metros, Pistola com gatilho ergonômico e lança com bicos intercambiáveis (jato leque e concentrado), Filtro de entrada de água Estrutura robusta com rodas para transporte e alça ergonômica, Alimentação elétrica compatível com a rede local (127V, 220V ou bivolt), Equipamento deve ser próprio para uso profissional, com capacidade de operação contínua e adequado para limpeza pesada de grandes áreas externas. Garantia mínima: 12 meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no território nacional (RESERVA DE COTA)	10	2.539,00	25.390,00



83	69242	<p>Câmara vertical de 280 litros</p> <p><b>(RESERVA DE COTA DO ITEM 23)</b></p>	UNID	<p>Câmara vertical de 280 litros, fria positiva, funciona de 2°C a 8°C com temperatura controlada e homogênea. Registra todos os dados de todo o período da conservação, possui sistema de alarmes em casos de anormalidade. Monitoramento remoto da câmara, e em casos de queda de energia, sistema de baterias com 72 horas de autonomia. Câmara de conservação deve possuir regulamentação da ANVISA e assistência credenciada em todo território nacional. Equipamento acompanha pen drive. Características: Tipo: Vertical Capacidade: 280 litros Gabinete externo: aço galvanizado Gabinete interno: aço inoxidável Porta: de vidro com sistema antiembaçamento e possibilidade de moldura de alumínio escovado e/ou abertura deslizante Prateleiras ou gavetas: 8 prateleiras ou 7 gavetas Base: Rodízios giratórios com trava Tensão: 110/127 e/ou 220/240VAC Frequência: 50 ou 60HzConsumo 110/127VAC: 4,3 A/h Consumo 220/440VAC: 2,15 A/h Isolamento Térmico - PU injetado expandido de alta densidade isento de CFC: 75mmUnidade compressora: Compressor hermético AC ou DC ou AC/DC acoplado Gás Refrigerante: R134a ecológico Chave Geral de alimentação: chave geral liga/desliga Sistema para homogeneização de temperatura Degelo Automático Seco Memória com registros das temperaturas Alarme de porta aberta Alarme de temperatura fora do programado Alarme de falta de energia Alarme de bateria baixa Saída USB Fechamento automático da porta Data logger Painel LCD com 2 sensores Sistema de monitoramento remoto que permite ao usuário acompanhar por meio de smartphone, computador ou tablet, todas as informações e gráficos emitidos pela câmara Sistema de segurança adicionado na câmara para realizar chamadas telefônicas com alerta sonoro para até 9 números de telefone ou celular registrados, sempre que a temperatura atingir níveis fora do especificado, ocorrer falta de energia ou a porta da câmara ficar aberta Sistema de emergência (nobreak) com bateria recarregável adicionada ao gabinete para permitir autonomia total da câmara em até 72 horas, ou seja, a câmara permanece em temperatura</p>	2	19.189,00	38.378,00
----	-------	---	------	---	---	-----------	-----------

			homogênea conforme programado com sistemas de alarmes e registro das temperaturas ativado. (RESERVA DE COTA DO ITEM 23)			
--	--	--	---	--	--	--

4.1.1. O valor global estimado da licitação é de **R\$ 1.416.295,31 (um milhão quatrocentos e dezesseis mil duzentos e noventa e cinco reais e trinta e um centavos)**.

#### DOTAÇÕES:

4.2. O desembolso se fará mediante rubrica das seguintes dotações orçamentárias:

<b>Indicação Orçamentária - GABINETE</b>						
<b>Código da Despesa:</b> 02.01.01.04.122.0123.2101.4.4.90.52.00						
MAN.ATIV.GABINETE DO PREFEITO - Equipamento e Material Permanente						
<b>Ficha:</b> 43						
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500						
<b>Indicação Orçamentária – ASSUNTOS JURÍDICOS</b>						
<b>Código da Despesa:</b> 02.04.01.04.122.0123.2120.4.4.90.52.00						
MAN.ATIV.-ASSUNTOS JURIDICOS - Equipamento e Material Permanente						
<b>Ficha:</b> 747						
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500						
<b>Indicação Orçamentária – DESENV. SUST. E COMUNICAÇÃO</b>						
<b>Código da Despesa:</b> 02.03.01.04.122.0123.2118.4.4.90.52.00						
MAN.ATIV.DESENV.SUST.E COMUNICAÇÃO - Equipamento e Material Permanente						
<b>Ficha:</b> 71						
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500						
<b>Indicação Orçamentária – GESTÃO</b>						
<b>Código da Despesa:</b> 02.05.01.04.122.0123.2125.4.4.90.52.00						
MAN. ATIV. - ADM. GESTÃO - Equipamento e Material Permanente						
<b>Ficha:</b> 106						
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500						
<b>Indicação Orçamentária – FAZENDA</b>						
<b>Código da Despesa:</b> 02.07.01.04.122.0123.2171.4.4.90.52.00						
MAN. ATIV. – ADM. FAZENDA E PLANEJAMENTO – Equipamento e Material Permanente						
<b>Ficha:</b> 253						
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500						
<b>Indicação Orçamentária – LOGÍSTICA</b>						
<b>Código da Despesa:</b> 02.13.01.04.122.0123.2286.4.4.90.52.00						
MAN.ATIVIDADES – ADM. LOGÍSTICA – Equipamento e Material Permanente						
<b>Ficha:</b> 443						
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500						

<b>Indicação Orçamentária – EDUCAÇÃO</b>	
<b>Código da Despesa:</b> 02.06.01.12.122.0111.2143.4.4.90.52.00	
MAN. ATIV. ADM. EDUCAÇÃO - Equipamento e Material Permanente	
<b>Ficha:</b> 748	
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500	
<b>Indicação Orçamentária – ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	
<b>Código da Despesa:</b> 02.16.00.08.122.0113.2188.4.4.90.52.00	
MAN. ATIV. – DESENVOLVIMENTO SOCIAL – Equipamento e Material Permanente	
<b>Ficha:</b> 604	
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500	
<b>Indicação Orçamentária – AGRICULTURA</b>	
<b>Código da Despesa:</b> 02.09.01.20.122.0123.2205.4.4.90.52.00	
MAN. ATIV. ADM. AGRICULTURA – Equipamento e Material Permanente	
<b>Ficha:</b> 280	
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500	
<b>Indicação Orçamentária – OBRAS</b>	
<b>Código da Despesa:</b> 02.12.01.04.122.0104.2254.4.4.90.52.00	
MAN. ATIV. – ADM. OBRAS – Equipamento e Material Permanente	
<b>Ficha:</b> 373	
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500	
<b>Indicação Orçamentária – ESPORTE</b>	
<b>Código da Despesa:</b> 02.10.01.27.122.0123.2218.4.4.90.52.00	
MAN. ATIV. – ADM. ESPORTES, LAZER – Equipamento e Material Permanente	
<b>Ficha:</b> 308	
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500	
<b>Indicação Orçamentária – CULTURA</b>	
<b>Código da Despesa:</b> 02.11.01.13.392.0112.2236.4.4.90.52.00	
MAN. ATIV. – ADM. CULTURA – Equipamento e Material Permanente	
<b>Ficha:</b> 340	
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500	
<b>Indicação Orçamentária – SAÚDE</b>	
<b>Código da Despesa:</b> 02.14.02.10.122.0115.2329.4.4.90.52.00	
MAN. ATIV. – GESTÃO A SAÚDE – Equipamento e Material Permanente	
<b>Ficha:</b> 508	
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500 – Recursos não Vinculados de Impostos	
<b>Código da Despesa:</b> 02.14.01.10.301.0115.2295.4.4.90.52.00	
MAN. ATIV. – UBS – Equipamento e Material Permanente	
<b>Ficha:</b> 470	

**Fonte de Recurso:** 1.500 – Recursos não Vinculados de Impostos

1.621 - Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. Gov.

#### 4.3. MAPA DE RISCOS:

##### Contextualização

A presente contratação visa à aquisição de equipamentos eletroeletrônicos e ferramentas para atender as diversas secretarias do Município de Ibiá - MG.

Dessa forma, a presente contratação tem por finalidade de assegurar o adequado funcionamento das atividades administrativas e das Secretarias Municipais de Ibiá/MG, conforme preconizado no planejamento de cada uma dessas Secretarias, e com base nos princípios e diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui normas gerais de licitações e contratos administrativos, apresenta-se a seguinte justificativa para a aquisição de materiais de expediente e didático. Considerando a relevância das atividades das diversas secretarias, a gestão de riscos é essencial para assegurar a efetividade, continuidade e qualidade da política pública.

#### 4.4. MATRIZ DE DISTRIBUIÇÃO/ALOCÇÃO RISCOS:

4.4.1. Os riscos da contratação serão distribuídos/alocados de acordo com a tabela abaixo:

##### Identificação e Classificação dos Riscos

Nº	Risco	Causa	Probabilidade	Impacto	Nível
1	Especificação inadequada dos itens	Falta de padronização ou detalhamento insuficiente	Média	Alto	Alto
2	Aquisição de produtos de baixa qualidade	Crítérios de qualidade insuficientes	Média	Alto	Alto
3	Atraso na entrega das cestas	Problemas logísticos da contratada	Alta	Alto	Alto
4	Desabastecimento ou entrega parcial	Falta de estoque ou planejamento inadequado	Média	Alto	Alto
5	Fraudes ou desvios	Falta de controle e fiscalização	Baixa	Alto	Médio
6	Licitação deserta ou fracassada	Preço inadequado ou baixa atratividade	Baixa	Médio	Médio
7	Problemas na habilitação da empresa	Documentação irregular ou insuficiente	Baixa	Médio	Baixo
8	Armazenamento inadequado dos produtos	Falta de estrutura física adequada	Média	Médio	Médio
9	Produtos vencidos ou próximos do vencimento	Falha na fiscalização ou controle de validade	Média	Alto	Alto
10	Impactos sociais negativos	Atendimento insuficiente da demanda	Média	Alto	Alto
11	Variação de preços de mercado	Instabilidade econômica	Média	Médio	Médio

##### Medidas de Mitigação

Nº	Risco	Medidas Preventivas	Plano de Contingência
1	Especificação inadequada	Definição detalhada no Termo de Referência (quantidade, marca de referência, qualidade mínima)	Revisão e retificação do edital

Nº	Risco	Medidas Preventivas	Plano de Contingência
2	Baixa qualidade	Exigir padrões mínimos e amostras	Recusa e substituição dos produtos
3	Atraso na entrega	Estabelecer prazos claros e penalidades	Aplicação de sanções e acionamento de remanescente
4	Entrega parcial	Exigir capacidade logística comprovada	Notificação e recomposição imediata
5	Distribuição indevida	Controle por secretaria	Auditoria e revisão das secretarias
6	Fraudes/desvios	Controle interno e rastreabilidade da entrega	Instauração de processo administrativo
7	Licitação deserta	Pesquisa de preços adequada	Republicação com ajustes
8	Problemas de habilitação	Exigência conforme Lei nº 14.133/2021	Convocação do segundo colocado
9	Armazenamento inadequado	Local apropriado e controle de estoque	Transferência emergencial
10	Produtos vencidos	Exigir validade mínima e fiscalização	Substituição imediata
11	Atendimento insuficiente	Planejamento da demanda	Aquisição complementar
12	Variação de preços	Previsão de reajuste contratual	Revisão contratual

#### Responsáveis pelo Gerenciamento dos Riscos

- Gestor do contrato
- Fiscal do contrato
- Equipe das secretarias
- Controle Interno

#### Monitoramento dos Riscos

- **Riscos Altos:** Monitoramento contínuo (principalmente qualidade, entrega e distribuição)
- **Riscos Médios:** Monitoramento periódico
- **Riscos Baixos:** Monitoramento eventual

#### Conclusão

Considerando a natureza essencial da contratação, voltada à aquisição de equipamentos, eletroeletrônicos e ferramentas destinados a necessidade de assegurar o adequado funcionamento das atividades administrativas das Secretarias Municipais de Ibiá/MG, os riscos identificados concentram-se principalmente na qualidade dos produtos, logística de entrega e correta distribuição as secretarias.

A adoção das medidas mitigadoras propostas assegura maior eficiência, transparência e efetividade da política pública, reduzindo significativamente a possibilidade de falhas e garantindo o atendimento adequado às secretarias.

**5 – DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:** Em virtude da imprescindibilidade da aquisição de equipamentos, eletroeletrônicos e ferramentas para garantir o funcionamento das diversas Secretarias de Ibiá/MG, e com fundamento nos dispositivos da Lei nº 14.133/21, bem como considerando o impacto da continuidade das atividades administrativas, justifica-se a necessidade da aquisição dos materiais por meio de processo licitatório ou, se aplicável, por dispensa de licitação, conforme os limites e condições estabelecidos pela legislação vigente.

Esta aquisição visa, portanto, assegurar o bom andamento dos serviços prestados à população e aos servidores municipais, respeitando os princípios da legalidade, eficiência e economicidade, fundamentais na gestão pública.

Sob a perspectiva do ciclo de vida dos objetos, a solução abrange: (i) o planejamento da demanda com base nos atendimentos realizados pelas equipes técnicas, e no histórico de necessidades das secretarias; (ii) a realização de procedimento licitatório na modalidade de registro de preços, possibilitando a seleção de fornecedores aptos a fornecer produtos com qualidade, regularidade e conformidade; (iii) a aquisição sob demanda, conforme a necessidade efetiva da Administração; (iv) o recebimento, armazenamento e controle dos itens, garantindo a integridade e a adequada conservação dos produtos; (v) a distribuição às secretarias, de forma organizada; e (vi) o monitoramento da execução, permitindo ajustes contínuos no planejamento e na oferta dos benefícios.

Os equipamentos, eletroeletrônicos e ferramentas constituem insumos essenciais no âmbito das atividades das secretarias, sendo fundamental para assegurar as condições mínimas de trabalho, promover e garantir padrões básicos de trabalho dos servidores públicos e ao bom atendimento a população do município de Ibiá - MG. Dessa forma, a solução deve assegurar não apenas a disponibilidade dos itens, mas também sua qualidade, padronização, evitando situações de desassistência.

A adoção do Sistema de Registro de Preços apresenta vantagens relevantes para a gestão da contratação, destacando-se:

- Flexibilidade e adequação à demanda real: permite aquisições parceladas conforme a necessidade, evitando excessos ou insuficiências;
- Eficiência na gestão de recursos: reduz desperdícios e possibilita melhor planejamento da distribuição;
- Celeridade nas contratações: viabiliza aquisições mais rápidas durante a vigência da ata, sem necessidade de novos certames a cada demanda;
- Economicidade: favorece a obtenção de preços mais vantajosos, em razão da competição entre fornecedores e da expectativa de fornecimento continuado;
- Padronização e qualidade: assegura que os itens adquiridos atendam às especificações previamente definidas;
- Redução de custos administrativos: minimiza a repetição de processos licitatórios;
- Previsibilidade orçamentária: contribui para o planejamento financeiro, ainda que as aquisições ocorram de forma eventual.

Adicionalmente, a solução contempla aquisição de equipamentos, eletroeletrônicos e ferramentas, garantindo praticidade na distribuição, padronização dos itens.

Os produtos a serem adquiridos deverão atender a padrões adequados de qualidade e segurança, observando as normas vigentes e assegurando sua aptidão para o uso imediato dos servidores públicos, contribuindo efetivamente para a melhoria das condições de trabalho dos servidores e da população.

A contratação será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão, na forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, adotando-se o critério de julgamento mais vantajoso para a Administração, garantindo ampla competitividade, isonomia entre os licitantes e transparência no processo.

Ressalta-se que todos os elementos necessários à execução contratual encontram-se devidamente detalhados no Termo de Referência, incluindo especificações dos itens, quantitativos estimados, condições de fornecimento, prazos, critérios de aceitação, bem como as obrigações e responsabilidades da contratada.

Dessa forma, a solução proposta mostra-se adequada, eficiente e alinhada ao interesse público, ao assegurar o fornecimento dos itens, contribuindo para a efetividade das políticas públicas do Município de Ibiá/MG.



## **6- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E MODELO DE EXECUÇÃO:**

- 6.1.1. Conforme a solução apontada, a licitação será realizada pelo Sistema de Registro de Preços, conforme Arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023 e Decreto Municipal nº 6.221/2023, através de Pregão Eletrônico (Lei 14.133/2021, art. 29).
- 6.1.2. A futura Ata de Registro de Preços deverá observar as seguintes condições:
- 6.1.3. Futura e eventual aquisição de equipamentos, eletroeletrônicos e ferramentas para atender às necessidades das Secretarias Requisitantes, conforme especificações e quantitativos definidos, garantindo o fornecimento e adequado às atividades institucionais de cada demandante.
- 6.1.4. Os produtos deverão ser de primeira qualidade, em perfeito estado de conservação. Os itens deverão atender às normas vigentes, conforme legislação aplicável, estando em conformidade com as demais legislações federais, estaduais e municipais.
- 6.1.5. Os produtos deverão ser entregues, conforme a natureza de cada item. As embalagens deverão ser íntegras, resistentes e apropriadas para cada item, contendo identificação do produto. Não serão aceitos produtos com embalagens danificadas, violadas ou sem identificação adequada.
- 6.1.6. A empresa CONTRATADA deverá entregar os produtos com, no máximo 15 dias de prazo par entrega após a data da requisição/pedido.
- 6.1.7. A entrega deverá ser realizada de forma parcelada, conforme cronograma e solicitação das secretarias demandantes. Os prazos de entrega deverão atender à necessidade das Secretarias requisitantes.
- 6.1.8. Os quantitativos serão estimados, podendo sofrer variações conforme a demanda real das secretarias. A contratada deverá possuir capacidade operacional para atender às demandas variáveis.
- 6.1.9. Produtos entregues em desacordo com as especificações deverão ser substituídos imediatamente, sem qualquer ônus para a Administração. A aceitação definitiva dos produtos ocorrerá após conferência da qualidade, quantidade e conformidade com os requisitos estabelecidos.
- 6.1.10. Sempre que possível, deverá ser priorizado o fornecimento de produtos provenientes de práticas sustentáveis, respeitando as normas ambientais e de bem-estar animal, cabendo à contratada adotar medidas que minimizem impactos ambientais relacionados ao transporte e acondicionamento dos produtos.
- 6.1.11. A empresa contratada deverá estar regularmente constituída e habilitada, atendendo às exigências da legislação vigente, sendo o fornecimento executado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas.
- 6.1.12. Os itens solicitados deverão atender às exigências de qualidade, normas de transporte, observados aos padrões e normas/decretos baixados pelos órgãos competentes de controle de qualidade, rotulagem e código de ética do consumidor.**
- 6.1.13. O transporte de todos os produtos deverá ser efetuado em veículo adequado que atenda a todas as exigências e normas vigentes, dotados de cobertura para proteção da carga e não devem transportar outras cargas que comprometam a qualidade dos equipamentos, eletroeletrônicos e ferramentas.**
- 6.1.14. Os veículos de transporte devem ser próprios para o transporte, e devem ser mantidos sempre limpos e higienizados**
- 6.1.15. Os materiais solicitados deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc. - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art 39, VIII, da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).**
- 6.1.16. Os produtos objeto da presente contratação deverão ser fornecidos devidamente acondicionados de forma individual, em embalagens apropriadas, íntegras e resistentes, que garantam a proteção, conservação, higiene e qualidade dos itens até o momento da entrega ao destinatário final.**

6.1.17. As embalagens deverão ser adequadas à natureza de cada produto, observando as normas de segurança aplicáveis, sendo vedada a utilização de embalagens danificadas, reutilizadas ou que comprometam a integridade dos itens.

6.1.18. No caso específico cada item deverá ser entregue devidamente organizado e embalado individualmente, de modo a permitir fácil manuseio, transporte e distribuição, assegurando a padronização e identificação dos produtos.

6.1.19. A contratada será responsável por quaisquer danos decorrentes de acondicionamento inadequado, devendo proceder à imediata substituição dos produtos que não atendam às condições estabelecidas nesta cláusula, sem ônus para a Administração.

6.1.20. A CONTRATADA(O) deverá fornecer garantia mínima de 12 (doze) meses além da garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor para defeitos de fabricação ou mal funcionamento do produto.

**6.1.21 - Deverá ser ofertada garantia mínima de 12 (doze) meses a partir da entrega dos produtos.**

#### **6.2.1. VIGÊNCIA DA ARP:**

6.2.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano contado a partir da assinatura, com eficácia a partir da publicação do extrato da presente no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e poderá ser prorrogada, por até igual período, desde que comprovado que as condições e o preço vantajoso permanecem vantajoso, de acordo com o Art. 84 da Lei nº 14.133/21 e Art. 10, § 1º, do Decreto Municipal nº 6.221/23.

#### **6.2.2. DA PRORROGAÇÃO:**

6.2.2.1. No termos da parte final artigo 11 do Decreto Municipal nº 6.221, de 01 de Novembro de 2023, por se tratar de hipótese de registro de preços para futura e eventual aquisição de item de necessidade permanente da Administração, portanto, com natureza de fornecimento contínuo, no caso de prorrogação da vigência da presente ata de registro de preços, poderá ser renovado o quantitativo ora registrado, desde que atendidos os critérios de interesse público e vantajosidade em favor da administração.

6.2.2.2. O ato de prorrogação da vigência da presente ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e indicar o quantitativo renovado, até o limite inicialmente registrado.

#### **6.2.3. DO PREÇO REGISTRADO E DA DIFERENÇA PERCENTUAL:**

6.2.3.1. O(s) preço(s), a(s) marca(s), a(s) quantidade(s) e a(s) especificação (ões) dos produtos a ser(em) fornecido(s) encontram-se indicados no quadro contido no desta ARP.

6.2.3.2. A(s) diferença(s) percentual (is) entre o(s) valor(es) unitário(s) registrado(s) e o(s) valor(es) pesquisado(s) de cada produto a(s) qual(is) deve(m), preferencialmente, ser(em) mantida(s) durante a vigência desta Ata, também está(ão) especificada(s) nesta ARP.

#### **6.2.3. DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

6.2.3.1. Após a homologação da licitação ou a autorização da contratação direta, o Registro de Preços de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, de 01º de abril de 2021, observará, entre outras, as seguintes condições:

- a) serão registradas na Ata de Registro de Preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva ou do proponente a ser contratado de forma direta;
- b) será incluído na respectiva ata, na forma anexa, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos dos licitantes vencedor na ordem de classificação do certame; e
- c) o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no sítio eletrônico oficial do Município de Ibiá – MG e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

6.2.3.2. O Registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor na ordem de classificação do certame, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, cuja lista constará da presente ata, na forma de anexo.

6.2.3.3. Se houver mais de um licitante que aceite cotar o objeto com preços iguais aos do licitante

vencedor, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase de lances.

6.2.3.4. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.2. será efetuada caso e quando houver a necessidade de convocação dos mesmos.

6.2.3.4. **A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas por todo prazo de vigência da ata**, mas não obrigará o Município a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente motivada, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

6.2.3.5. O compromisso de fornecimento também se aplica aos licitantes que aceitem cotar o objeto com preço igual ao do licitante vencedor.

6.2.3.6. O licitante que aceitar compor o cadastro de reserva com preço igual ao do licitante vencedor, mas deixar de responder ou recusar convocação do Município de Ibiá – MG para assumir o remanescente da Ata de Registro de Preços, ficará sujeito à imposição das sanções previstas no Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Edital, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.2.3.7. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto, no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.

#### **6.2.4. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS:**

6.2.4.1. Autorizado o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição dos itens objeto do presente certame ou homologado o resultado da licitação, o proponente ou o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no sistema da plataforma *Licitanet* ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)), no prazo e nas condições estabelecidas no instrumento convocatório, em até 5 (cinco) dias úteis contados da sua convocação para assinar a ARP, sob pena de decair o direito à contratação, podendo o prazo ser prorrogado um vez por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

6.2.4.2. Na hipótese de recusa ou perda do prazo para assinar a presente ata por parte do convocado, poderá a Administração promover a convocação dos licitantes que aceitaram registrar preços iguais ao do licitante vencedor do certame para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação constante do cadastro de reservas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital, na Lei 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 6.221/23.

6.2.4.3. A perda de prazo, a recusa injustificada, ou cuja justificativa não foi aceita pela Administração por qualquer dos licitantes, implicará na instauração de processo administrativo para, após garantido o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de das penalidades previstas no Edital, na Lei 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 6.221/23 e na presente ata.

6.2.4.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a presente ata de registro de preços nos termos do item 7.2, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos dos documentos constante do Processo Licitatório que deu origem ao Pregão Eletrônico nº 008/2026.

6.2.4.5. A assinatura Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas durante toda a vigência da ata, sendo que seu descumprimento injustificado implicará na instauração de processo administrativo para aplicações das sanções previstas na Lei 14.133/21, no Decreto Municipal nº 6.221/23 e na presente ata.

6.2.4.6. Na forma do artigo 19 do Decreto Municipal nº 6.221/23, **as contratações decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente**, observado o disposto no artigo 95 da Lei 14.133/21.

#### **6.2.5. DA REGÊNCIA:**

6.2.5.1 – A presente Ata de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei

Federal nº 14.133/21, Decreto Federal nº 11.462/23, Decreto Municipal nº 6.221/23 e demais normas complementares, sendo que eventuais casos omissos serão decididos com base na Lei Federal nº 8.078/90, na Lei Federal nº 10.406/02, nos princípios gerais de Direito Administrativo ou nos princípios gerais de direito.

#### **6.2.6. DA VEDAÇÃO DE ADESÃO DE ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES:**

6.2.6.1. As quantidades previstas na Ata de registro de Preço foram estimadas com base na realidade do município de Ibiá/MG, portanto **não será permitida a Adesão de órgão ou entidades**, conforme previsto no Capítulo VIII, artigos 31, 32 e 33 do Decreto Federal nº 11.462/23, que regulamenta a utilização da ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes.

#### **6.2.7. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:**

6.2.7.1. A entrega dos itens objeto desta licitação deverá ser realizada **no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento, emitida pela Prefeitura Municipal de Ibiá, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital, na Lei 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 6.221/23 e na presente ata.**

6.2.7.2. O horário das entregas será determinado pelas secretarias requisitantes, agendados previamente pela CONTRATANTE, conforme locais abaixo indicados:

LOCAL DE ENTREGA	REPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO/FISCAL	ENDEREÇO	TELEFONE
<b>Almoxarifado Central Prefeitura de Ibiá-MG</b>	Robison Montoani	Avenida Tancredo Neves S/N - Centro	34 3631 5775

6.2.7. A empresa CONTRATADA deverá entregar os produtos com, no máximo 15 (quinze) dias de prazo após a data o recebimento da requisição ou ordem de entrega de cada pedido.

#### **6.2.8. DO RECEBIMENTO DA(S) PRODUTOS:**

6.2.8.1. O(s) materiais(s) objeto da presente Ata de Registro de Preços será(ão) executados pela(o) **CONTRATADA(O)**, conforme solicitação do Órgão Requisitante, segundo forma, prazos e condições especificadas no **EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026** e seus anexos, devidamente acompanhado dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal / Fatura), adotando-se os procedimentos previstos na Lei Federal n.º 14.133/21.

6.2.8.2. O(s) produtos(s) objeto desta licitação será(ão) entregues(s) pela **CONTRATADA**, conforme solicitação do Órgão Requisitante, segundo forma, prazos e condições especificadas, devidamente acompanhado dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal / Fatura), adotando-se os procedimentos previstos na Lei Federal n.º 14.133/2021.

6.2.8.3. As requisições a serem emitidas para entrega do(s) produtos descritos, não serão emitidas em datas prévias, não serão obrigatoriamente emitidas contendo quantidade total dos itens, reservando assim à Prefeitura Municipal de Ibiá/MG o direito de **emissão da Requisição de produtos de forma parcelada**, conforme necessidade e datas escolhidas pela Administração.

6.2.8.4. A entrega do(s) produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido realizado pelo **CONTRATANTE**.

6.2.8.5. A **CONTRATADA** ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da presente ata durante toda sua vigência, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.2.8.6. A **CONTRATADA** receberá através de e-mail, ou pessoalmente esta Nota de Autorização de Fornecimento - NAF, e deverá emitir a nota fiscal dos materiais entregues.

6.2.8.7. A entrega do(s) produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido realizado pelo(a) **CONTRATANTE** e deverá ser realizada no local designado pelo Órgão Requisitante, sendo recebida pelo Fiscal designado na presente ata, que adotará os seguintes procedimentos:

a) **recebimento provisório:** de posse dos documentos apresentados pela(o) CONTRATADA(O) e de uma via da presente ata, receberá o(s) material(is) / material(s)/ material(s) para verificação de especificações, quantidade, qualidade, prazos, preços e outros dados pertinentes e, encontrando irregularidade, fixará prazos para correção pela(o) CONTRATADA(O), ou aprovando, receberá provisoriamente o(s) material(is), mediante recibo;

b) **recebimento definitivo:** após o recebimento provisório, verificação da integridade e realização de testes de funcionamento, se for o caso, e sendo aprovados, nos exatos termos do edital, e da proposta vencedora, será efetivado o recebimento definitivo mediante a expedição de termo circunstanciado e recibo aposto na Nota Fiscal (1ª e 2ª vias).

6.2.8.8. Encontrando irregularidade ou caso os produtos esteja(m) fora dos padrões determinados o Fiscal o(s) devolverá(ao) o produto para regularização no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos. O atraso na substituição do(s) mesmo(s) acarretará a suspensão dos pagamentos, além da aplicação das penalidades previstas no edital e na ARP;

6.2.8.9. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o fiscal informará o Gestor da presente ata para apuração dos fatos e eventual aplicação de penalidade.

6.2.8.10. É vedada, tanto a entrega dos produtos por parte da CONTRATADA, quanto o recebimento do(s) mesmo(s) pelo Fiscal da ata, com marca(s) diferente(s) da(s) aprovada(s) e devidamente publicada(s) no - Diário Oficial do Município de Ibiá/MG.

#### **6.2.9. DAS OBRIGAÇÕES:**

##### **6.2.9.1. DO CONTRATANTE:**

##### **6.2.9.2. QUANDO GERENCIADOR:**

6.2.9.2.1. Gerenciar a ARP, em especial o controle dos quantitativos e das autorizações para as respectivas contratações, as quais deverão indicar o fornecedor, as quantidades e os valores a serem praticados.

6.2.9.2.2. Autorizar a adesão à ARP pelo Órgão não Participante, nas condições previstas na legislação.

6.2.9.2.3. Conduzir os procedimentos relativos às revisões dos preços registrados e substituições de marcas, devidamente justificados, obedecidas às disposições da legislação.

6.2.9.2.4. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, bem como de comportamentos que comprometam o funcionamento do SRP.

6.2.9.2.5. Notificar o Detentor, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do fornecimento.

6.2.9.2.6. Publicar no Diário Oficial as alterações de preço(s) e marca(s).

6.2.9.2.7. Publicar no Diário Oficial o(s) preço(s) registrado(s), no mínimo, trimestralmente.

##### **6.2.9.3. QUANDO PARTICIPANTE:**

6.2.9.3.1. Solicitar, acompanhar e fiscalizar o fornecimento do(s) produto(s), assim como se responsabilizar pelo pedido dentro dos quantitativos fixados.

6.2.9.3.2. Promover a formalização do contrato ou instrumento equivalente, após autorização do órgão gerenciador.

6.2.9.3.3. Zelar pelo cumprimento dos atos relativos às obrigações que assumir contratualmente, bem como pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do contrato em que figure como parte.

6.2.9.3.4. Informar ao Órgão Gerenciador, no prazo de 5 (cinco) dias da ocorrência, qualquer descumprimento de obrigação por parte do fornecedor, em especial a recusa em assinar o contrato ou retirar o documento equivalente no prazo estabelecido.

6.2.9.3.5. Encaminhar ao Órgão Gerenciador cópia dos documentos emitidos, eventuais anulações e relatório de desempenho de fornecedor no prazo de 02 (dois) dias úteis da ocorrência, nos casos em que o contrato for substituído por nota de empenho ou instrumento equivalente.



6.2.9.3.6. Executar os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo Fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais em relação às suas próprias contratações.

6.2.9.3.7. Acompanhar os preços e marcas registrados no Diário Oficial do Município, para verificação de possíveis alterações.

6.2.9.3.8. Fiscalizar a manutenção das condições de habilitação e qualificações do Fornecedor, exigidas no edital, durante toda a execução do fornecimento, em cumprimento a legislação pertinente.

#### **6.2.9.4. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS:**

6.2.9.4.1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida no contrato ou documento equivalente.

6.2.9.4.2. Supervisionar e fiscalizar o fornecimento e entrega do objeto desse certame, com preposto idôneo e habilitado, efetuando inclusive conferência e atestando para efeito de pagamentos.

6.2.9.4.3. Emitir ordem de compras de início da execução do contrato ou documento equivalente.

6.2.9.4.4. Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao desenvolvimento do objeto licitado.

6.2.9.4.5. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto do presente Edital, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

6.2.9.4.6. Notificar a CONTRATADA por meio do gestor/fiscal, sobre qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto desse certame, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhes, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa.

6.2.9.4.7. Determinar e indicar as locais onde deverão ser entregues os produtos.

6.2.9.4.8. Fiscalizar, supervisionar a entrega e fornecimento dos produtos objeto do contrato ou documento equivalente, através de preposto idôneo e habilitado.

6.2.9.4.9. Notificar a CONTRATADA, quaisquer irregularidades a serem supridas.

#### **6.2.9.5. DA CONTRATADA:**

6.2.9.5.1. Manter, durante o fornecimento dos produtos, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2.9.5.2. Designar um preposto, idôneo e habilitado, com poderes para representá-la, receber notificações da fiscalização da CONTRATANTE e para tomar deliberações sobre todos os assuntos, para o bom e fiel cumprimento do contrato, sendo formal e previamente indicado à Administração.

6.2.9.5.3. Cumprir todas as normas técnicas pertinente ao ramo de atividades.

6.2.9.5.4. Fornecer mão de obra, equipamentos e utensílios necessários ao fornecimento do objeto contratados.

6.2.9.5.5. Fornecer pessoal devidamente habilitado e qualificado no fornecimento e entrega dos produtos.

6.2.9.5.6. Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, sociais, previdenciários e outros advindos do contrato.

6.2.9.5.7. Responder por quaisquer danos que venham a ser causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, por seus empregados ou prepostos, no exercício de suas tarefas.

6.2.9.5.8. Responsabilizar-se integralmente para com a execução do objeto contratado, sendo que a presença da fiscalização da CONTRATANTE, não diminui ou exclui esta responsabilidade.

6.2.9.5.9. Cumprir corretamente as instruções do CONTRATANTE, devendo executar o fornecimento dos produtos no prazo máximo pré-estabelecido.

6.2.9.5.10. Contratar e dispensar, às suas expensas e sob sua exclusiva responsabilidade, todo o pessoal necessário ao fornecimento e entrega dos serviços contratados, bem como, o pagamento dos encargos trabalhistas e sociais devidos, nos prazos da lei.

6.2.9.5.11. Responder perante a CONTRATANTE e a terceiros por prejuízos causados em razão dos atos praticados no fornecimento e entrega do objeto contratado a seu cargo, por si e por seus empregados



utilizados direta ou indiretamente.

6.2.9.5.12. Dar ciência, imediatamente e por escrito, do recebimento das Notas de Empenho ou outros instrumentos hábeis enviados pelo CONTRATANTE.

6.2.9.5.13. Atender, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, as convocações para retirada da(s) Nota(s) de Empenho ou de outro instrumento hábil.

6.2.9.5.14. Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preço ou substituição de marca.

6.2.9.5.15. Praticar, sempre, o(s) preço(s) e as marca(s) vigente(s) publicado(s) no Diário Oficial do Município pelo CONTRATANTE.

6.2.9.5.16. Entregar os produtos no prazo, local e condições estabelecidos, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes deste instrumento.

6.2.9.5.17. Garantir a boa qualidade dos produtos fornecido(s), respondendo por qualquer deterioração, substituindo-os sempre que for o caso.

6.2.9.5.18. Substituir, após solicitação do CONTRATANTE, ou propor a substituição da(s) marca(s) dos produtos registrado(s), mantendo no mínimo os padrões fixados neste instrumento, sempre que for comprovado que a qualidade da marca atual não atende mais às especificações exigidas ou se encontra fora da legislação aplicável ou daqueles registrados na ata de registro de preços.

6.2.9.5.19. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas quanto à execução do fornecimento, nos termos deste instrumento e da legislação aplicável, o que deverá ser realizado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

6.2.9.5.20. Manter, durante toda a vigência da ARP, as mesmas condições de habilitação, especialmente as de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase licitatória e/ou assinatura da ARP, inclusive as relativas ao INSS e ao FGTS, renovando as certidões sempre que vencidas e apresentando-as ao setor competente do CONTRATANTE, quando solicitadas.

6.2.9.5.21. Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.

6.2.9.5.22. Apresentar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, bem como outras legalmente exigidas.

6.2.9.5.23. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do fornecimento.

6.2.9.5.24. Arcar com todas as despesas pertinentes ao fornecimento contratado, tais como tributos, fretes, embalagem e demais encargos.

6.2.9.5.25. Responder, integralmente, pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, decorrentes da contratação, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato da execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do CONTRATANTE.

6.2.9.5.26. Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

6.2.9.5.27. Trocar item(ns) licitado(s) recusado(s) pela fiscalização, conforme notificação e no prazo preestabelecido, sob seu único e exclusivo ônus e responsabilidade.

6.2.9.5.28. As requisições a serem emitidas para aquisições dos itens contidos na presente ata, não serão emitidas em datas prévias, não serão obrigatoriamente emitidas contendo quantidade total dos itens, reservando assim à Prefeitura Municipal de Ibiá-MG o direito de emissão da requisição de compras ou serviços de forma parcelada, conforme necessidade e datas escolhidas pela Administração.

6.2.9.5.29. Comunicar ao(a) CONTRATANTE os eventuais casos fortuitos e de força maior, que comprometam a execução do contrato, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, em até 5 (cinco) dias consecutivos, a partir da

data de sua ocorrência, sob a pena de não serem considerado.

6.2.9.5.30. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até a sua entrega no local de destino.

6.2.9.5.31. A CONTRATADA entregará os produtos com, no máximo 1/3 do seu prazo de validade já transcorrido até a data da entrega de cada pedido, ou seja, ainda deverão remanescer pelo menos 2/3 do prazo de validade do material (is) no momento da entrega.

6.2.9.5.32. A CONTRATADA deverá adotar medidas para que o transporte dos materiais, até o local da entrega, seja feito em condições higiênicas e sanitárias.

6.2.9.5.33. Cumprir as exigências quanto à rotulagem dos produtos, para que a mesma esteja em conformidade com a legislação em vigor.

6.2.9.5.34. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até a sua entrega no local de destino.

6.2.9.5.35. A CONTRATADA deverá prestar garantia da qualidade, devendo substituir sempre que comprovado pelo fiscal do contrato, que o produto não possui condições de preparo e consumo.

#### **6.2.10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS NA ATA:**

6.2.10.1. A presente ata de registro de preços será cancelada pela Administração Pública, quando o fornecedor:

I - for liberado pela Administração Pública do compromisso assumido, mediante justificativa constante do processo administrativo;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

III - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

IV - não aceitar manter seu preço registrado, no caso de indeferimento do pedido de revisão de preços previsto neste termo de referência, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e na presente Ata; ou

V - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021;

VI - não aceitar reduzir seu preço após pesquisa de preços realizada pela Administração, na forma do item 15.2.

6.2.10.1.1. Na hipótese prevista no inciso V do item 6.2.10.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.2.10.1.2. No caso das hipóteses previstas nos incisos do item 6.2.10.1, o fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação eletrônica remetida para o e-mail cadastrado pelo mesmo para comunicações.

6.2.10.1.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no item 6.10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, após a providência prevista no item 16.10.1 acima.

6.2.10.1.4. Na hipótese de cancelamento da presente ata de registro de preços, A Administração Pública poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva ou, na falta deste, dos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, nesta última hipótese respeitado o procedimento previsto no § 7º do art. 15 do Decreto Municipal nº 6.221/2023.

6.2.10.2. O cancelamento dos preços registrados na presente ata poderá ser realizado pela Administração Pública, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - se não houver êxito nas negociações nos casos previstos 15.2.2, 15.2.3, 15.3.3, 15.3.4 e 18.1.4.  
6.2.10.2.1 – Na hipótese de cancelamento dos preços registrados previstas nos incisos do item acima, a Administração Pública adotará de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

#### **6.2.11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:**

6.2.11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do objeto da presente ata;
- b) der causa à inexecução parcial do objeto da presente ata que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total da presente ata;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da presente ata sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da presente ata;
- f) praticar ato fraudulento na execução da presente ata;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13;
- i) der causa ao cancelamento da presente ata ou de preço registrado na presente ata, sem motivo justificado e aceito pela Administração Pública.

6.2.11.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/21);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d” e “i” do item 19.1 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/21);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do item 19.1 acima, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “i”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/21).

IV - Multa:

a) multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor dos bens entregues com atraso. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a CONTRATANTE poderá decidir pela continuidade da aplicação da multa ou pelo cancelamento da presente ata, em razão da descumprimento das suas condições.

b) multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor dos produtos e/ou serviços que estiverem em desacordo com as condições de garantia do produto e/ou de instalação e funcionamento, limitada a 10% (dez por cento) do valor desses bens.

d) multa compensatória de 5% (cinco por cento) pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, a qual será calculada sobre o valor total do saldo remanescente da presente ata.

e) multa compensatória de 10% (dez por cento) aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida, em caso de cancelamento preço registrado sem motivo justificado aceito pela Administração Pública.

f) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da presente ata, em caso do cancelamento da presente ata sem motivo justificado aceito pela Administração Pública.

6.2.11.3. A aplicação das sanções previstas na presente ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21)

6.2.11.3.1. Todas as sanções previstas na presente ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21).

6.2.11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a apresentação de defesa pelo interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/21)

6.2.11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/21), conforme o caso.

6.2.11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.2.11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.2.11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.2.11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

6.2.11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/21).

6.2.11.8. A Administração Pública deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituído no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/21).

6.2.11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

6.2.11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrente deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **7-DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:**

7.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21, será designado Fiscal e Gestor para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais, bem ainda, a execução da presente ARP, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

7.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do(a) CONTRATADO(A), inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

7.3. A fiscalização do recebimento dos produtos adquiridos ficará a cargo de representante da Administração, ficando o mesmo responsável pela conferência das especificações do material com as exigências contratuais e pelo seu recebimento definitivo na forma do art. 140, II da Lei Federal nº 14.133/21, competindo-lhe ainda dirimir as possíveis dúvidas que surgirem no curso da entrega deste(s), e de tudo dar ciência à Administração.

7.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da presente ARP, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.5. O Fiscal da Ata procederá à avaliação das especificações do(s) produto(s) encaminhadas pela licitante vencedora podendo rejeitar, no todo ou em parte, os itens que não estejam de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

7.6. O Órgão requisitante será competente para receber, autorizar, supervisionar, conferir e fiscalizar o objeto desta licitação, através da gestora e fiscal designadas abaixo:

**Gestor:**

Gestores:

**Secretaria Municipal de Saúde**

Ticiania Angélica dos Santos

**Secretaria Municipal de Controle Interno**

Clarice Nascimento Silveira

**Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente**

Felisberto Paiva Carvalho

**Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos**

João Henrique Assunção

**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

Kassiléia Aparecida de Souza

**Secretaria Municipal de Saúde**

Ticiania Angélica dos Santos

**Secretaria Municipal de Controle Interno**

Clarice Nascimento Silveira

**Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente**

Felisberto Paiva Carvalho

**Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos**

João Henrique Assunção

**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

Kassiléia Aparecida de Souza

**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Comunicação**

**Secretaria Municipal de Cultura e Turismo**

Leandro Fabrício Marques Reis

**Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura**

Helvécio Nascimento

**Secretaria Municipal Logística**

Alexandre Mantoani

**Secretaria de Fazenda e Planejamento**

Rodrigo Mendes Braz

**Secretaria Municipal de Educação**

Inês Nascimento Correa

**Secretaria Municipal de Esporte e Lazer**

Silvia Helena Pinheiro Moraes

**Secretaria Municipal de Gestão**

Nahiara Christina Albino Kersul

**Secretaria Municipal de Gabinete**

Livia Maria Pimenta Rodrigues Reis

**Fiscal:**

**NOME:** ROBISON LUIZ MANTOANI.

**8 – CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E DOS VALORES DA ATA:**

**8.1. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

8.1.1. Os pagamentos serão efetuados da seguinte forma:

8.1.2. A CONTRATADA obterá pagamentos somente dos produtos efetivamente entregues, conforme atestado e aprovado pela fiscalização da CONTRATANTE, após o recebimento definitivo.

8.1.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal e aprovado pela fiscalização da CONTRATANTE.

8.1.4. Em caso de irregularidade na emissão da nota fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

8.1.5. Somente após o cumprimento de todas as exigências acima será contado o prazo para a liberação do pagamento.

8.1.6. A Nota fiscal deverá ser emitida obrigatoriamente pela forma eletrônica de acordo com o Inciso I, Cláusula Segunda do Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009.

8.1.7. A Administração poderá reter o pagamento das faturas nos seguintes casos:

I. Irregularidade ou caso os produtos esteja(m) fora dos padrões determinados;

II. Atraso na entrega ou substituição do(s) mesmo(s);

III. Obrigação da CONTRATADA com terceiros que, eventualmente, possa prejudicar a Prefeitura;



IV. Débito da CONTRATADA para com o município ou terceiros que provenha da execução do contrato, quer resulte de outras obrigações, conforme art. 139, IV da Lei 8.666/93;

V. Não cumprimento das obrigações contratuais, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda a cláusula infringida.

8.1.8. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços executados.

8.1.9. A Nota/Fiscal/Fatura emitida pela CONTRATADA deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do processo, nº do Pregão Eletrônico e da ACS – Autorização de Compras e Serviços ou NAF – Nota de Autorização de Fornecimento, para posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

8.1.10. As notas fiscais deverão constar o número do processo licitatório, sob pena de devolução pelo CONTRATANTE.

8.1.11. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

8.1.12. Haverá retenção na fonte do imposto de renda IR em conformidade com a Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal.

8.1.13. Os documentos comprobatórios deverão ser emitidos em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, sob pena de não aceitação por parte do contratante.

8.1.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e da documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.15. Haverá retenção na fonte do imposto DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (SE FOR O CASO), em cumprimento ao Código Tributário Municipal e aos dispostos na Lei Complementar nº 204 de 22 de dezembro de 2003.

## **8.2. DO REAJUSTE E SEU ÍNDICE:**

8.2.1. O preço registrado na presente ata é irrevogável, salvo nos de atualizações dos preços pela Administração Pública ou de deferimento pedido de revisão de preços apresentado pela CONTRATADA.

8.2.2 Na hipótese de renovação da presente ata de registro de preços com renovação do quantitativo, na forma do item 2.2, a CONTRATADA poderá solicitar reajuste em sentido estrito dos preços registrados.

8.2.3 - A periodicidade de reajuste em sentido estrito do preço registrado será anual, contado da data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme disposto no art. 25, § 7º da Lei 14.133/21 e art. 3º, §1º da Lei 10.192/01.

8.2.4. - O índice utilizado para reajuste será a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro que venha substituí-lo, por se tratar de fornecimento de bens comuns.

## **8.3. DA ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DE PREÇOS E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

8.3.1. Os preços registrados poderão ser atualizados pela Administração após pesquisa de preços periódicas ou revisados após pedido da CONTRATADA em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ARP como um todo tal como pactuado.

8.3.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, após constatação efetivada pesquisa periódica realizada pela Administração Pública nos termos do artigo 15 do Decreto Municipal nº 6.221/23, a CONTRATADA será convocada para negociar a redução dos preços registrados.

8.3.2.1. Caso a CONTRATADA não aceite reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado, a mesma será liberada do compromisso assumido quanto ao preço registrado, sem aplicação de qualquer tipo de penalidades administrativas.

8.3.2.2. Na hipótese do item anterior, a Administração convocará os demais licitantes constante da lista de

reserva obedecida a ordem de classificação, para negociar o fornecimento do item de acordo com os valores praticados pelo mercado, firmando-se nova ata em caso de sucesso.

8.3.2.3. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

8.3.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado à CONTRATADA requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, desde que comprove e demonstre:

a) a ocorrência fato superveniente qualificado, ou seja, de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ARP como um todo tal como pactuado;

b) a modificação substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor signatário da Ata de Registro de Preços e da Administração Pública, a ser demonstrada através de planilha que comprove a existência de desequilíbrio na ARP como um todo, considerados todos os itens com preços registrados; e

c) a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstrem que o preço de mercado efetivamente se tornou superior e tornou inviáveis as condições inicialmente pactuadas.

8.3.3.1. A iniciativa e o ônus probatório de todos os requisitos para revisão do preço registrado previsto no item 15.3 acima competem inteiramente à CONTRATADA, cabendo à Administração a análise e deliberação a respeito do pedido.

8.3.3.2. Na hipótese de indeferimento do pedido de revisão de preço registrado, a CONTRATADA continuará obrigada a cumprir os compromissos de fornecimento pelo valor registrado na presente ata, sob pena de não o fazendo, ser instaurado processo administrativo para o cancelamento do registro de preço e imposição de penalidades administrativas.

8.3.3.3. Caso seja cancelado o registro de preços na forma na parte final do item 15.3.2, a Administração Pública poderá convocar os demais licitantes constantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens pelo preço registrado na presente ata, respeitando-se a ordem de classificação.

8.3.3.4. Caso nenhum dos licitantes do cadastro de reservas aceite assumir o fornecimento de bens, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes para negociação e assinatura de nova ata, limitando-se a negociação ao valor e condições da última oferta apresentada pelos mesmos no pregão, desde que referido valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação.

8.3.3.5. Não havendo êxito nas negociações na forma dos itens 15.3.3 e 15.3.4, a Administração Pública procederá à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

8.3.4. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para responder aos pedidos de reajuste ou revisão de preços acima previstos, contados da data de protocolo dos mesmos junto à repartição competente.

#### **8.4. DA PESQUISA PERIÓDICA DE PREÇOS:**

8.4.1. A pesquisa periódica de preços poderá consistir em consultas ao mercado, a publicações especializadas, a preços praticados no âmbito da Administração Pública, a listas de instituições privadas e públicas de formação de preços ou outros meios praticados no mercado.

8.4.2. As consultas referidas no subitem anterior poderão ser realizadas por qualquer meio de comunicação, devendo ser certificadas pela autoridade competente.

8.4.3. A pesquisa periódica de preços, a critério da Administração Pública, poderá ser repetida sempre que necessário à preservação do interesse público, considerado o tempo decorrido, a sazonalidade de

mercado ou outras condições específicas.

8.4.4. Será utilizada, preferencialmente, a média aritmética simples dos preços pesquisados como referência.

#### **9 – FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

9.1. Conforme a solução apontada, a licitação será realizada pelo Sistema de Registro de Preços, conforme Arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023 e Decreto Municipal nº 6.221/2023, através de Pregão Eletrônico (Lei 14.133/2021, art. 29).

9.2. Conforme lei 123/06 os itens 01 e 11 serão de ampla participação e demais itens para a participação exclusiva para ME/EPP.

9.3 O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos do inciso I do Art. 33 da Lei 14.133/2021.

**9.4 – NÃO SERÁ EXIGIDA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, em razão da natureza dos produtos e à sua destinação.**

#### **9.5. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS E DO JULGAMENTO:**

9.5.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e no item 7 da minuta do Edital, e verificará a habilitação do(a) licitante, observado o disposto no item **10 - DA CONDIÇÃO PRÉVIA PARA HABILITAÇÃO e 11 - DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**, da minuta do edital.

9.5.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as especificações e demais condições estabelecidas na minuta de Edital e neste Anexo.

9.5.1.1. Devendo a LICITANTE realizar os descontos para os itens pertencentes ao ITEM arrematado, conforme desconto dado ao valor total. Ao readequar a proposta o valor deve ser aplicado de forma integral aos itens no mesmo valor do desconto final.

9.5.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor:

- a) que não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) que contiverem opções de preços alternativos;
- c) que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente;
- d) que não atenderem aos requisitos do item 5 deste edital;
- e) que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.5.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preço global ou unitário simbólicos, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do(a) próprio(a) licitante, para os quais ele(a) renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.5.3.1. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha a ser apresentada junto com a proposta, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

9.5.3.1.1. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do art. 59 da Lei n.º 14.133/2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- a) questionamentos junto ao(a) proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;
- b) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

- c) verificação de outros contratos que o(a) proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- d) pesquisa de preço com CONTRATADA dos insumos utilizados;
- e) verificação de notas fiscais de serviços prestados pelo(a) proponente;
- f) consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- g) análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que a proponente disponha para a prestação dos serviços;
- h) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

9.5.3.1.2. Não havendo a comprovação da exequibilidade da proposta, esta será desclassificada.

9.5.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.5.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.5.6. O(A) Pregoeiro(a) poderá convocar o(a) licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.2.6.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a) por solicitação escrita e justificada do(a) licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo(a) Pregoeiro(a).

9.5.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo(a) Pregoeiro(a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo Sistema Eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.5.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.5.8. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.5.9. O(A) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do Sistema Eletrônico, contraproposta ao(a) licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.5.10. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o(a) licitante para que seja obtido preço melhor.

9.5.11. A negociação será realizada por meio do Sistema, podendo ser acompanhada pelos(as) demais licitantes.

9.5.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo Sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do(a) licitante, observado o disposto neste Edital.

## **10 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

10.1. Da sessão pública deste Pregão divulgar-se-á Ata no Sistema Eletrônico.

10.2. Ocorrendo a decretação de feriado, não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital, inclusive a sessão pública, serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de

expediente normal subseqüentes, no mesmo horário anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação em contrário pelo(a) Pregoeiro(a).

10.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

10.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

10.6. As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.7. Os(As) licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

10.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias e horário de expediente na Administração.

10.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do(a) licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

10.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

10.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos, [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), [www.ibia.mg.gov.br](http://www.ibia.mg.gov.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos de 08:00 às 11:30 horas e de 13:00 às 17:30 horas, no Setor de Licitações, na Av. Tancredo Neves nº 663 – Centro – CEP: 38.950-000 – Ibiá-MG SEM ÔNUS, e maiores informações na sede da Prefeitura no endereço acima, ou através do Telefone/Fax (34) 3631-5754, sendo que os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

10.12. O(A) licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do(a) licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

10.13. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido.

10.14. Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o(a) Pregoeiro(a) poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

10.15. Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

10.16. O(a) Pregoeiro(a), no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 2º, do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.17. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do(a) licitante.

10.18. As decisões do(a) Pregoeiro(a) serão publicadas no AMM - Diário Oficial do Município de Ibiá e divulgadas nos sites: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), [www.ibia.mg.gov.br](http://www.ibia.mg.gov.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos



de 08:00 às 11:30 horas e de 13:00 às 17:30 horas, no Setor de Licitações, Av. Tancredo Neves nº 663 – Centro – CEP: 38.950-000 – Ibiá-MG.

10.19. É facultada ao(a) Pregoeiro(a), à Comissão ou autoridade responsável pelo recebimento da mercadoria a promoção de diligência ou solicitação de amostra do material licitado, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

10.20. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

10.21. A participação do(a) licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste Edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

9.3.22. A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município de Ibiá - MG, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no Sistema para conhecimento dos(as) licitantes.

10.23. Para atender a seus interesses, o Município de Ibiá - MG poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.24. O Município de IBIÁ-MG poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

10.25. Os casos omissos do presente pregão serão solucionados pelo(a) Pregoeiro(a) e pelas leis e decretos aplicáveis à espécie.



ANEXO II

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

[nome da empresa],[endereço completo], inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo][nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxxxxxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxxxxx], para fins do disposto no Edital Pregão **Eletrônico Nº 018/2026**, **DECLARA** ao Município de Ibiá-MG, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do referido Edital, se comprometendo a entregar os objetos e/ou a prestar os serviços que lhe forem adjudicados conforme a descrição do Termo de Referência - Anexo I deste edital, desconsiderando qualquer erro que porventura houver cometido na elaboração da proposta.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa  
Nome do representante legal da empresa  
Assinatura representante legal da empresa

**ANEXO III**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE**  
**ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)**

[nome da empresa],[endereço completo], inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo][nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxxxxxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxxxxx], para fins do disposto no Edital Pregão Eletrônico Nº 018/2026, **DECLARA** ao Município de Ibiá-MG, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal e trabalhista, caso seja declarada vencedora do certame.

Declara, mais, sob as penalidades desta Lei, ser:

( ☐ ) **MICROEMPRESA** - Receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais.

( ☐ ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** - Receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais.

( ☐ ) Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar 123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.  
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa  
Nome do representante legal da empresa  
Assinatura representante legal da empresa

**ANEXO IV**  
**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**À**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ-MG**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2026**  
**MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS, ELETROELETRÔNICOS E FERRAMENTAS PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IBIÁ - MG .**

Razão Social do(a) Licitante:

CNPJ:

Endereço:

Estado:

E-mail:

Cidade:

Telefone/fax:

Informações para pagamentos (quando por sistema bancário):

Banco:

Agência:

Conta:

Representante Legal para fins de Assinatura do Contrato:

Nome Completo:

Identidade:

CPF:

Endereço:

Órgão expedidor:

Estado Civil:

E-mail:

Item	Descrição	Unida de	Quant. TOTAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
		Total			
				R\$	

O valor global da presente proposta é de R\$\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

Apresentamos nossa proposta para a execução do objeto do referido Processo licitatório, pelos preços unitários e total aqui definidos, declarando que neles encontram-se incluídas além do lucro, quaisquer vantagens, abatimentos, descontos, despesas com mão de obra, materiais, equipamentos, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações previdenciárias, fiscais, comerciais, trabalhistas, tarifas, seguros, responsabilidade civil e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto desta licitação;

Declaramos que o prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data para a entrega das propostas conforme art. 90, § 3º, da Lei nº 14.133/2021;

Declaramos para todos os efeitos legais que, ao apresentar esta proposta, com os preços e prazos acima indicados, estamos de pleno acordo com as exigências, condições gerais e especiais

estabelecidas no Edital para a presente licitação, as quais nos submetemos incondicional e integralmente.

Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Declaramos que não possuímos em nosso quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (Conforme 14.133/2021, e não possuímos em nosso quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que não estamos cumprindo pena de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas Federal, Estadual e Municipal, inclusive no Distrito Federal, conforme art. 156 da Lei nº. 14.133/2021.

Depois de homologado o resultado, nos comprometemos a assinar o CONTRATO, no prazo determinado no documento de convocação.

Propomo-nos a cumprir o prazo de entrega de forma parcela e aceitamos as condições de pagamento conforme determina o Edital.

**Locais de Entrega:**

<b>Almoxarifado Central Prefeitura de Ibipá-MG</b>	Robison Mantoani	Avenida Tancredo Neves S/N - Centro	34 3631 5775
--	------------------	--	--------------

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa  
Nome do dirigente da empresa  
Assinatura do dirigente da empresa

## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

[nome da empresa],[endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº [xxxxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo][nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxxxxxxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxxxxx], para fins do disposto no Edital Pregão Eletrônico Nº 018/2026, **DECLARA** ao Município de Ibiá-MG, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea nem suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV do artigo 156 da 14.133, de 1 de abril de 2021 e suas alterações, bem como comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos para cadastramento, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômico-financeira.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

Nome da empresa  
Nome do dirigente da empresa  
Assinatura do dirigente da empresa

**ANEXO VI**

**MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR**

[nome da empresa],[endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº [xxxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo][nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxxxxxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxxxxx], para fins de participação no Pregão Eletrônico Nº 018/2026, **DECLARA** ao Município de Ibiá-MG, sob as penas da Lei, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa  
Nome do dirigente da empresa  
Assinatura do dirigente da empresa



**ANEXO VII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO SERVIDOR PÚBLICO DA ATIVA**

[nome da empresa],[endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº [xxxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo][nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxxxxxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxxxxx], para fins do disposto no Edital Pregão Eletrônico Nº 018/2026, **DECLARA** ao Município de Ibiá-MG, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (conforme Lei nº 14.133/2021) e que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, em atendimento à vedação disposta no art. 18, XII da Lei 12.708/2012.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa  
Nome do dirigente da empresa  
Assinatura do dirigente da empresa

**ANEXO XIII**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA**  
**PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

[nome da empresa],[endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº [xxxxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo][nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxxxxxxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxxxxx], para fins do disposto no Edital Pregão Eletrônico Nº 018/2026, **DECLARA** ao Município de Ibiá-MG, sob as penas da Lei, que que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas na Lei nº 14.133/2021, art. 63, IV, e em outras normas específicas.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

Nome da empresa  
Nome do dirigente da empresa  
Assinatura do dirigente da empresa

**ANEXO IX:**  
**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS-ARP**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP nº \_\_\_\_/2026**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2026**  
**MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026**

O Município de **MUNICÍPIO DE IBIÁ - MG**, inscrito no CNPJ sob nº 18.584.961/0001-56, com sede à Avenida Tancredo Neves, nº 663, Bairro Centro, Ibiá/MG, CEP: 38.950-000, neste ato representado pelo prefeito municipal, o Sr. **GILLIANN GILLES FERREIRA**, brasileiro, solteiro, portador do CPF/MF nº 047.073.876-67, residente e domiciliado nesta cidade, a seguir denominado **CONTRATANTE**, e a empresa ....., inscrita no CNPJ/CPF nº ..... e Insc. Estadual nº ....., com sede na Rua/Avenida ..... nº ....., Bairro ....., ....., neste ato representada por ..... (qualificação do representante), portador do CPF/MF nº ....., residente e domiciliado a Rua/Avenida ..... nº ....., Bairro ....., ....., a seguir denominada **CONTRATADA**, firmam a presente Ata de Registro de Preços decorrente do certame licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026**, documento vinculativo e obrigacional, com força de compromisso para fornecimento dos produtos a serem futura e eventualmente adquiridos pela Administração Pública Municipal, conforme objeto previsto no item 1.1 abaixo, nos termos das disposições legais aplicáveis, especialmente pela Lei nº 14.133/2021, demais normas pertinentes, pelas condições estabelecidas pelo Edital e demais documentos do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2026**, mediante as seguintes disposições:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL:**

1.1. Constitui objeto desta ata o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS, ELETROELETRÔNICOS E FERRAMENTAS** para atender as diversas secretarias do município de Ibiá - MG e especificações constantes desta Ata de Registro de Preços.

1.2. Vinculam-se a presente Ata todos os documentos do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2026**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026**, conforme seu Edital e todos os seus anexos, bem como a proposta da (o) **CONTRATADA(O)**, os quais constituem parte deste instrumento para todos os fins e efeitos de direito, independentemente de transcrição.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA, DA PRORROGAÇÃO E RENOVAÇÃO DE SALDO:**

2.1. O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano contado a partir da sua assinatura, com eficácia a partir da publicação do extrato da presente no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e poderá ser prorrogado, por até igual período, desde que comprovado que as condições e o preço vantajoso permanecem vantajoso, de acordo com o Art. 84 da Lei nº 14.133/21 e Art. 10, § 1º, do Decreto Municipal nº 6.221/23.

2.2. No termos da parte final artigo 11 do Decreto Municipal nº 6.221, de 01 de Novembro de 2023, por se tratar de hipótese de registro de preços para futura e eventual aquisição de item de necessidade permanente da Administração, portanto, com natureza de fornecimento contínuo, no caso de prorrogação da vigência da presente ata de registro de preços, poderá ser renovado o quantitativo ora registrado, desde que atendidos os critérios de interesse público e vantajosidade em favor da administração.

2.3. O ato de prorrogação da vigência da presente ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e indicar o quantitativo renovado, até o limite inicialmente registrado.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO REGISTRADO E DA DIFERENÇA PERCENTUAL:

3.1. O(s) preço(s), a(s) marca(s), a(s) quantidade(s) e a(s) especificação (ões) dos produtos a ser(em) fornecido(s) encontram-se indicados no quadro contido no desta ARP.

3.2. A(s) diferença(s) percentual (is) entre o(s) valor(es) unitário(s) registrado(s) e o(s) valor(es) pesquisado(s) de cada produto a(s) qual(is) deve(m), preferencialmente, ser(em) mantida(s) durante a vigência desta Ata, também está(ão) especificada(s) nesta ARP.

### 4. CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

4.1. O valor total estimado para as aquisições decorrentes da presente ARP perfaz a quantia indicada preâmbulo, distribuídos conforme valores indicado no quadro constante deste.

4.2. A Administração Pública poderá efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na presente Ata de Registro de Preços até os limites previstos no artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/21, na forma do § 8º do artigo 10 do Decreto Municipal nº 6.221/23.

### 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E MAPA DE RISCOS:

5.1. As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento do objeto licitado estão previstas na Lei Orçamentária para o exercício de 2026/2027, de acordo com a seguinte ficha:

<b>Indicação Orçamentária - GABINETE</b>	
<b>Código da Despesa:</b> 02.01.01.04.122.0123.2101.4.4.90.52.00	
MAN.ATIV.GABINETE DO PREFEITO - Equipamento e Material Permanente	
<b>Ficha:</b> 43	
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500	
<b>Indicação Orçamentária – ASSUNTOS JURÍDICOS</b>	
<b>Código da Despesa:</b> 02.04.01.04.122.0123.2120.4.4.90.52.00	
MAN.ATIV.-ASSUNTOS JURIDICOS - Equipamento e Material Permanente	
<b>Ficha:</b> 747	
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500	
<b>Indicação Orçamentária – DESENV. SUST. E COMUNICAÇÃO</b>	
<b>Código da Despesa:</b> 02.03.01.04.122.0123.2118.4.4.90.52.00	
MAN.ATIV.DESENV.SUST.E COMUNICAÇÃO - Equipamento e Material Permanente	
<b>Ficha:</b> 71	
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500	
<b>Indicação Orçamentária – GESTÃO</b>	
<b>Código da Despesa:</b> 02.05.01.04.122.0123.2125.4.4.90.52.00	
MAN.ATIV. - ADM. GESTÃO - Equipamento e Material Permanente	
<b>Ficha:</b> 106	
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500	
<b>Indicação Orçamentária – FAZENDA</b>	
<b>Código da Despesa:</b> 02.07.01.04.122.0123.2171.4.4.90.52.00	
MAN.ATIV. – ADM. FAZENDA E PLANEJAMENTO – Equipamento e Material Permanente	
<b>Ficha:</b> 253	
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500	

<b>Indicação Orçamentária – LOGÍSTICA</b>
<b>Código da Despesa:</b> 02.13.01.04.122.0123.2286.4.4.90.52.00
MAN.ATIVIDADES – ADM. LOGÍSTICA – Equipamento e Material Permanente
<b>Ficha:</b> 443
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500
<b>Indicação Orçamentária – EDUCAÇÃO</b>
<b>Código da Despesa:</b> 02.06.01.12.122.0111.2143.4.4.90.52.00
MAN. ATIV. ADM. EDUCAÇÃO - Equipamento e Material Permanente
<b>Ficha:</b> 748
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500
<b>Indicação Orçamentária – ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>
<b>Código da Despesa:</b> 02.16.00.08.122.0113.2188.4.4.90.52.00
MAN. ATIV. – DESENVOLVIMENTO SOCIAL – Equipamento e Material Permanente
<b>Ficha:</b> 604
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500
<b>Indicação Orçamentária – AGRICULTURA</b>
<b>Código da Despesa:</b> 02.09.01.20.122.0123.2205.4.4.90.52.00
MAN. ATIV. ADM. AGRICULTURA – Equipamento e Material Permanente
<b>Ficha:</b> 280
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500
<b>Indicação Orçamentária – OBRAS</b>
<b>Código da Despesa:</b> 02.12.01.04.122.0104.2254.4.4.90.52.00
MAN. ATIV. – ADM. OBRAS – Equipamento e Material Permanente
<b>Ficha:</b> 373
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500
<b>Indicação Orçamentária – ESPORTE</b>
<b>Código da Despesa:</b> 02.10.01.27.122.0123.2218.4.4.90.52.00
MAN. ATIV. – ADM. ESPORTES, LAZER – Equipamento e Material Permanente
<b>Ficha:</b> 308
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500
<b>Indicação Orçamentária – CULTURA</b>
<b>Código da Despesa:</b> 02.11.01.13.392.0112.2236.4.4.90.52.00
MAN. ATIV. – ADM. CULTURA – Equipamento e Material Permanente
<b>Ficha:</b> 340
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500
<b>Indicação Orçamentária – SAÚDE</b>

<b>Código da Despesa:</b> 02.14.02.10.122.0115.2329.4.4.90.52.00
MAN. ATIV. – GESTÃO A SAÚDE – Equipamento e Material Permanente
<b>Ficha:</b> 508
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500 – Recursos não Vinculados de Impostos
<b>Código da Despesa:</b> 02.14.01.10.301.0115.2295.4.4.90.52.00
MAN. ATIV. – UBS – Equipamento e Material Permanente
<b>Ficha:</b> 470
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500 – Recursos não Vinculados de Impostos
1.621 - Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. Gov.

#### 4.3 - MAPA DE RISCOS:

##### Contextualização

A presente contratação visa à aquisição de cestas básicas e kits de higiene pessoal destinados às famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de garantir segurança alimentar e condições mínimas de higiene. Considerando a relevância social da ação, a gestão de riscos é essencial para assegurar a efetividade, continuidade e qualidade da política pública.

##### Identificação e Classificação dos Riscos

Nº	Risco	Causa	Probabilidade	Impacto	Nível
1	Especificação inadequada dos itens	Falta de padronização ou detalhamento insuficiente	Média	Alto	Alto
2	Aquisição de produtos de baixa qualidade	Critérios de qualidade insuficientes	Média	Alto	Alto
3	Desabastecimento ou entrega parcial	Falta de estoque ou planejamento inadequado	Média	Alto	Alto
4	Distribuição indevida dos benefícios	Falhas no controle dos beneficiários	Média	Alto	Alto
5	Fraudes ou desvios	Falta de controle e fiscalização	Baixa	Alto	Médio
6	Licitação deserta ou fracassada	Preço inadequado ou baixa atratividade	Baixa	Médio	Médio
7	Problemas na habilitação da empresa	Documentação irregular ou insuficiente	Baixa	Médio	Baixo
8	Armazenamento inadequado dos produtos	Falta de estrutura física adequada	Média	Médio	Médio
9	Produtos vencidos ou próximos do vencimento	Falha na fiscalização ou controle de validade	Média	Alto	Alto
10	Impactos sociais negativos	Atendimento insuficiente da demanda	Média	Alto	Alto
11	Variação de preços de mercado	Instabilidade econômica	Média	Médio	Médio

##### Medidas de Mitigação

Nº	Risco	Medidas Preventivas	Plano de Contingência
1	Especificação inadequada	Definição detalhada no Termo de Referência (quantidade, marca de referência, qualidade)	Revisão e retificação do edital



Nº	Risco	Medidas Preventivas	Plano de Contingência
		mínima)	
2	Baixa qualidade	Exigir padrões mínimos e amostras	Recusa e substituição dos produtos
3	Atraso na entrega	Estabelecer prazos claros e penalidades	Aplicação de sanções e acionamento de remanescente
4	Entrega parcial	Exigir capacidade logística comprovada	Notificação e recomposição imediata
5	Distribuição indevida	Controle das secretarias	Auditoria e revisão dos cadastros
6	Fraudes/desvios	Controle interno e rastreabilidade da entrega	Instauração de processo administrativo
7	Licitação deserta	Pesquisa de preços adequada	Republicação com ajustes
8	Problemas de habilitação	Exigência conforme Lei nº 14.133/2021	Convocação do segundo colocado
9	Armazenamento inadequado	Local apropriado e controle de estoque	Transferência emergencial
10	Produtos vencidos	Exigir validade mínima e fiscalização	Substituição imediata
11	Atendimento insuficiente	Planejamento da demanda	Aquisição complementar
12	Variação de preços	Previsão de reajuste contratual	Revisão contratual

#### Responsáveis pelo Gerenciamento dos Riscos

- Gestor do contrato
- Fiscal do contrato
- Setor de Assistência Social
- Controle Interno

#### Monitoramento dos Riscos

- **Riscos Altos:** Monitoramento contínuo (principalmente qualidade, entrega e distribuição)
- **Riscos Médios:** Monitoramento periódico
- **Riscos Baixos:** Monitoramento eventual

#### Conclusão

Considerando a natureza essencial da contratação, voltada à aquisição de equipamentos, eletrônicos e ferramentas destinados às necessidades de assegurar o adequado funcionamento das atividades administrativas das Secretarias Municipais de Ibiá/MG, os riscos identificados concentram-se principalmente na qualidade dos produtos, logística de entrega e correta distribuição às secretarias.

A adoção das medidas mitigadoras propostas assegura maior eficiência, transparência e efetividade da política pública, reduzindo significativamente a possibilidade de falhas e garantindo o atendimento adequado às famílias em situação de vulnerabilidade social.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA - DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

6.1. Após a homologação da licitação ou a autorização da contratação direta, o Registro de Preços de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, de 01º de abril de 2021, observará, entre outras, as seguintes

condições:

- a) serão registradas na Ata de Registro de Preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva ou do proponente a ser contratado de forma direta;
- b) será incluído na respectiva ata, na forma anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos dos licitantes vencedor na ordem de classificação do certame; e
- c) o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no sítio eletrônico oficial do Município de Ibiá – MG e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

6.2. O Registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor na ordem de classificação do certame, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, cuja lista constará da presente ata, na forma de anexo.

6.3. Se houver mais de um licitante que aceite cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase de lances.

6.4. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.2 será efetuada caso e quando houver a necessidade de convocação dos mesmos.

6.4. **A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas por todo prazo de vigência da ata**, mas não obrigará o Município a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente motivada, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

6.5. O compromisso de fornecimento também se aplica aos licitantes que aceitem cotar o objeto com preço igual ao do licitante vencedor.

6.6. O licitante que aceitar compor o cadastro de reserva com preço igual ao do licitante vencedor, mas deixar de responder ou recusar convocação do Município de Ibiá – MG para assumir o remanescente da Ata de Registro de Preços, ficará sujeito à imposição das sanções previstas no Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Edital, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.7. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo item

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS:**

7.1. Autorizado o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição dos itens objeto do presente certame ou homologado o resultado da licitação, o proponente ou o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no sistema da plataforma *Licitanet* ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)), no prazo e nas condições estabelecidas no instrumento convocatório, **em até 5 (cinco) dias** úteis contados da sua convocação para assinar a ARP, sob pena de decair o direito à contratação, podendo o prazo ser prorrogado um vez por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

7.2. Na hipótese de recusa ou perda do prazo para assinar a presente ata por parte do convocado, poderá a Administração promover a convocação dos licitantes que aceitaram registrar preços iguais ao do licitante vencedor do certame para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação constante do cadastro de reservas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital, na Lei 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 6.221/23.

7.3. A perda de prazo, a recusa injustificada, ou cuja justificativa não foi aceita pela Administração por qualquer dos licitantes, implicará na instauração de processo administrativo para, após garantido o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de das penalidades previstas no Edital, na Lei 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 6.221/23 e na presente ata.

7.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a presente ata de registro de preços nos termos do item 7.2, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou

inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos dos documentos constante do Processo Licitatório que deu origem ao PREGÃO ELETRÔNICO nº 018/2026.

7.5. A assinatura Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas durante toda a vigência da ata, sendo que seu descumprimento injustificado implicará na instauração de processo administrativo para aplicações das sanções previstas na Lei 14.133/21, no Decreto Municipal nº 6.221/23 e na presente ata.

7.6. Na forma do artigo 19 do Decreto Municipal nº 6.221/23, **as contratações decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente**, observado o disposto no artigo 95 da Lei 14.133/21.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DA REGÊNCIA:**

8.1 – A presente Ata de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Federal nº 11.462/23, Decreto Municipal nº 6.221/23 e demais normas complementares, sendo que eventuais casos omissos serão decididos com base na Lei Federal nº 8.078/90, na Lei Federal nº 10.406/02, nos princípios gerais de Direito Administrativo ou nos princípios gerais de direito.

## **9. CLÁUSULA NONA - DA VEDAÇÃO DE ADESÃO DE ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES:**

9.1. As quantidades previstas na Ata de registro de Preço foram estimadas com base na realidade do município de Ibiá/MG, portanto **não será permitida a Adesão de órgão ou entidades**, conforme previsto no Capítulo VIII, artigos 31, 32 e 33 do Decreto Federal nº 11.462/23, que regulamenta a utilização da ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA:**

10.1. A entrega dos itens objeto desta licitação deverá ser realizada **no prazo máximo 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento**, emitida pela Prefeitura Municipal de Ibiá, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital, na Lei 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 6.221/23 e na presente ata.

10.2. O horário das entregas será determinado pelas secretarias requisitantes, agendados previamente pela CONTRATANTE, conforme locais abaixo indicados:

LOCAL DE ENTREGA	REPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO/FISCAL	ENDEREÇO	TELEFONE
Almoxarifado Central Prefeitura de IBIA-MG	ROBISON LUIZ MANTOAN	Avenida Tancredo Neves S/N - Centro	34 3631 5775

10.3. Registro de Preços para futura e eventual Aquisição parcelada de equipamentos, eletroeletrônicos e ferramentas para atender às necessidades das diversas secretarias requisitantes, conforme especificações e quantitativos definidos, garantindo o fornecimento adequado às atividades institucionais de cada demandante.

10.4. Os produtos deverão ser de primeira qualidade, em perfeito estado de conservação. Os itens deverão atender às normas vigentes, conforme legislação aplicável, estando em conformidade com as demais legislações federais, estaduais e municipais.

10.5. Os produtos deverão ser entregues, conforme a natureza de cada item. As embalagens deverão ser íntegras, resistentes e apropriadas para alimentos, contendo identificação do produto, data de fabricação, prazo de validade, lote e procedência. Não serão aceitos produtos com embalagens danificadas, violadas ou sem identificação adequada.

10.6. A empresa CONTRATADA deverá entregar os produtos com, no máximo 15 dias de prazo após a data o recebimento da requisição ou ordem de entrega de cada pedido.

10.7. A entrega deverá ser realizada de forma parcelada, conforme cronograma e solicitação da secretaria demandante. Os prazos de entrega deverão atender à necessidade das Secretarias requisitantes.

10.8. Os quantitativos serão estimados, podendo sofrer variações conforme a demanda real das secretarias. A contratada deverá possuir capacidade operacional para atender às demandas variáveis.

10.9. Produtos entregues em desacordo com as especificações deverão ser substituídos imediatamente, sem qualquer ônus para a Administração. A aceitação definitiva dos produtos ocorrerá após conferência da qualidade, quantidade e conformidade com os requisitos estabelecidos.

10.10. Sempre que possível, deverá ser priorizado o fornecimento de produtos provenientes de práticas sustentáveis, respeitando as normas ambientais e de bem-estar animal, cabendo à contratada adotar medidas que minimizem impactos ambientais relacionados ao transporte e acondicionamento dos produtos.

10.11. A empresa contratada deverá estar regularmente constituída e habilitada, atendendo às exigências da legislação vigente, sendo o fornecimento executado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas.

**10.12. Os itens solicitados deverão atender às exigências de qualidade higiênicas, sanitários, normas de transporte, observados aos padrões e normas/decretos baixados pelos órgãos competentes de controle de qualidade, rotulagem e código de ética do consumidor. A destacar:**

**10.13. O transporte de todos os produtos deverá ser efetuado em veículo adequado que atenda a todas as exigências e demais normas vigentes, dotados de cobertura para proteção da carga e não devem transportar outras cargas que comprometam a qualidade dos itens.**

**10.14. Os veículos de transporte devem ser próprios para transporte de dos objetos, e devem ser mantidos sempre limpos e higienizados**

**10.15. Os materiais solicitados deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc. - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art 39, VIII, da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).**

10.16.. Os produtos objeto da presente contratação deverão ser fornecidos devidamente acondicionados de forma individual, em embalagens apropriadas, íntegras e resistentes, que garantam a proteção, conservação, higiene e qualidade dos itens até o momento da entrega ao destinatário final.

10.17. As embalagens deverão ser adequadas à natureza de cada produto, observando as normas de segurança aplicáveis, sendo vedada a utilização de embalagens danificadas, reutilizadas ou que comprometam a integridade dos itens.

10.18. No caso específico dos equipamentos, eletroeletrônicos e ferramentas, cada item deverá ser entregue devidamente organizado e embalado individualmente, de modo a permitir fácil manuseio, transporte e distribuição, assegurando a padronização e identificação dos produtos.

10.19. A contratada será responsável por quaisquer danos decorrentes de acondicionamento inadequado, devendo proceder à imediata substituição dos produtos que não atendam às condições estabelecidas nesta cláusula, sem ônus para a Administração.

10.20. A CONTRATADA(O) deverá fornecer garantia mínima de 12 (doze) meses além da garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor para defeitos de fabricação ou mal funcionamento do produto.

**10.21 . Deverá ser ofertada garantia mínima de 12 (doze) meses a partir da entrega dos produtos.**

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO DA(S) PRODUTOS:**

11.1. O(s) materiais(s) objeto da presente Ata de Registro de Preços será(ão) executados pela(o) **CONTRATADA(O)**, conforme solicitação do Órgão Requisitante, segundo forma, prazos e condições especificadas no **EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026** e seus anexos, devidamente

acompanhado dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal / Fatura), adotando-se os procedimentos previstos na Lei Federal n.º 14.133/21.

11.2. O(s) produtos objeto desta licitação será(ão) entregues(s) pela **CONTRATADA**, conforme solicitação do Órgão Requisitante, segundo forma, prazos e condições especificadas, devidamente acompanhado dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal / Fatura), adotando-se os procedimentos previstos na Lei Federal n.º 14.133/2021.

11.3. As requisições a serem emitidas para entrega do(s) produtos descritos, não serão emitidas em datas prévias, não serão obrigatoriamente emitidas contendo quantidade total dos itens, reservando assim à Prefeitura Municipal de Ibiá/MG o direito de **emissão da Requisição de produtos de forma parcelada**, conforme necessidade e datas escolhidas pela Administração.

11.4. A entrega do(s) produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido realizado pelo **CONTRATANTE**.

11.5. A **CONTRATADA** ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da presente ata durante toda sua vigência, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

11.6. A **CONTRATADA** receberá através de e-mail, ou pessoalmente esta Nota de Autorização de Fornecimento - NAF, e deverá emitir a nota fiscal dos materiais entregues.

11.7. A entrega do(s) produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido realizado pelo(a) **CONTRATANTE** e deverá ser realizada no local designado pelo Órgão Requisitante, sendo recebida pelo Fiscal designado na presente ata, que adotará os seguintes procedimentos:

a) **recebimento provisório**: de posse dos documentos apresentados pela(o) CONTRATADA(O) e de uma via da presente ata, receberá o(s) material(is) / material(s)/ material(s) para verificação de especificações, quantidade, qualidade, prazos, preços e outros dados pertinentes e, encontrando irregularidade, fixará prazos para correção pela(o) CONTRATADA(O), ou aprovando, receberá provisoriamente o(s) material(is), mediante recibo;

b) **recebimento definitivo**: após o recebimento provisório, verificação da integridade e realização de testes de funcionamento, se for o caso, e sendo aprovados, nos exatos termos do edital, e da proposta vencedora, será efetivado o recebimento definitivo mediante a expedição de termo circunstanciado e recibo aposto na Nota Fiscal (1ª e 2ª vias).

11.8. Encontrando irregularidade ou caso os produtos esteja(m) fora dos padrões determinados o Fiscal o(s) devolverá(ao) o produto para regularização no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos. O atraso na substituição do(s) mesmo(s) acarretará a suspensão dos pagamentos, além da aplicação das penalidades previstas no edital e na ARP;

11.9. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o fiscal informará o Gestor da presente ata para apuração dos fatos e eventual aplicação de penalidade.

11.10. É vedada, tanto a entrega dos produtos por parte da CONTRATADA, quanto o recebimento do(s) mesmo(s) pelo Fiscal da ata, com marca(s) diferente(s) da(s) aprovada(s) e devidamente publicada(s) no - Diário Oficial do Município de Ibiá/MG.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:**

12.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21, será designado Fiscal e Gestor para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais, bem ainda, a execução da presente ARP, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do(a) CONTRATADO(A), inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

12.3. A fiscalização do recebimento dos produtos adquiridos ficará a cargo de representante da



Administração, ficando o mesmo responsável pela conferência das especificações do material com as exigências contratuais e pelo seu recebimento definitivo na forma do art. 140, II da Lei Federal nº 14.133/21, competindo-lhe ainda dirimir as possíveis dúvidas que surgirem no curso da entrega deste(s), e de tudo dar ciência à Administração.

12.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da presente ARP, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.5. O Fiscal da Ata procederá à avaliação das especificações do(s) produto(s) encaminhadas pela licitante vencedora podendo rejeitar, no todo ou em parte, os itens que não estejam de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

12.6. O Órgão requisitante será competente para receber, autorizar, supervisionar, conferir e fiscalizar o objeto desta licitação, através da gestora e fiscal designadas abaixo:

**GESTORES:**

**Secretaria Municipal de Saúde**

Ticiania Angélica dos Santos

**Secretaria Municipal de Controle Interno**

Clarice Nascimento Silveira

**Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente**

Felisberto Paiva Carvalho

**Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos**

João Henrique Assunção

**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

Kassiléia Aparecida de Souza

**Secretaria Municipal de Saúde**

Ticiania Angélica dos Santos

**Secretaria Municipal de Controle Interno**

Clarice Nascimento Silveira

**Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente**

Felisberto Paiva Carvalho

**Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos**

João Henrique Assunção

**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

Kassiléia Aparecida de Souza

**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Comunicação**

**Secretaria Municipal de Cultura e Turismo**

Leandro Fabrício Marques Reis



**Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura**

Helvécio Nascimento

**Secretaria Municipal Logística**

Alexandre Mantoani

**Secretaria de Fazenda e Planejamento**

Rodrigo Mendes Braz

**Secretaria Municipal de Educação**

Inês Nascimento Correa

**Secretaria Municipal de Esporte e Lazer**

Silvia Helena Pinheiro Moraes

**Secretaria Municipal de Gestão**

Nahiara Christina Albino Kersul

**Secretaria Municipal de Gabinete**

Livia Maria Pimenta Rodrigues Reis

**Fiscal:**

NOME: ROBISON MONTANOI

**1.11 - MAPA DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO**

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

13.1. Os pagamentos serão efetuados da seguinte forma:

13.2. A CONTRATADA obterá pagamentos somente dos produtos efetivamente entregues, conforme atestado e aprovado pela fiscalização da CONTRATANTE, após o recebimento definitivo.

13.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal e aprovado pela fiscalização da CONTRATANTE.

13.4. Em caso de irregularidade na emissão da nota fiscal ou do aceite, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

13.5. Somente após o cumprimento de todas as exigências acima será contado o prazo para a liberação do pagamento.

13.6. A Nota fiscal deverá ser emitida obrigatoriamente pela forma eletrônica de acordo com o Inciso I, Cláusula Segunda do Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009.

13.7. A Administração poderá reter o pagamento das faturas nos seguintes casos:

I. Irregularidade ou caso os produtos esteja(m) fora dos padrões determinados;

II. Atraso na entrega ou substituição do(s) mesmo(s);

III. Obrigação da CONTRATADA com terceiros que, eventualmente, possa prejudicar a Prefeitura;

IV. Débito da CONTRATADA para com o município ou terceiros que provenha da execução do contrato, quer resulte de outras obrigações, conforme art. 139, IV da Lei 8.666/93;

V. Não cumprimento das obrigações contratuais, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda a cláusula infringida.

13.8. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços executados.

13.9. A Nota/Fiscal/Fatura emitida pela CONTRATADA deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do processo, nº do Pregão Eletrônico e da ACS – Autorização de Compras e Serviços ou NAF – Nota de Autorização de Fornecimento, para posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

13.10. As notas fiscais deverão constar o número do processo licitatório, sob pena de devolução pelo CONTRATANTE.

13.11. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

13.12. Haverá retenção na fonte do imposto de renda (IR) em conformidade com a Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal.

13.13. Os documentos comprobatórios deverão ser emitidos em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, sob pena de não aceitação por parte do contratante.

13.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e da documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

13.15. Haverá retenção na fonte do imposto DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (SE FOR O CASO), em cumprimento ao Código Tributário Municipal e aos dispostos na Lei Complementar nº 204 de 22 de dezembro de 2003.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE E SEU ÍNDICE:**

14.1. O preço registrado na presente ata é irrevogável, salvo nos de atualizações dos preços pela Administração Pública ou de deferimento pedido de revisão de preços apresentado pela CONTRATADA, na forma da Cláusula 14.

14.2 Na hipótese de renovação da presente ata de registro de preços com renovação do quantitativo, na forma do item 2.2, a CONTRATADA poderá solicitar reajuste em sentido estrito dos preços registrados.

14.3 - A periodicidade de reajuste em sentido estrito do preço registrado será anual, contado da data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme disposto no art. 25, § 7º da Lei 14.133/21 e art. 3º, §1º da Lei 10.192/01.

14.4. - O índice utilizado para reajuste será a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro que venha substituí-lo, por se tratar de fornecimento de bens comuns.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DE PREÇOS E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

15.1. Os preços registrados poderão ser atualizados pela Administração após pesquisa de preços periódicas ou revisados após pedido da CONTRATADA em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ARP como um todo tal como pactuado.

15.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, após constatação efetivada pesquisa periódica realizada pela Administração Pública nos termos do artigo 15 do Decreto Municipal nº 6.221/23, a CONTRATADA será convocada para negociar a redução dos preços registrados.

15.2.1. Caso a CONTRATADA não aceite reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado, a mesma será liberada do compromisso assumido quanto ao preço registrado, sem aplicação de qualquer tipo de penalidades administrativas.

15.2.2. Na hipótese do item anterior, a Administração convocará os demais licitantes constante da lista de reserva obedecida a ordem de classificação, para negociar o fornecimento do item de acordo com os valores praticados pelo mercado, firmando-se nova ata em caso de sucesso.

15.2.3. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

15.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado à CONTRATADA requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, desde que comprove e demonstre:

- a) a ocorrência fato superveniente qualificado, ou seja, de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ARP como um todo tal como pactuado;
- b) a modificação substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor signatário da Ata de Registro de Preços e da Administração Pública, a ser demonstrada através de planilha que comprove a existência de desequilíbrio na ARP como um todo, considerados todos os itens com preços registrados; e
- c) a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstrem que o preço de mercado efetivamente se tornou superior e tornou inviável as condições inicialmente pactuadas.

15.3.1. A iniciativa e o ônus probatório de todos os requisitos para revisão do preço registrado previsto no item 15.3 acima competem inteiramente à CONTRATADA, cabendo à Administração a análise e deliberação a respeito do pedido.

15.3.2. Na hipótese de indeferimento do pedido de revisão de preço registrado, a CONTRATADA continuará obrigada a cumprir os compromissos de fornecimento pelo valor registrado na presente ata, sob pena de não o fazendo, ser instaurado processo administrativo para o cancelamento do registro de preço e imposição de penalidades administrativas.

15.3.3. Caso seja cancelado o registro de preços na forma na parte final do item 15.3.2, a Administração Pública poderá convocar os demais licitantes constantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens pelo preço registrado na presente ata, respeitando-se a ordem de classificação.

15.3.4. Caso nenhum dos licitantes do cadastro de reservas aceitem assumir o fornecimento de bens, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes para negociação e assinatura de nova ata, limitando-se a negociação ao valor e condições da última oferta apresentada pelos mesmos no pregão, desde que referido valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação.

15.3.5. Não havendo êxito nas negociações na forma dos itens 15.3.3 e 15.3.4, a Administração Pública procederá à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

15.4. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para responder aos pedidos de reajuste ou revisão de preços acima previstos, contados da data de protocolo dos mesmos junto à repartição competente.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PESQUISA PERIÓDICA DE PREÇOS:**

16.1. A pesquisa periódica de preços poderá consistir em consultas ao mercado, a publicações especializadas, a preços praticados no âmbito da Administração Pública, a listas de instituições privadas e públicas de formação de preços ou outros meios praticados no mercado.

16.2. As consultas referidas no subitem anterior poderão ser realizadas por qualquer meio de comunicação, devendo ser certificadas pela autoridade competente.

16.3. A pesquisa periódica de preços, a critério da Administração Pública, poderá ser repetida sempre que necessário à preservação do interesse público, considerado o tempo decorrido, a sazonalidade de mercado ou outras condições específicas.

16.4. Será utilizada, preferencialmente, a média aritmética simples dos preços pesquisados como referência.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES:**

### **17.1. DO CONTRATANTE:**

#### **17.2. QUANDO GERENCIADOR:**

17.2.1. Gerenciar a ARP, em especial o controle dos quantitativos e das autorizações para as respectivas contratações, as quais deverão indicar o fornecedor, as quantidades e os valores a serem praticados.

17.2.2. Autorizar a adesão à ARP pelo Órgão não Participante, nas condições previstas na legislação.

17.2.3. Conduzir os procedimentos relativos às revisões dos preços registrados e substituições de marcas, devidamente justificados, obedecidas às disposições da legislação.

17.2.4. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, bem como de comportamentos que comprometam o funcionamento do SRP.

17.2.5. Notificar o Detentor, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do fornecimento.

17.2.6. Publicar no Diário Oficial as alterações de preço(s) e marca(s).

17.2.7. Publicar no Diário Oficial o(s) preço(s) registrado(s), no mínimo, trimestralmente.

#### **17.3. QUANDO PARTICIPANTE:**

17.3.1. Solicitar, acompanhar e fiscalizar o fornecimento do(s) produto(s), assim como se responsabilizar pelo pedido dentro dos quantitativos fixados.

17.3.2. Promover a formalização do contrato ou instrumento equivalente, após autorização do órgão gerenciador.

17.3.3. Zelar pelo cumprimento dos atos relativos às obrigações que assumir contratualmente, bem como pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do contrato em que figure como parte.

17.3.4. Informar ao Órgão Gerenciador, no prazo de 5 (cinco) dias da ocorrência, qualquer descumprimento de obrigação por parte do fornecedor, em especial a recusa em assinar o contrato ou retirar o documento equivalente no prazo estabelecido.

17.3.5. Encaminhar ao Órgão Gerenciador cópia dos documentos emitidos, eventuais anulações e relatório de desempenho de fornecedor no prazo de 02 (dois) dias úteis da ocorrência, nos casos em que o contrato for substituído por nota de empenho ou instrumento equivalente.

17.3.6. Executar os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo Fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais em relação às suas próprias contratações.

17.3.7. Acompanhar os preços e marcas registrados no Diário Oficial do Município, para verificação de possíveis alterações.

17.3.8. Fiscalizar a manutenção das condições de habilitação e qualificações do Fornecedor, exigidas no edital, durante toda a execução do fornecimento, em cumprimento a legislação pertinente.

#### **17.4. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS:**

17.4.1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida no contrato ou documento equivalente.

17.4.2. Supervisionar e fiscalizar o fornecimento e entrega do objeto desse certame, com preposto idôneo e habilitado, efetuando inclusive conferência e atestando para efeito de pagamentos.

17.4.3. Emitir ordem de compras de início da execução do contrato ou documento equivalente.

17.4.4. Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao desenvolvimento do objeto licitado.

17.4.5. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto do presente Edital, que venham a

ser solicitados pela CONTRATADA.

17.4.6. Notificar a CONTRATADA por meio do gestor/fiscal, sobre qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto desse certame, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhes, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa.

17.4.7. Determinar e indicar as locais onde deverão ser entregues os produtos.

17.4.8. Fiscalizar, supervisionar a entrega e fornecimento dos produtos objeto do contrato ou documento equivalente, através de preposto idôneo e habilitado.

17.4.9. Notificar a CONTRATADA, quaisquer irregularidades a serem supridas.

#### **17.5. DA CONTRATADA:**

17.5.1. Manter, durante o fornecimento dos produtos, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.5.2. Designar um preposto, idôneo e habilitado, com poderes para representá-la, receber notificações da fiscalização da CONTRATANTE e para tomar deliberações sobre todos os assuntos, para o bom e fiel cumprimento do contrato, sendo formal e previamente indicado à Administração.

17.5.3. Cumprir todas as normas técnicas pertinente ao ramo de atividades.

17.5.4. Fornecer mão de obra, equipamentos e utensílios necessários ao fornecimento do objeto contratados.

17.5.5. Fornecer pessoal devidamente habilitado e qualificado no fornecimento e entrega dos produtos.

17.5.6. Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, sociais, previdenciários e outros advindos do contrato.

17.5.7. Responder por quaisquer danos que venham a ser causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, por seus empregados ou prepostos, no exercício de suas tarefas.

17.5.8. Responsabilizar-se integralmente para com a execução do objeto contratado, sendo que a presença da fiscalização da CONTRATANTE, não diminui ou exclui esta responsabilidade.

17.5.9. Cumprir corretamente as instruções do CONTRATANTE, devendo executar o fornecimento dos produtos no prazo máximo pré-estabelecido.

17.5.10. Contratar e dispensar, às suas expensas e sob sua exclusiva responsabilidade, todo o pessoal necessário ao fornecimento e entrega dos serviços contratados, bem como, o pagamento dos encargos trabalhistas e sociais devidos, nos prazos da lei.

17.5.11. Responder perante a CONTRATANTE e a terceiros por prejuízos causados em razão dos atos praticados no fornecimento e entrega do objeto contratado a seu cargo, por si e por seus empregados utilizados direta ou indiretamente.

17.5.12. Dar ciência, imediatamente e por escrito, do recebimento das Notas de Empenho ou outros instrumentos hábeis enviados pelo CONTRATANTE.

17.5.13. Atender, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, as convocações para retirada da(s) Nota(s) de Empenho ou de outro instrumento hábil.

17.5.14. Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preço ou substituição de marca.

17.5.15. Praticar, sempre, o(s) preço(s) e as marca(s) vigente(s) publicado(s) no Diário Oficial do Município pelo CONTRATANTE.

17.5.16. Entregar os produtos no prazo, local e condições estabelecidos, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes deste instrumento.

17.5.17. Garantir a boa qualidade dos produtos fornecido(s), respondendo por qualquer deterioração, substituindo-os sempre que for o caso.

17.5.18. Substituir, após solicitação do CONTRATANTE, ou propor a substituição da(s) marca(s) dos PRODUTOS registrado(s), mantendo no mínimo os padrões fixados neste instrumento, sempre que for comprovado que a qualidade da marca atual não atende mais às especificações exigidas ou se encontra fora da legislação aplicável ou daqueles registrados na ata de registro de preços.



17.5.19. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas quanto à execução do fornecimento, nos termos deste instrumento e da legislação aplicável, o que deverá ser realizado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

17.5.20. Manter, durante toda a vigência da ARP, as mesmas condições de habilitação, especialmente as de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase licitatória e/ou assinatura da ARP, inclusive as relativas ao INSS e ao FGTS, renovando as certidões sempre que vencidas e apresentando-as ao setor competente do CONTRATANTE, quando solicitadas.

17.5.21. Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.

17.5.22. Apresentar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, bem como outras legalmente exigidas.

17.5.23. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do fornecimento.

17.5.24. Arcar com todas as despesas pertinentes ao fornecimento contratado, tais como tributos, fretes, embalagem e demais encargos.

17.5.25. Responder, integralmente, pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, decorrentes da contratação, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato da execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do CONTRATANTE.

17.5.26. Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

17.5.27. Trocar item(ns) licitado(s) recusado(s) pela fiscalização, conforme notificação e no prazo preestabelecido, sob seu único e exclusivo ônus e responsabilidade.

17.5.28. As requisições a serem emitidas para aquisições dos itens contidos na presente ata, não serão emitidas em datas prévias, não serão obrigatoriamente emitidas contendo quantidade total dos itens, reservando assim à Prefeitura Municipal de Ibiá-MG o direito de emissão da requisição de compras ou serviços de forma parcelada, conforme necessidade e datas escolhidas pela Administração.

17.5.29. Comunicar ao(a) CONTRATANTE os eventuais casos fortuitos e de força maior, que comprometam a execução do contrato, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, em até 5 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob a pena de não serem considerados.

17.5.30. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até a sua entrega no local de destino.

17.5.31. A CONTRATADA entregará os produtos com, no máximo 1/3 do seu prazo de validade já transcorrido até a data da entrega de cada pedido, ou seja, ainda deverão remanescer pelo menos 2/3 do prazo de validade do material (is) no momento da entrega.

17.5.32. A CONTRATADA deverá adotar medidas para que o transporte dos materiais, até o local da entrega, seja feito em condições higiênicas e sanitárias.

17.5.33. Cumprir as exigências quanto à rotulagem dos produtos, para que a mesma esteja em conformidade com a legislação em vigor.

17.5.34. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até a sua entrega no local de destino.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS NA ATA:**

18.1. A presente ata de registro de preços será cancelada pela Administração Pública, quando o fornecedor:

I - for liberado pela Administração Pública do compromisso assumido, mediante justificativa



constante do processo administrativo;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

III - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

IV - não aceitar manter seu preço registrado, no caso de indeferimento do pedido de revisão de preços previsto no item 15.3, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e na presente Ata; ou

V - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021;

VI - não aceitar reduzir seu preço após pesquisa de preços realizada pela Administração, na forma do item 15.2.

18.1.1. Na hipótese prevista no inciso V do item 18.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

18.1.2. No caso das hipóteses previstas nos incisos do item 18.1, o fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação eletrônica remetida para o e-mail cadastrado pelo mesmo para comunicações.

18.1.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no item 18.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, após a providência prevista no item 18.1.2 acima.

18.1.4. Na hipótese de cancelamento da presente ata de registro de preços, a Administração Pública poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva ou, na falta deste, dos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, nesta última hipótese respeitado o procedimento previsto no § 7º do art. 15 do Decreto Municipal nº 6.221/2023 e nos §§ 4º a 7º do artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

18.2. O cancelamento dos preços registrados na presente ata poderá ser realizado pela Administração Pública, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - se não houver êxito nas negociações nos casos previstos 15.2.2, 15.2.3, 15.3.3, 15.3.4 e 18.1.4.

18.3. – Na hipótese de cancelamento dos preços registrados previstas nos incisos do item 18.2 acima, a Administração Pública adotará de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

## **19 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:**

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, a CONTRATADA que:

a) der causa à inexecução parcial do objeto da presente ata;

b) der causa à inexecução parcial do objeto da presente ata que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total da presente ata;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da presente ata sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da presente ata;

f) praticar ato fraudulento na execução da presente ata;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13;

i) der causa ao cancelamento da presente ata ou de preço registrado na presente ata, sem motivo

justificado e aceito pela Administração Pública.

19.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/21);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d” e “i” do item 19.1 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/21);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do item 19.1 acima, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “i”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/21).

IV - Multa:

a) multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor dos bens entregues com atraso. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a CONTRATANTE poderá decidir pela continuidade da aplicação da multa ou pelo cancelamento da presente ata, em razão da descumprimento das suas condições.

b) multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor dos produtos e/ou serviços que estiverem em desacordo com as condições de garantia do produto e/ou de instalação e funcionamento, limitada a 10% (dez por cento) do valor desses bens.

d) multa compensatória de 5% (cinco por cento) pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, a qual será calculada sobre o valor total do saldo remanescente da presente ata.

e) multa compensatória de 10% (dez por cento) aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida, em caso de cancelamento preço registrado sem motivo justificado aceito pela Administração Pública.

f) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da presente ata, em caso do cancelamento da presente ata sem motivo justificado aceito pela Administração Pública.

19.3. A aplicação das sanções previstas na presente ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21)

19.3.1. Todas as sanções previstas na presente ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21).

19.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a apresentação de defesa pelo interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/21)

19.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/21), conforme o caso.

19.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

19.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/21).

19.8. A Administração Pública deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/21).

19.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

19.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **20. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:**

20.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

20.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

20.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

20.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

20.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

20.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

20.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

20.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

20.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente,

quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

20.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

20.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

20.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

20.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

20.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP é condição para a eficácia da presente Ata de Registro de Preço e seus aditamentos, devendo ser observados os prazos previstos no art. 94 da lei Federal nº 14.133/2021.

20.2. Os casos omissos decorrentes da execução da presente ata serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21, Decreto Federal nº 11.462/2023, no Decreto Municipal nº 6.221/2023 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos

20.3. As questões decorrentes da utilização da presente Ata que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro da cidade de Ibiá/MG, eleito pelas partes com exclusão de qualquer outro.

Ibiá/MG, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

MUNICÍPIO DE IBIÁ/MG  
**GILLIANTO GILLES FERREIRA**  
PREFEITO MUNICIPAL

**EMPRESA/FORNECEDOR**  
**REPRESENTANTE LEGAL**  
**CONTRATADA**

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**ANEXO X:**  
**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS COMUNS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IBIÁ-MG E A EMPRESA \_\_\_\_\_.**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2026**  
**MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026**  
**Contrato nº \_\_\_\_\_/2026**

O Município de **MUNICÍPIO DE IBIÁ - MG**, inscrito no CNPJ sob nº 18.584.961/0001-56, com sede à Avenida Tancredo Neves, nº 663, Bairro Centro, Ibiá/MG, CEP: 38950-000, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu prefeito municipal, o Sr. **GILLIANNIO GILLES FERREIRA**, brasileiro, solteiro, portador do CPF/MF nº 047.073.876-67, residente e domiciliado nesta cidade, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/CPF nº \_\_\_\_\_ e Insc. Estadual nº \_\_\_\_\_, com sede na Rua/Avenida \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, a seguir denominada **CONTRATADA(O)**, neste ato representada por \_\_\_\_\_ (qualificação do representante), portador do CPF/MF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado a Rua/Avenida \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, firmam o presente contrato de aquisição de cestas e kits de higiene conforme objeto previsto no item 1.1 abaixo, documento vinculativo e obrigacional, com força de compromisso para prestação de serviços, oriundo da Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2026, decorrente do certame licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026**, nos termos das disposições legais aplicáveis, especialmente pela Lei nº 14.133/2021, demais normas pertinentes, pelas condições estabelecidas pelo Edital e demais documentos do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2026**, mediante as seguintes disposições:

**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO:**

1.1. Constitui objeto do presente contrato a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ELETROELETRÔNICOS E FERRAMENTAS para atender as diversas secretarias do município de Ibiá - MG**, de acordo com as especificações constantes da Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2026.

1.2. O presente contrato tem por objeto contratação decorrente da Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2026, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), distribuídos conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Unidad	Quant	Valor Unit.	Valor Total
		Total		R\$	

1.3 – Vinculam-se ao presente Contrato todos os documentos do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2026, na modalidade Pregão Eletrônico Nº 018/2026**, conforme seu Edital e todos os seus anexos, bem como a proposta da (o) **CONTRATADA(O)** e todos os termos da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/2026**, os quais constituem parte deste instrumento para todos os fins e efeitos de direito, independentemente de transcrição.

1.4. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao

cumprimento integral do objeto da contratação.

## 2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E SUA PRORROGAÇÃO:

2.1 - O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura vigorando por \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) meses, com eficácia legal a partir da publicação de seu extrato.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, na forma do artigo 111 da Lei nº 14.133/21, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

2.2. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

3.1. As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento do objeto contratado estão previstas na Lei Orçamentária para o exercício de 2026, de acordo com a seguinte ficha:

<b>Indicação Orçamentária - GABINETE</b>	
<b>Código da Despesa:</b> 02.01.01.04.122.0123.2101.4.4.90.52.00	
MAN.ATIV.GABINETE DO PREFEITO - Equipamento e Material Permanente	
<b>Ficha:</b> 43	
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500	
<b>Indicação Orçamentária – ASSUNTOS JURÍDICOS</b>	
<b>Código da Despesa:</b> 02.04.01.04.122.0123.2120.4.4.90.52.00	
MAN.ATIV.-ASSUNTOS JURIDICOS - Equipamento e Material Permanente	
<b>Ficha:</b> 747	
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500	
<b>Indicação Orçamentária – DESENV. SUST. E COMUNICAÇÃO</b>	
<b>Código da Despesa:</b> 02.03.01.04.122.0123.2118.4.4.90.52.00	
MAN.ATIV.DESENV.SUST.E COMUNICAÇÃO - Equipamento e Material Permanente	
<b>Ficha:</b> 71	
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500	
<b>Indicação Orçamentária – GESTÃO</b>	
<b>Código da Despesa:</b> 02.05.01.04.122.0123.2125.4.4.90.52.00	
MAN.ATIV.-ADM.GESTÃO - Equipamento e Material Permanente	
<b>Ficha:</b> 106	
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500	
<b>Indicação Orçamentária – FAZENDA</b>	
<b>Código da Despesa:</b> 02.07.01.04.122.0123.2171.4.4.90.52.00	
MAN.ATIV.-ADM.FAZENDA E PLANEJAMENTO – Equipamento e Material Permanente	
<b>Ficha:</b> 253	
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500	
<b>Indicação Orçamentária – LOGÍSTICA</b>	



<b>Código da Despesa:</b> 02.13.01.04.122.0123.2286.4.4.90.52.00
MAN.ATIVIDADES – ADM. LOGÍSTICA – Equipamento e Material Permanente
<b>Ficha:</b> 443
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500
<b>Indicação Orçamentária – EDUCAÇÃO</b>
<b>Código da Despesa:</b> 02.06.01.12.122.0111.2143.4.4.90.52.00
MAN. ATIV. ADM. EDUCAÇÃO - Equipamento e Material Permanente
<b>Ficha:</b> 748
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500
<b>Indicação Orçamentária – ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>
<b>Código da Despesa:</b> 02.16.00.08.122.0113.2188.4.4.90.52.00
MAN. ATIV. – DESENVOLVIMENTO SOCIAL – Equipamento e Material Permanente
<b>Ficha:</b> 604
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500
<b>Indicação Orçamentária – AGRICULTURA</b>
<b>Código da Despesa:</b> 02.09.01.20.122.0123.2205.4.4.90.52.00
MAN. ATIV. ADM. AGRICULTURA – Equipamento e Material Permanente
<b>Ficha:</b> 280
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500
<b>Indicação Orçamentária – OBRAS</b>
<b>Código da Despesa:</b> 02.12.01.04.122.0104.2254.4.4.90.52.00
MAN. ATIV. – ADM. OBRAS – Equipamento e Material Permanente
<b>Ficha:</b> 373
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500
<b>Indicação Orçamentária – ESPORTE</b>
<b>Código da Despesa:</b> 02.10.01.27.122.0123.2218.4.4.90.52.00
MAN. ATIV. – ADM. ESPORTES, LAZER – Equipamento e Material Permanente
<b>Ficha:</b> 308
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500
<b>Indicação Orçamentária – CULTURA</b>
<b>Código da Despesa:</b> 02.11.01.13.392.0112.2236.4.4.90.52.00
MAN. ATIV. – ADM. CULTURA – Equipamento e Material Permanente
<b>Ficha:</b> 340
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500
<b>Indicação Orçamentária – SAÚDE</b>
<b>Código da Despesa:</b> 02.14.02.10.122.0115.2329.4.4.90.52.00
MAN. ATIV. – GESTÃO A SAÚDE – Equipamento e Material Permanente
<b>Ficha:</b> 508
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500 – Recursos não Vinculados de Impostos

<b>Código da Despesa:</b> 02.14.01.10.301.0115.2295.4.4.90.52.00
MAN. ATIV. – UBS – Equipamento e Material Permanente
<b>Ficha:</b> 470
<b>Fonte de Recurso:</b> 1.500 – Recursos não Vinculados de Impostos
1.621 - Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. Gov.

### 3.4 - MAPA DE RISCOS:

#### Contextualização

A presente contratação visa à aquisição de cestas básicas e kits de higiene pessoal destinados às famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de garantir segurança alimentar e condições mínimas de higiene. Considerando a relevância social da ação, a gestão de riscos é essencial para assegurar a efetividade, continuidade e qualidade da política pública.

#### Identificação e Classificação dos Riscos

Nº	Risco	Causa	Probabilidade	Impacto	Nível
1	Especificação inadequada dos itens	Falta de padronização ou detalhamento insuficiente	Média	Alto	Alto
2	Aquisição de produtos de baixa qualidade	Crterios de qualidade insuficientes	Média	Alto	Alto
3	Atraso na entrega das cestas	Problemas logísticos da contratada	Alta	Alto	Alto
4	Desabastecimento ou entrega parcial	Falta de estoque ou planejamento inadequado	Média	Alto	Alto
5	Distribuição indevida dos benefícios	Falhas no controle dos beneficiários	Média	Alto	Alto
6	Fraudes ou desvios	Falta de controle e fiscalização	Baixa	Alto	Médio
7	Licitação deserta ou fracassada	Preço inadequado ou baixa atratividade	Baixa	Médio	Médio
8	Problemas na habilitação da empresa	Documentação irregular ou insuficiente	Baixa	Médio	Baixo
9	Armazenamento inadequado dos produtos	Falta de estrutura física adequada	Média	Médio	Médio
10	Produtos vencidos ou próximos do vencimento	Falha na fiscalização ou controle de validade	Média	Alto	Alto
11	Impactos sociais negativos	Atendimento insuficiente da demanda	Média	Alto	Alto
12	Variação de preços de mercado	Instabilidade econômica	Média	Médio	Médio

#### Medidas de Mitigação

Nº	Risco	Medidas Preventivas	Plano de Contingência
1	Especificação inadequada	Definição detalhada no Termo de Referência (quantidade, marca de referência, qualidade mínima)	Revisão e retificação do edital
2	Baixa qualidade	Exigir padrões mínimos e amostras	Recusa e substituição dos

Nº	Risco	Medidas Preventivas	Plano de Contingência
			produtos
3	Atraso na entrega	Estabelecer prazos claros e penalidades	Aplicação de sanções e acionamento de remanescente
4	Entrega parcial	Exigir capacidade logística comprovada	Notificação e recomposição imediata
5	Distribuição indevida	Controle por cadastro social atualizado (CRAS/CREAS)	Auditoria e revisão dos cadastros
6	Fraudes/desvios	Controle interno e rastreabilidade da entrega	Instauração de processo administrativo
7	Licitação deserta	Pesquisa de preços adequada	Republicação com ajustes
8	Problemas de habilitação	Exigência conforme Lei nº 14.133/2021	Convocação do segundo colocado
9	Armazenamento inadequado	Local apropriado e controle de estoque	Transferência emergencial
10	Produtos vencidos	Exigir validade mínima e fiscalização	Substituição imediata
11	Atendimento insuficiente	Planejamento da demanda	Aquisição complementar
12	Variação de preços	Previsão de reajuste contratual	Revisão contratual

#### Responsáveis pelo Gerenciamento dos Riscos

- Gestor do contrato
- Fiscal do contrato
- Equipe do CRAS e CREAS
- Setor de Assistência Social
- Controle Interno

#### Monitoramento dos Riscos

- **Riscos Altos:** Monitoramento contínuo (principalmente qualidade, entrega e distribuição)
- **Riscos Médios:** Monitoramento periódico
- **Riscos Baixos:** Monitoramento eventual

#### Conclusão

Considerando a natureza essencial da contratação, voltada à garantia de direitos fundamentais como alimentação e dignidade humana, os riscos identificados concentram-se principalmente na qualidade dos produtos, logística de entrega e correta distribuição aos beneficiários.

A adoção das medidas mitigadoras propostas assegura maior eficiência, transparência e efetividade da política pública, reduzindo significativamente a possibilidade de falhas e garantindo o atendimento adequado às famílias em situação de vulnerabilidade social.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

4.1. A entrega dos itens objeto desta licitação deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento, emitida pela Prefeitura Municipal de Ibiá, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital, na Lei 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 6.221/23 e na presente ata.

4.2. O horário das entregas será determinado pela secretaria requisitante, agendados previamente pela

CONTRATANTE, conforme locais abaixo indicados:

LOCAL DE ENTREGA	REPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO/FISCAL	ENDEREÇO	TELEFONE
Almoxarifado Central Prefeitura de Ibipá-MG	ROBISON LUIZ MANTOANI	Avenida Tancredo Neves S/N - Centro	34 3631 5775

4.3. Aquisição de equipamentos, eletroeletrônicos e ferramentas para atender às necessidades das diversas secretarias requisitantes, conforme especificações e quantitativos definidos, garantindo o fornecimento adequado às atividades institucionais de cada demandante.

4.4. Os produtos deverão ser de primeira qualidade, em perfeito estado de conservação. Os itens deverão atender às normas vigentes, conforme legislação aplicável, estando em conformidade com as demais legislações federais, estaduais e municipais.

4.5. Os produtos deverão ser entregues, conforme a natureza de cada item. As embalagens deverão ser íntegras, resistentes e apropriadas para alimentos, contendo identificação do produto, data de fabricação, prazo de validade, lote e procedência. Não serão aceitos produtos com embalagens danificadas, violadas ou sem identificação adequada.

4.6. A empresa CONTRATADA deverá entregar os produtos com, no máximo 15 dias de prazo após a data o recebimento da requisição ou ordem de entrega de cada pedido.

4.7. A entrega deverá ser realizada de forma parcelada, conforme cronograma e solicitação da secretaria demandante. Os prazos de entrega deverão atender à necessidade das Secretarias requisitantes.

4.8. Os quantitativos serão estimados, podendo sofrer variações conforme a demanda real das secretarias. A contratada deverá possuir capacidade operacional para atender às demandas variáveis.

4.9. Produtos entregues em desacordo com as especificações deverão ser substituídos imediatamente, sem qualquer ônus para a Administração. A aceitação definitiva dos produtos ocorrerá após conferência da qualidade, quantidade e conformidade com os requisitos estabelecidos.

4.10. Sempre que possível, deverá ser priorizado o fornecimento de produtos provenientes de práticas sustentáveis, respeitando as normas ambientais e de bem-estar animal, cabendo à contratada adotar medidas que minimizem impactos ambientais relacionados ao transporte e acondicionamento dos produtos.

4.11. A empresa contratada deverá estar regularmente constituída e habilitada, atendendo às exigências da legislação vigente, sendo o fornecimento executado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas.

**4.12. Os itens solicitados deverão atender às exigências de qualidade higiênicas sanitários, normas de transporte, observados aos padrões e normas/decretos baixados pelos órgãos competentes de controle de qualidade, rotulagem e código de ética do consumidor. A destacar:**

**4.13. O transporte de todos os produtos deverá ser efetuado em veículo adequado que atenda a todas as exigências e demais normas vigentes, dotados de cobertura para proteção da carga e não devem transportar outras cargas que comprometam a qualidade dos itens.**

**4.14. Os veículos de transporte devem ser próprios para transporte de dos objetos, e devem ser mantidos sempre limpos e higienizados**

**4.15. Os materiais solicitados deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc. - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art 39, VIII, da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).**

4.16.. Os produtos objeto da presente contratação deverão ser fornecidos devidamente acondicionados de forma individual, em embalagens apropriadas, íntegras e resistentes, que garantam a proteção, conservação, higiene e qualidade dos itens até o momento da entrega ao destinatário final.

4.17. As embalagens deverão ser adequadas à natureza de cada produto, observando as normas de segurança aplicáveis, sendo vedada a utilização de embalagens danificadas, reutilizadas ou que comprometam a integridade dos itens.

4.18. No caso específico dos equipamentos, eletroeletrônicos e ferramentas, cada item deverá ser entregue devidamente organizado e embalado individualmente, de modo a permitir fácil manuseio, transporte e distribuição, assegurando a padronização e identificação dos produtos.

4.19. A contratada será responsável por quaisquer danos decorrentes de acondicionamento inadequado, devendo proceder à imediata substituição dos produtos que não atendam às condições estabelecidas nesta cláusula, sem ônus para a Administração.

4.20. A CONTRATADA(O) deverá fornecer garantia mínima de 12 (doze) meses além da garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor para defeitos de fabricação ou mal funcionamento do produto.

4.21. **Deverá ser ofertada garantia mínima de 12 (doze) meses a partir da entrega dos produtos.**

## **5. CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DA(S) PRODUTOS:**

5.1. O(s) materiais(s) objeto do presente Contrato será(ão) entregues/executados pela(o) **CONTRATADA(O)**, conforme solicitação do Órgão Requisitante, segundo forma, prazos e condições especificadas no **EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026** e seus anexos, devidamente acompanhado dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal / Fatura), adotando-se os procedimentos previstos na Lei Federal n.º 14.133/21.

5.2. O(s) produtos objeto desta licitação será(ão) entregues(s) pela **CONTRATADA**, conforme solicitação do Órgão Requisitante, segundo forma, prazos e condições especificadas, devidamente acompanhado dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal / Fatura), adotando-se os procedimentos previstos na Lei Federal n.º 14.133/2021.

5.3. As requisições a serem emitidas para entrega do(s) produtos descritos, não serão emitidas em datas prévias, não serão obrigatoriamente emitidas contendo quantidade total dos itens, reservando assim à Prefeitura Municipal de Ibiá/MG o direito de **emissão da Requisição de produtos de forma parcelada**, conforme necessidade e datas escolhidas pela Administração.

5.4. A entrega do(s) produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido realizado pelo **CONTRATANTE**.

5.5. A **CONTRATADA** ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da presente ata durante toda sua vigência, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

5.6. A **CONTRATADA** receberá através de e-mail, ou pessoalmente esta Nota de Autorização de Fornecimento - NAF, e deverá emitir a nota fiscal dos materiais entregues.

5.7. A entrega do(s) produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido realizado pelo(a) **CONTRATANTE** e deverá ser realizada no local designado pelo Órgão Requisitante, sendo recebida pelo Fiscal designado no presente Contrato, que adotará os seguintes procedimentos:

a) **recebimento provisório**: de posse dos documentos apresentados pela(o) CONTRATADA(O) e de uma via da presente ata, receberá o(s) material(is) / material(s)/ material(s) para verificação de especificações, quantidade, qualidade, prazos, preços e outros dados pertinentes e, encontrando irregularidade, fixará prazos para correção pela(o) CONTRATADA(O), ou aprovando, receberá provisoriamente o(s) material(is), mediante recibo;

b) **recebimento definitivo**: após o recebimento provisório, verificação da integridade e realização de testes de funcionamento, se for o caso, e sendo aprovados, nos exatos termos do edital, e da proposta vencedora, será efetivado o recebimento definitivo mediante a expedição de termo circunstanciado e recibo aposto na Nota Fiscal (1ª e 2ª vias).

5.8. Encontrando irregularidade ou caso os produtos esteja(m) fora dos padrões determinados o Fiscal

o(s) devolverá(ao) o produto para regularização no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos. O atraso na substituição do(s) mesmo(s) acarretará a suspensão dos pagamentos, além da aplicação das penalidades previstas no edital e no presente Contrato;

5.9. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o fiscal informará o Gestor da presente ata para apuração dos fatos e eventual aplicação de penalidade.

5.10. É vedada, tanto a entrega dos produtos por parte da CONTRATADA, quanto o recebimento do(s) mesmo(s) pelo Fiscal da ata, com marca(s) diferente(s) da(s) aprovada(s) e devidamente publicada(s) no - Diário Oficial do Município de Ibiá/MG.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - DO MODELO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

6.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21, será designado Fiscal e Gestor para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais, bem ainda, a execução do presente Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do(a) CONTRATADO(A), inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

6.3. A fiscalização do recebimento dos produtos adquiridos ficará a cargo de representante da Administração, ficando o mesmo responsável pela conferência das especificações do material com as exigências contratuais e pelo seu recebimento definitivo na forma do art. 140, II da Lei Federal nº 14.133/21, competindo-lhe ainda dirimir as possíveis dúvidas que surgirem no curso da entrega deste(s), e de tudo dar ciência à Administração.

6.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da presente ARP, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.5. O Fiscal do Contrato procederá à avaliação das especificações do(s) produto(s) encaminhadas pela licitante vencedora podendo rejeitar, no todo ou em parte, os itens que não estejam de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

6.6. O Órgão requisitante será competente para receber, autorizar, supervisionar, conferir e fiscalizar o objeto desta licitação, através da gestora e fiscal designadas abaixo:

### **FISCAL:**

**NOME:** ROBISON LUIZ MANTOANI

### **GESTORES:**

**Secretaria Municipal de Saúde**

Ticiane Angélica dos Santos

**Secretaria Municipal de Controle Interno**

Clarice Nascimento Silveira

**Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente**

Felisberto Paiva Carvalho

**Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos**



João Henrique Assunção

**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

Kassiléia Aparecida de Souza

**Secretaria Municipal de Saúde**

Ticiane Angélica dos Santos

**Secretaria Municipal de Controle Interno**

Clarice Nascimento Silveira

**Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente**

Felisberto Paiva Carvalho

**Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos**

João Henrique Assunção

**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

Kassiléia Aparecida de Souza

**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Comunicação**

**Secretaria Municipal de Cultura e Turismo**

Leandro Fabrício Marques Reis

**Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura**

Helvécio Nascimento

**Secretaria Municipal Logística**

Alexandre Mantoani

**Secretaria de Fazenda e Planejamento**

Rodrigo Mendes Braz

**Secretaria Municipal de Educação**

Inês Nascimento Correa

**Secretaria Municipal de Esporte e Lazer**

Silvia Helena Pinheiro Moraes

**Secretaria Municipal de Gestão**

Nahiara Christina Albino Kersul

**Secretaria Municipal de Gabinete**

Livia Maria Pimenta Rodrigues Reis

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

7.1. Os pagamentos serão efetuados da seguinte forma:

7.2. A CONTRATADA obterá pagamentos somente dos produtos efetivamente entregues, conforme atestado e aprovado pela fiscalização da CONTRATANTE, após o recebimento definitivo.

7.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal e aprovado pela fiscalização da CONTRATANTE.

7.4. Em caso de irregularidade na emissão da nota fiscal ou do aceite, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

7.5. Somente após o cumprimento de todas as exigências acima será contado o prazo para a liberação do pagamento.

7.6. A Nota fiscal deverá ser emitida obrigatoriamente pela forma eletrônica de acordo com o Inciso I, Cláusula Segunda do Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009.

7.7. A Administração poderá reter o pagamento das faturas nos seguintes casos:

- I. irregularidade ou caso os produtos esteja(m) fora dos padrões determinados;
- II. atraso na entrega ou substituição do(s) mesmo(s);
- III. obrigação da CONTRATADA com terceiros que, eventualmente, possa prejudicar a Prefeitura;
- IV. débito da CONTRATADA para com o município ou terceiros que provenha da execução do contrato, quer resulte de outras obrigações, conforme art. 139, IV da Lei 8.666/93;
- V. não cumprimento das obrigações contratuais, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda a cláusula infringida.

7.8. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços executados.

7.9. A Nota/Fiscal/Fatura emitida pela CONTRATADA deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do processo, nº do Pregão Eletrônico e da ACS – Autorização de Compras e Serviços ou NAF – Nota de Autorização de Fornecimento, para posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

7.10. As notas fiscais deverão constar o número do processo licitatório, sob pena de devolução pelo CONTRATANTE.

7.11. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

7.12. Haverá retenção na fonte do imposto de renda (IR) em conformidade com a Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal.

7.13. Os documentos comprobatórios deverão ser emitidos em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, sob pena de não aceitação por parte do contratante.

7.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e da documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.15. Haverá retenção na fonte do imposto DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (SE FOR O CASO), em cumprimento ao Código Tributário Municipal e aos dispostos na Lei Complementar nº 204 de 22 de dezembro de 2003.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE E SEU ÍNDICE:**

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.2. Após o interregno de um ano, mediante pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, com a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo ou, na ausência de substituto, pela média simples dos principais índices econômicos que apuram a inflação anual acumulada, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9 - CLÁUSULA NONA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:**

9.1. Na hipótese de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou “fato do príncipe”, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, o contrato poderá ser alterado, objetivando a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro.

9.2. - O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro ou de reajuste, será de 30 (trinta) dias úteis contado da data do recebimento do pedido pela repartição competente.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES, DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:**

10.1. - Este contrato poderá ser alterado nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133/2021;

II - por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial deste contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

10.2 - Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do item 10.1 a **CONTRATADA** será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato.

10.3 - As alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do item 10.1. não poderão transfigurar o objeto da contratação.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES:**

### **11.1. DO CONTRATANTE:**

11.1.1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida no contrato ou documento equivalente.

11.1.2. Supervisionar e fiscalizar o fornecimento e entrega do objeto desse certame, com preposto idôneo e habilitado, efetuando inclusive conferência e atestando para efeito de pagamentos.

11.1.3. Emitir ordem de compras de início da execução do contrato ou documento equivalente.

11.1.4. Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao desenvolvimento do objeto licitado.

11.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto do presente Edital, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

11.1.6. Notificar a CONTRATADA por meio do gestor/fiscal, sobre qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto desse certame, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhes, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa.

11.1.7. Determinar e indicar as locais onde deverão ser entregues os produtos.

11.1.8. Fiscalizar, supervisionar a entrega e fornecimento dos produtos objeto do contrato ou documento equivalente, através de preposto idôneo e habilitado.

11.1.9. Notificar a CONTRATADA, quaisquer irregularidades a serem supridas.

#### **11.2. DA CONTRATADA:**

11.2.1. Manter, durante o fornecimento dos produtos, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.2.2. Designar um preposto, idôneo e habilitado, com poderes para representá-la, receber notificações da fiscalização da CONTRATANTE e para tomar deliberações sobre todos os assuntos, para o bom e fiel cumprimento do contrato, sendo formal e previamente indicado à Administração.

11.2.3. Cumprir todas as normas técnicas pertinente ao ramo de atividades.

11.2.4. Fornecer mão de obra, equipamentos e utensílios necessários ao fornecimento do objeto contratados.

11.2.5. Fornecer pessoal devidamente habilitado e qualificado no fornecimento e entrega dos produtos.

11.2.6. Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, sociais, previdenciários e outros advindos do contrato.

11.2.7. Responder por quaisquer danos que venham a ser causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, por seus empregados ou prepostos, no exercício de suas tarefas.

11.2.8. Responsabilizar-se integralmente para com a execução do objeto contratado, sendo que a presença da fiscalização da CONTRATANTE, não diminui ou exclui esta responsabilidade.

11.2.9. Cumprir corretamente as instruções do CONTRATANTE, devendo executar o fornecimento dos produtos no prazo máximo pré-estabelecido.

11.2.10. Contratar e dispensar, às suas expensas e sob sua exclusiva responsabilidade, todo o pessoal necessário ao fornecimento e entrega dos serviços contratados, bem como, o pagamento dos encargos trabalhistas e sociais devidos, nos prazos da lei.

11.2.11. Responder perante a CONTRATANTE e a terceiros por prejuízos causados em razão dos atos praticados no fornecimento e entrega do objeto contratado a seu cargo, por si e por seus empregados utilizados direta ou indiretamente.

11.2.12. Dar ciência, imediatamente e por escrito, do recebimento das Notas de Empenho ou outros instrumentos hábeis enviados pelo CONTRATANTE.

11.2.13. Atender, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, as convocações para retirada da(s) Nota(s) de Empenho ou de outro instrumento hábil.

11.2.14. Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preço ou substituição de marca.

11.2.15. Praticar, sempre, o(s) preço(s) e as marca(s) vigente(s) publicado(s) no Diário Oficial do Município pelo CONTRATANTE.

11.2.16. Entregar os produtos no prazo, local e condições estabelecidos, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes deste instrumento.

11.2.17. Garantir a boa qualidade dos produtos fornecido(s), respondendo por qualquer deterioração, substituindo-os sempre que for o caso.

11.2.18. Substituir, após solicitação do CONTRATANTE, ou propor a substituição da(s) marca(s) dos PRODUTOS registrado(s), mantendo no mínimo os padrões fixados neste instrumento, sempre que for comprovado que a qualidade da marca atual não atende mais às especificações exigidas ou se encontra fora da legislação aplicável ou daqueles registrados na ata de registro de preços.

11.2.19. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas quanto à execução do fornecimento, nos termos deste instrumento e da legislação aplicável, o que deverá ser realizado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.2.20. Manter, durante toda a vigência da ARP, as mesmas condições de habilitação, especialmente as

de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase licitatória e/ou assinatura da ARP, inclusive as relativas ao INSS e ao FGTS, renovando as certidões sempre que vencidas e apresentando-as ao setor competente do CONTRATANTE, quando solicitadas.

11.2.21. Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.

11.2.22. Apresentar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, bem como outras legalmente exigidas.

11.2.23. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do fornecimento.

11.2.24. Arcar com todas as despesas pertinentes ao fornecimento contratado, tais como tributos, fretes, embalagem e demais encargos.

11.2.25. Responder, integralmente, pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, decorrentes da contratação, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato da execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do CONTRATANTE.

11.2.26. Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

11.2.27. Trocar item(ns) licitado(s) recusado(s) pela fiscalização, conforme notificação e no prazo preestabelecido, sob seu único e exclusivo ônus e responsabilidade.

11.2.28. As requisições a serem emitidas para aquisições dos itens contidos na presente ata, não serão emitidas em datas prévias, não serão obrigatoriamente emitidas contendo quantidade total dos itens, reservando assim à Prefeitura Municipal de Ibiá-MG o direito de emissão da requisição de compras ou serviços de forma parcelada, conforme necessidade e datas escolhidas pela Administração.

11.2.29. Comunicar ao(a) CONTRATANTE os eventuais casos fortuitos e de força maior, que comprometam a execução do contrato, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, em até 5 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob a pena de não serem considerado.

11.2.30. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até a sua entrega no local de destino.

11.2.31. A CONTRATADA entregará os produtos com, no máximo 1/3 do seu prazo de validade já transcorrido até a data da entrega de cada pedido, ou seja, ainda deverão remanescer pelo menos 2/3 do prazo de validade do material (is) no momento da entrega.

11.2.32. A CONTRATADA deverá adotar medidas para que o transporte dos materiais, até o local da entrega, seja feito em condições higiênicas e sanitárias.

11.2.33. Cumprir as exigências quanto à rotulagem dos produtos, para que a mesma esteja em conformidade com a legislação em vigor.

11.2.34. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até a sua entrega no local de destino.

## **12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SUBCONTRATAÇÃO:**

12.1 - A **CONTRATADA** não poderá subcontratar o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo **CONTRATANTE**, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da **CONTRATADA**.

## **13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, a **CONTRATADA** que:

- a) der causa à inexecução parcial do objeto da presente ata;
- b) der causa à inexecução parcial do objeto da presente ata que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



- c) der causa à inexecução total da presente ata;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da presente ata sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da presente ata;
- f) praticar ato fraudulento na execução da presente ata;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13;
- i) der causa ao cancelamento da presente ata ou de preço registrado na presente ata, sem motivo justificado e aceito pela Administração Pública.

13.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/21);
- II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d” e “i” do item 19.1 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/21);
- III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do item 19.1 acima, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “i”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/21).

IV - Multa:

- a) multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor dos bens entregues com atraso. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a CONTRATANTE poderá decidir pela continuidade da aplicação da multa ou pelo cancelamento da presente ata, em razão da descumprimento das suas condições.
- b) multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor dos produtos e/ou serviços que estiverem em desacordo com as condições de garantia do produto e/ou de instalação e funcionamento, limitada a 10% (dez por cento) do valor desses bens.
- d) multa compensatória de 5% (cinco por cento) pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, a qual será calculada sobre o valor total do saldo remanescente da presente ata.
- e) multa compensatória de 10% (dez por cento) aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida, em caso de cancelamento preço registrado sem motivo justificado aceito pela Administração Pública.
- f) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da presente ata, em caso do cancelamento da presente ata sem motivo justificado aceito pela Administração Pública.

13.3. A aplicação das sanções previstas na presente ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21)

13.3.1. Todas as sanções previstas na presente ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21).

13.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a apresentação de defesa pelo interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/21)

13.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/21), conforme o caso.

13.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



13.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/21).

13.8. A Administração Pública deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/21).

13.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### **14- CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO:**

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3. Indenizações e multas.

14.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133/21).

14.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133/21).

14.7. Das decisões relativas à rescisão contratual e aplicação das sanções previstas neste instrumento cabem os recursos constantes do 137 à 139 da Lei 14.133/21, sendo processados de acordo com as disposições dos parágrafos do mesmo artigo.

#### **15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ILÍCITOS PENAI:**

15.1 - As infrações penais tipificadas na Lei n.º 14.133/2021, serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS:**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133/21, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:**

17.1. As partes deverão cumprir a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

17.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

17.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

17.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

17.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

17.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

17.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

17.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

17.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente,

quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

17.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

17.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

17.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

17.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO:**

18.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP é condição para a eficácia dos instrumentos contratuais e seus adiantamentos, devendo ser observados os prazos previstos no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **19. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO:**

19.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Ibiá-MG, com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias eventualmente decorrentes do presente contrato.

E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Ibiá/MG, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

MUNICÍPIO DE IBIÁ/MG  
**GILLIANO GILLES FERREIRA**  
PREFEITO MUNICIPAL

**EMPRESA/FORNECEDOR**  
**REPRESENTANTE LEGAL**  
**CONTRATADA**

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_